

BALANÇO DE GESTÃO 2º SEMESTRE 2021

(PARCIAL JULHO A DEZEMBRO/2021)



ANADEP

Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos

CONSELHO DIRETOR

Diretor Presidente / Rivana Barreto Ricarte (AC)
Diretora Vice-Presidente Institucional / Rita Lima (DF)
Diretor Vice-Presidente Jurídico-Legislativo / Flávio Wandeck(MG)
Diretor Vice-Presidente Administrativo / Augusto Barbosa (SP)
Diretor de Relações Internacionais / Antonio Maffezoli (SP)
Diretora adjunta de Relações Internacionais / Juliana Lintz (RJ)
Diretor para Assuntos Legislativos / Allan Joos (GO)
Diretor Adjunto para Assuntos Legislativos / Pedro Coelho (ES)
Diretora Jurídica / Juliana Coelho de Lavigne (RS)
Diretora de Comunicação / Giovanna Burgos (AP)
Diretor de Eventos / Andrea Sena (RJ)
Diretora 1ª Secretária / Elaina Rosas (BA)
Diretor 2º Secretário / Igor Raphael (BA)
Diretora 1ª Tesoureira / Mariana Py Muniz (RS)
Diretor 2º Tesoureiro / Rodrigo Cavalcante (SE)
Diretora de Articulação Social / Vivian Almeida (ES)
Diretora das Aposentadas e Aposentados / Adriana Burger (RS)
Diretor Adjunto de Aposentadas e Aposentados / Fábio Liberalino (PB)

COORDENAÇÕES REGIONAIS

Diretora Coordenadora da Região Norte / Marcus Vinícius (PA)
Diretor Coordenador da Região Nordeste / Vinícius Araújo (RN)
Diretora Coordenadora da Região Sul / Tauser Ximenes (SC)
Diretora Coordenadora da Região Sudeste / Fernando Martelleto (MG)
Diretora Coordenadora da Região Centro-Oeste / Linda Maria (MS)

CONSELHO CONSULTIVO

Arlindo Gonçalves (AM)
Arthur Loureiro (AL)
Guilherme Vilela (TO)
Joanara Hanny (MS)
Tháisa Oliveira (PR)
Wilton José (PE)

ESCOLA NACIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS - ENADEP

Diretora / Ludmilla Paes Landim (PI)
Diretora Adjunta / Amélia Rocha (CE)

CONSELHO FISCAL

Titulares:

Cristiano Matos (MA)
Frederico Encarnação (RR)
João Paulo (MT)

Suplentes:

Aryne Cunha (AC)
Edmundo Siqueira (PE)
Valmir Júnior (RO)

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Administrativo / Virgínia Maria Motta da Silva
Auxiliar Administrativa / Marina Nunes
Responsável pelo Financeiro / Ana Amélia Maia
Auxiliar Financeiro / Rodrigo Lopes Matias
Auxiliar Financeiro / Guilherme Ribeiro
Assessora de Comunicação Social (Coordenadora) / Karyne Graziane
Assessora de Comunicação Social / Stephanny Guilande

EXPEDIENTE DESTA PUBLICAÇÃO

Redação / Karyne Graziane
Edição / Karyne Graziane - Stephanny Guilande
Concepção Gráfica / Bah Comunicação
Fotos e arquivos: / ASCOM ANADEP - Arquivo ANADEP

I

**FORTALECIMENTO
ASSOCIATIVO**

ANADEP e IPEA lançam 2º Mapa das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital no Brasil

No início do segundo semestre, a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) lançou, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o 2º Mapa das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital no Brasil. O evento foi transmitido no canal da ANADEP no YouTube, e mediado pela jornalista Maria Paula de Andrade.

O lançamento contou com a participação da presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte; da pesquisadora do Ipea e coordenadora do Mapa, Rute Imanishi; do senador Fabiano Contarato (REDE-ES); do deputado Alessandro Molon (PSB-RJ); do pesquisador do Ipea, Salvador Viana; do coordenador de Estudos sobre Estado e Democracia do IPEA, Alexandre Cunha; e do coordenador do Atlas do Estado Brasileiro, Félix Lopes.

II MAPA DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS ESTADUAIS E DISTRITAL NO BRASIL

Notícias ANADEP

ANADEP e IPEA lançam 2º Mapa das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital no Brasil

MAPA DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS ESTADUAIS DO BRASIL

42% das comarcas brasileiras contam com o serviço da Defensoria Pública. A instituição está presente em 11% de 7169 comarcas.

33% de aumento no número de defensoras e defensores públicos. De 2013 até o final de 2020, a DPE passou de 4501 para 5911 defensoras e defensores públicos.

VOLUME DE TRABALHO X POPULAÇÃO ATENDIDA

14 milhões de atendimentos por ano

REALIDADE
Semelhante realidade, aumento de 77% (comarcas) públicas e 6 mas das atendidas a demandas incidentes. Ou seja, um aumento de 77% de demandas incidentes.

IDEAL
Defensoria pública para atender cada 100 mil pessoas em situação de vulnerabilidade.

RANKING E DESEQUILÍBRIO NA BALANÇA DA JUSTIÇA

O ranking dos piores estados na relação população de baixa renda por defensor(a) público(a), está assim:

Estado	Defensor(a) público(a) por grupo	População de baixa renda
PARANÁ	1 defensor(a) público(a)	84.816 mil pessoas
GOIÁS	1 defensor(a) público(a)	69.788 mil pessoas
SANTA CATARINA	1 defensor(a) público(a)	54.076 mil pessoas
SÃO PAULO	1 defensor(a) público(a)	42.727 mil pessoas
RIO GRANDE DO NORTE	1 defensor(a) público(a)	40.871 mil pessoas

#defensoriasim

Principais atribuições das defensorias e defensores públicos estaduais e distrital

- 12% Defesa penal
- 12% Defesa civil
- 12% Defesa administrativa
- 12% Defesa de direitos
- 12% Defesa de interesses
- 12% Defesa de direitos
- 12% Defesa de direitos
- 12% Defesa de direitos

Quer saber mais sobre o atual cenário da Defensoria Pública no Brasil, participe do webinar "Defensoria Pública: desafios, possibilidades e perspectivas" em 15 de novembro de 2022, às 14h, no canal de transmissão da ANADEP no YouTube.

ipea ANADEP

Destaque no Jornal Hoje, da TV Globo

O Jornal Hoje, da Rede Globo, veiculou matéria exclusiva sobre o lançamento do 2º Mapa das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital no Brasil. A reportagem de Alberto Gaspar trouxe um panorama sobre o aumento da demanda na Instituição, bem como dados sobre o número de defensoras e defensores públicos e comarcas.



Cards nas redes sociais

A partir de outubro, a ANADEP começou a divulgar, semanalmente, cards com os dados da pesquisa.



Aniversário ANADEP

Criada em 3 de julho de 1984, a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) completou, este ano, 37 anos.

3 DE JULHO
ANIVERSÁRIO ANADEP

37
anos

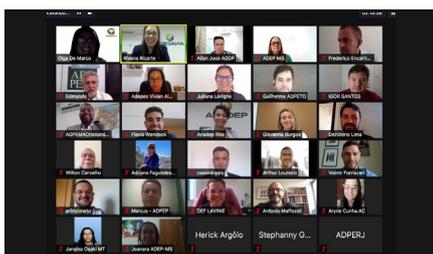
ONTEM, HOJE E SEMPRE

Representando as defensoras e os defensores públicos estaduais e do DF. Uma história marcada pelo fortalecimento institucional da Defensoria Pública, a defesa do acesso à justiça e a promoção dos direitos humanos.

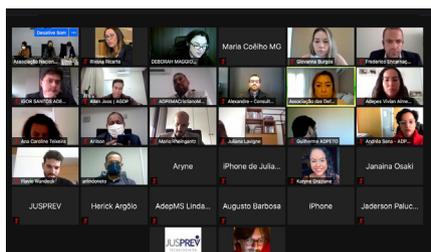
 **ANADEP**
Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos

AGEs e reuniões de diretoria

Para democratizar o debate sobre a pauta institucional, a diretoria da ANADEP promoveu, no segundo semestre, assembleias gerais extraordinárias para discutir assuntos de interesse da categoria. Durante as reuniões, o grupo definiu as estratégias de trabalho da pauta jurídica, legislativa e corporativa. Houve também reuniões de diretoria.



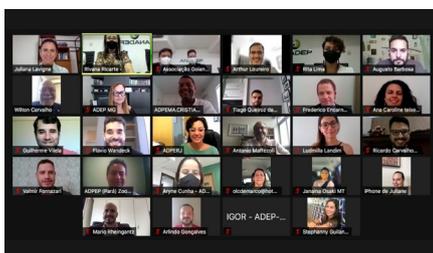
Julho



Agosto



Agosto



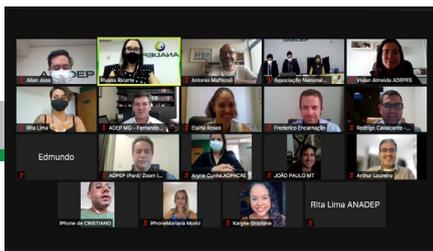
Setembro



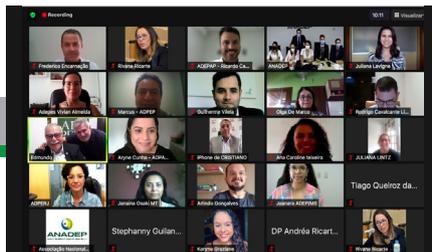
Setembro



Reunião de Diretoria / Setembro



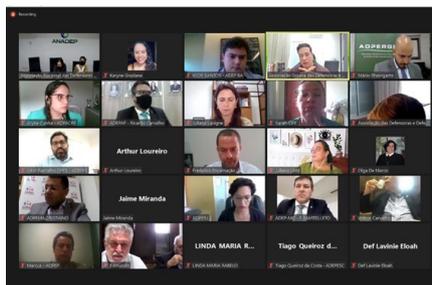
Reunião de Diretoria / Setembro



Outubro



Novembro



Novembro

Diretoria de aposentados

A presidência da ANADEP reuniu-se com a diretoria de aposentadas e aposentados da entidade.



Visita das Associações Locais e das Defensorias Públicas à sede da ANADEP



ADEPAR



ADEP-BA, AGDP e ADPACRE



ADPEPRO e ADEP-BA



ADEP-MG e APIDEP



ADEP-MS, DPEMS e ADPETO



ADPEC presente em Brasília



DPE-PA



ADPEPRO e ADEP-BA



DPE-SP



ADEP-BA



DPE-SP e DPE-MS



DPE-ES

ANADEP nos Estados

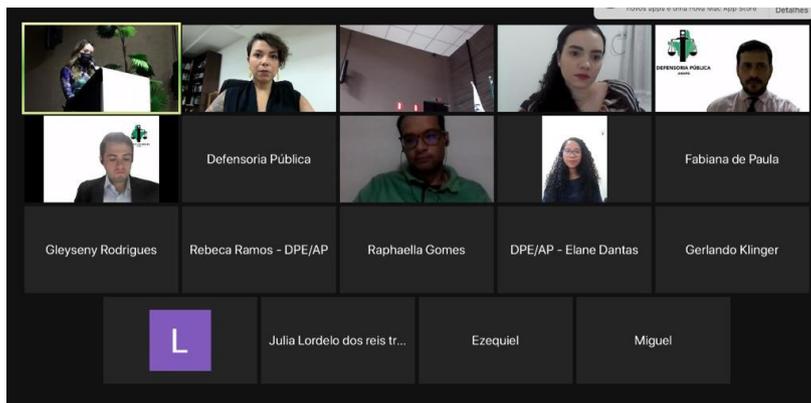
Acre

Em julho, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, participou de live transmitida pelo Instagram da Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Acre (ADPACRE). A iniciativa abriu as atividades da semana de lançamento da campanha "Racismo se combate em todo lugar" no estado. Também participaram a presidenta da ADPACRE, Aryne Cunha, e os membros da Comissão de Igualdade Étnico-Racial da ANADEP, Cláudia Aguirre e o defensor Rafael Pinto. Já em agosto, houve o projeto Rodas de Conversa - Os desafios das questões étnico-raciais no estado do Acre. A ANADEP foi uma das apoiadoras da iniciativa, sendo representada pela defensora pública Cláudia Aguirre.



Amapá

Em setembro, a diretoria da ANA-DEP participou da solenidade de posse da nova diretoria da ADEPAP (gestão 2021-2023).



Minas Gerais

Em agosto, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, participou da recepção organizada pela ADEP-MG às defensoras e defensores públicos recém-empossados na DPE-MG. E, em setembro, o vice-presidente jurídico-legislativo, Flávio Wandeck, representou a entidade na homenagem aos 40 anos da ADEP-MG, organizada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).



Paraíba

Em setembro, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, participou de live da Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB). O encontro debateu o tema Direito Socioeducativo, Gênero e Raça. A roda de debate foi conduzida pela defensora pública coordenadora do GT pela Igualdade Étnico-Racial da DPE-PB e membra da Comissão Étnico-Racial da ANADEP, Aline Mota. No final de novembro, em alusão ao Mês da Consciência Negra e de Zumbi dos Palmares, a DPE-PB reuniu defensoras públicas da Paraíba, Distrito Federal e Tocantins para falar sobre “Mulheres negras em situação de cárcere”. A vice-presidenta institucional da ANADEP, Rita Lima, foi uma das convidadas.



Paraná

A presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, participou da solenidade de posse da nova gestão da ADEPAR para o biênio 2021/2023. O evento aconteceu de forma híbrida, no dia 3 de dezembro.



Pernambuco

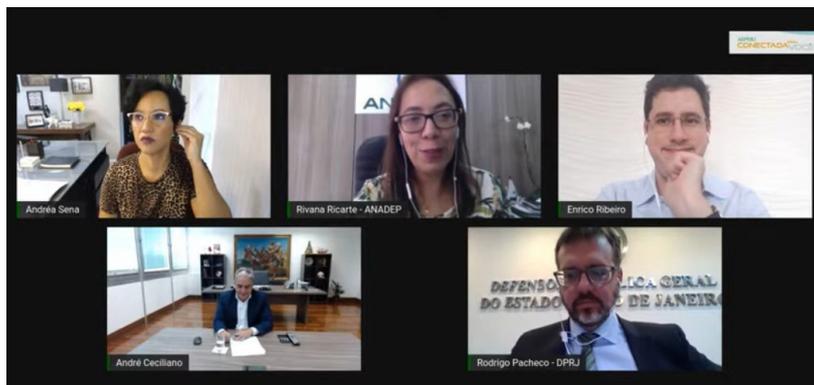
No início de novembro, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, participou de uma série de agendas em Pernambuco. Houve visita à sede da ADEPEPE e também participação na assembleia geral da entidade.



Rio de Janeiro

A presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, participou de roda de conversa “Cenário Legislativo em perspectiva” promovida pela ADPERJ. Participaram a presidenta da ADPERJ, Andréa Sena; o diretor de Assuntos Legislativos da entidade, Marco Antônio Cardoso; o defensor público geral do Rio de Janeiro, Rodrigo Pacheco; e o assessor legislativo da ANADEP, Enrico Ribeiro.

Já no dia 17 de novembro, o vice-presidente administrativo da ANADEP, Augusto Barbosa, participou da homenagem promovida pela ADPERJ ao presidente da ALERJ e governador em exercício, André Ceciliano, e o deputado Luiz Paulo, que contou com a entrega do Colar do Mérito, honraria máxima da Associação.



Registro dos aniversários

No segundo semestre, a ANADEP registrou a passagem do aniversário das Associações Locais nas redes sociais.

Parabéns AMDEP por 22 ANOS
de trabalho e intensa luta associativa.

ANADEP apresenta campanha nacional "Resposta ao combate ao 'covid-19'": Associação de Estudantes de Material Escolar e Profissional (AMEEP) e Associação de Estudantes (ASPEEP) em Varzea Grande (7 de maio)

Movimento Condição Sotilária da ANADEP chega ao município de Caramuru em Cuiabá (22 de junho)

3 DE JULHO
Aniversário da AMDEP

Parabéns ADEP-DF por 31 ANOS
de trabalho e intensa luta associativa.

ANADEP e ADEP-DF em reunião com a Comissão Nacional de Defesa do Trabalho (2021)

ANADEP e ADEP-DF em reunião com a Comissão Nacional de Defesa do Trabalho (2021)

ANADEP e ADEP-DF em reunião com a Comissão Nacional de Defesa do Trabalho (2021)

ANADEP e ADEP-DF em reunião com a Comissão Nacional de Defesa do Trabalho (2021)

18 DE JULHO
Aniversário da ADEP-DF

Parabéns APDP por 19 ANOS
de trabalho e intensa luta associativa.

Reunião da APDP

Defensores públicos durante eleição da APDP

26 DE JULHO
Aniversário da APDP

Parabéns ADPESE por 20 ANOS
de trabalho e intensa luta associativa.

ADPESE destaca campanha #EmDefesaDelas durante congresso local (2019)

10 DE SETEMBRO
Aniversário da ADPESE

Parabéns ADPEMA por 20 ANOS
de trabalho e intensa luta associativa.

ADPESE comemora aniversário com festa aberta à 7ª turma ADPESE do primeiro período letivo (2021)

ADPESE comemora aniversário com festa aberta à 7ª turma ADPESE do primeiro período letivo (2021)

Galeria de Presidentes

13 DE NOVEMBRO
Aniversário da ADPEMA

Parabéns ADEP-MS por 38 ANOS
de trabalho e intensa luta associativa.

Atualização da agenda política associativa dos Defensores e Defensoras Públicos de MS (2021)

Atualização da agenda política associativa dos Defensores e Defensoras Públicos de MS (2021)

Atualização da agenda política associativa dos Defensores e Defensoras Públicos de MS (2021)

Atualização da agenda política associativa dos Defensores e Defensoras Públicos de MS (2021)

17 DE SETEMBRO
Aniversário da ADEP-MS

Parabéns ADEPAL por 17 ANOS
de trabalho e intensa luta associativa.

ADPEPAL e ANADEP juntas em trabalho legislativo para rejeição do PLP 321 (2021)

ADPEPAL e ANADEP juntas em trabalho legislativo para rejeição do PLP 321 (2021)

Assembleia Legislativa de Alagoas presta homenagem aos defensores(as) públicos(as) (2021)

24 DE SETEMBRO
Aniversário da ADEPAL

Parabéns ADPEMA por 20 ANOS
de trabalho e intensa luta associativa.

ADPESE comemora aniversário com festa aberta à 7ª turma ADPESE do primeiro período letivo (2021)

ADPESE comemora aniversário com festa aberta à 7ª turma ADPESE do primeiro período letivo (2021)

Galeria de Presidentes

13 DE NOVEMBRO
Aniversário da ADPEMA

Parabéns ADPERN por 29 ANOS
de trabalho e intensa luta associativa.

ADPERN comemora aniversário com festa aberta à 7ª turma ADPERN do primeiro período letivo (2021)

ADPERN comemora aniversário com festa aberta à 7ª turma ADPERN do primeiro período letivo (2021)

ADPERN comemora aniversário com festa aberta à 7ª turma ADPERN do primeiro período letivo (2021)

ADPERN comemora aniversário com festa aberta à 7ª turma ADPERN do primeiro período letivo (2021)

17 DE NOVEMBRO
Aniversário da ADPERN

Parabéns ADEPAR por 7 ANOS
de trabalho e intensa luta associativa.

ADPEPAL e ANADEP juntas em trabalho legislativo para rejeição do PLP 321 (2021)

ADPEPAL e ANADEP juntas em trabalho legislativo para rejeição do PLP 321 (2021)

ADPEPAL e ANADEP juntas em trabalho legislativo para rejeição do PLP 321 (2021)

ADPEPAL e ANADEP juntas em trabalho legislativo para rejeição do PLP 321 (2021)

29 DE NOVEMBRO
Aniversário da ADEPAR

Apoio às pesquisas locais

A presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, e a vice-presidenta da ANADEP, Rita Lima, com as pesquisas locais produzidas pela ADEP-MG e ADPEC.

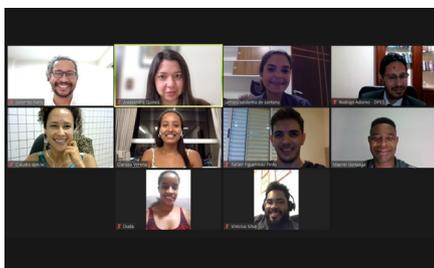


Comissões

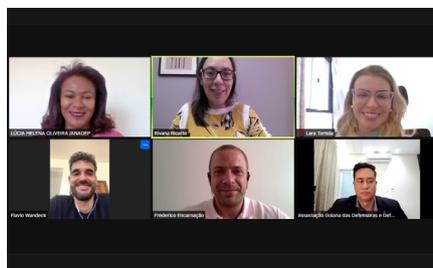
As Comissões temáticas auxiliam a Diretoria da ANADEP na construção de políticas públicas, nas pautas jurídica e legislativa, confeccionando notas técnicas, públicas e participando de audiências públicas. Até o momento, a ANADEP dispõe de 13 comissões.



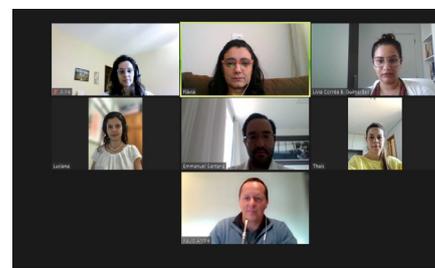
Reuniões das Comissões Temáticas no segundo semestre



Comissão étnico-racial (julho)



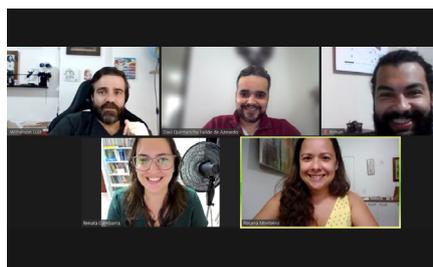
Comissão de Política Criminal (julho)



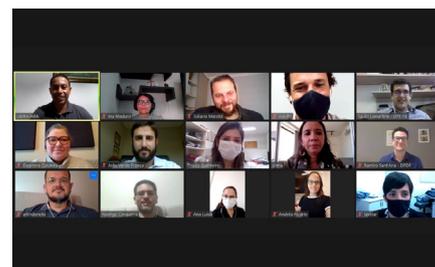
Comissão das Famílias (agosto)



Comissão de Mobilidade (agosto)



Comissão de População em Situação de Rua (agosto)



Comissão de Saúde (agosto)



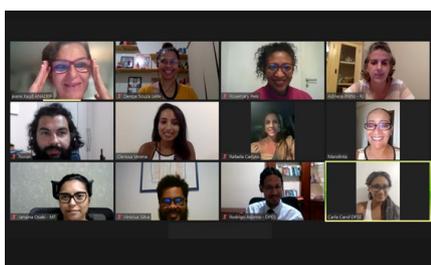
Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa
(agosto)



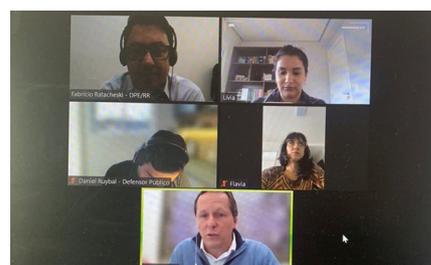
Comissão de Mobilidade Urbana, Moradia e
Questões Fundiárias (outubro)



Comissão de População em Situação de
Rua (outubro)



Comissão da Igualdade Étnico-Racial
(outubro)



Comissão dos Direitos das Famílias
(outubro)

Benefícios para associadas e associados



Clube de vantagens ANADEP

O Clube de Vantagens ANADEP – o MarktClub – tem mais de 700 parcerias, que proporcionam descontos especiais às associadas e associados da entidade. Semanalmente, as promoções são divulgadas por e-mail e no Instagram da ANADEP. Confira algumas das promoções que foram destaque nesse 2º semestre:



ANADEP VOLTA ÀS AULAS
COM MAIS ECONOMIA!

LENTERRA 17% de desconto	Magalu Até 10% de desconto	ponto: Até 40% de desconto
DELL Até R\$450 de desconto	livraria cultura 15% de desconto	BRUNO MAGALHÃES até 60% de desconto

Apresente também esse super benefício exclusivo: **Novo Intelvi Akiba** por R\$ 14,49 e **NETSHOES** 9% de desconto.

anadep.temvantagens.com.br

ANADEP SEU PET MERECÊ O MELHOR

Royalpets Até 12% de desconto	petlove 15% de desconto
Dr Pet 20% de desconto	Petz 7% de desconto

anadep.temvantagens.com.br

ANADEP ALERTA DE DESCONTOS

edra Até 40% de desconto	Banco 40% de desconto	Desenvolva Passes 35% de desconto
movida 10% de desconto	FAST Até 30% de desconto	CA Até 10% de desconto

anadep.temvantagens.com.br

ANADEP NOVAS CRIANÇAS

QUARTO 2000 15% de desconto	BRUNO MAGALHÃES 20% de desconto	BRUNO MAGALHÃES 15% de desconto	BRUNO MAGALHÃES 20% de desconto
tricae Até R\$ 69,00 de desconto	uket 15% de desconto	HERING 20% de desconto	RENNER 15% de desconto

anadep.temvantagens.com.br

ANADEP NOVAS CONCESSIONÁRIAS
DISPONÍVEIS NO SEU CLUBE DE VANTAGENS

PEUGEOT CITROËN

208 LIKE 2122 por R\$ 69.990,00
SAGA C4-CACTUS FEEL AUT 2122 por R\$ 101.990,00

anadep.temvantagens.com.br

ANADEP COMPRE SEU VEÍCULO 0 KM
COM OS DESCONTOS EXCLUSIVOS DO SEU CLUBE DE VANTAGENS

Jeep CHEVROLET

RENEGADE STD 1.8 AT. MY FLEX - 2021 por R\$ 94.990,00
CRUZE SEDAN MY 21/21, 21/22 por R\$ 2.600,00

anadep.temvantagens.com.br



No segundo semestre, a parceria com a Juruá Editora foi marcada por ofertas especiais em obras para associadas e associados da ANADEP.

LANÇAMENTO

Adquira a Nova Edição do SuperCPC/JuruáDocs

Autor: Renê Hellman
Prefácio do Min. Ricardo Lewandowski

PREÇO ESPECIAL DE LANÇAMENTO
Válido até 15/04/2021

De R\$594,00
por apenas R\$386,10 **35% OFF**

+ de 1500 pgs.

Compre o seu e garanta **atualização constante até 30/09/2021** via Plataforma **JuruáDocs**

JuruáDocs JURUÁ EDITORA ANADEP

ASSOCIADOS ANADEP

Acesse comentários, casuística, notas de doutrina, tudo artigo por artigo, **atualizados constantemente**, além de podcasts e notícias sobre temas diversos

LANÇAMENTO ASSINATURA JuruáDocs

COMENTÁRIOS AO CÓDIGO PENAL
por Rogério Greco

Apenas **R\$19,90** ao mês

CLIQUE AQUI E ASSINE JÁ!

Aproveite também o **acesso gratuito** aos códigos e leis comentados da **Plataforma JuruáDocs**, até 30/04/2021:

- Código Tributário Nacional
- Código Penal Militar
- Lei de Benefícios da Previdência Social - Lei 8.213/1991
- Lei Orgânica de Assistência Social - Lei 8.742/1993
- Lei de Execução Penal
- Lei dos Juizados Especiais Federais
- Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais

www.juruadocs.com

JURUÁ EDITORA JuruáDocs ANADEP

LIVE

PRÉ-LANÇAMENTO JuruáDocs

COMENTÁRIOS AO CÓDIGO PENAL
por Rogério Greco

18/03/21 às 19h00

Transmissão via **Canal do Greco** no Youtube

@rogerio.greco

JURUÁ EDITORA JuruáDocs ANADEP



No segundo semestre, a parceria com o Conselho Internacional de Estudos Contemporâneos em Pós-graduação (Consinter) foi marcada pela divulgação do VIII Simpósio Internacional de Direito CONSINTER – Universitat de Barcelona Edição on-line, que ocorreu de 18 a 22 de outubro de 2021, além da abertura do prazo para submissão de artigos a serem divulgados no evento.



A partir do segundo semestre, o Instituto Latino-Americano de Educação (ILAE), parceira da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP), firmou convênio com a Universidade de Palermo e começou a oferecer cursos de pós-graduação strictu sensu. A Universidade de Palermo fica em Buenos Aires, na Argentina. O destaque é para curso de doutorado em Direito. Os associados da ANADEP têm desconto na matrícula e nas mensalidades.

OPORTUNIDADE DE PUBLICAÇÃO INTERNACIONAL!

ASSOCIADA/ASSOCIADO DESCONTO ESPECIAL DE 10% APROVEITE E INSCREVA-SE AGORA

ABERTO O EDITAL DE 2021 PARA ENVIO DE ARTIGOS

Envio de artigos: 2ª chamada 30/04

A última chamada para o VIII Simpósio será 31/07
Serão aceitos artigos de todas as áreas do Direito

Possibilidade de apresentação oral no **VIII Simpósio Internacional de Direito CONSINTER** Universitat de Barcelona - Edição on-line, outubro de 2021
Publicações oficiais do **CONSINTER - Conselho Internacional de Estudos Contemporâneos em Pós-Graduação:**

Indexadores:

Google Scholar, Scopus, Web of Science, Latindex, Jodrim, Scimago, DOAJ, CiteFactor, CAPES, LivRe, Crossref, ABEC, REDIB, Iberoamérica

Revista Internacional CONSINTER de Direito
Revista Internacional Europeu Número DOI
Direito e Justiça
Livro ISBN Europeu ISBN Brasileiro ISBN Digital

Mais informações no site www.consinter.org/edital2021

UNIVERSIDAD DE PALERMO - UP

DOCTORADO EM DIREITO

INSCRIÇÕES ABERTAS
Turma Janeiro de 2022
Aulas quinzenais nos meses de Janeiro e Julho
Número de vagas: 15

Período: Janeiro/2022 (primeiro módulo)
Local: Universidad de Palermo

ILAE Instituto Latino-Americano de Educação

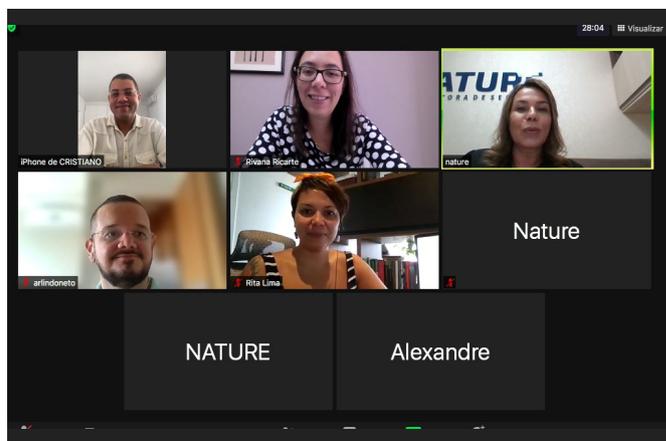
Orientadora no Brasil
E-mail: info@ilae.com.br
Whatsapp: (21) 98574-5088
Telefone: (21) 3145-1082

Plano de Saúde

A diretoria da ANADEP continua com as tratativas para a contratação do plano de saúde nacional, reunindo-se com representantes de várias seguradoras para uma melhor proposta para as associadas e associados.



Reunião de julho



Reunião de setembro

PUC-MG

A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) e a Escola Nacional das Defensoras e Defensores Públicos do Brasil (ENADEP) renovaram o convênio com a Pontífica Universidade Católica de Minas Gerais. A ANADEP é parceira no programa "Parceiros na Educação", da PUCMINAS.

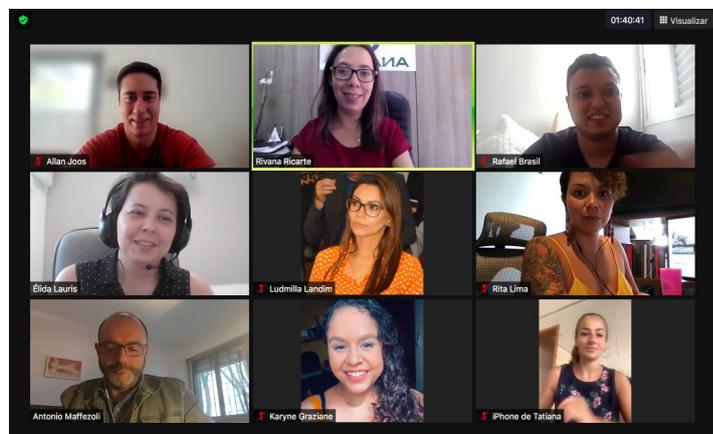
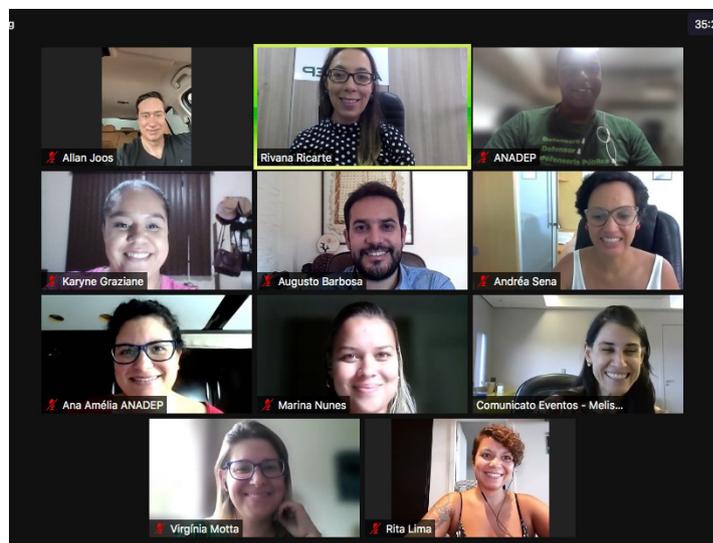


**ANADEP e ENADEP
renovam convênio
com a PUC Minas**



XV Conadep

A partir da segunda quinzena de novembro, as diretorias da ANADEP e da AGDP retomaram as tratativas do XV CONADEP, que será realizado em Goiânia, em 2022. Houve também reunião das comissões organizadoras e científica.



II

**DEFESA
INSTITUCIONAL**

Atuação Legislativa da ANADEP

Participação da ANADEP no legislativo em números (julho a dezembro)

22
participações
em audiências
públicas

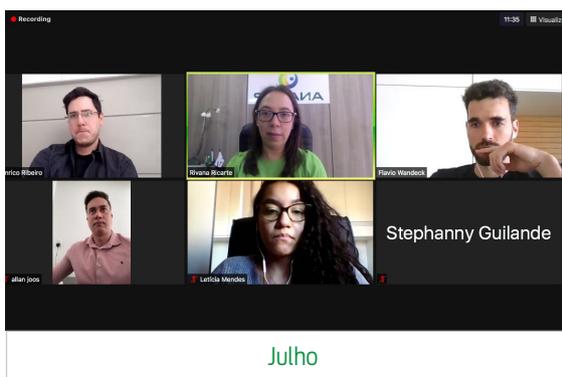
+ de 30
reuniões
com senadores(as)
e deputados(as)

24
reuniões
reuniões com a
assessoria parlamentar

2
notas técnicas e
públicas

Assessoria parlamentar especializada

A diretoria da ANADEP conta com um serviço especializado para balizar as estratégias das atividades legislativas. A Queiroz Assessoria Parlamentar e Sindical presta serviços à Associação, promovendo análises, pesquisas, estratégias e cenários relacionados às conjunturas política, econômica, social, regulatória e institucional do Brasil.

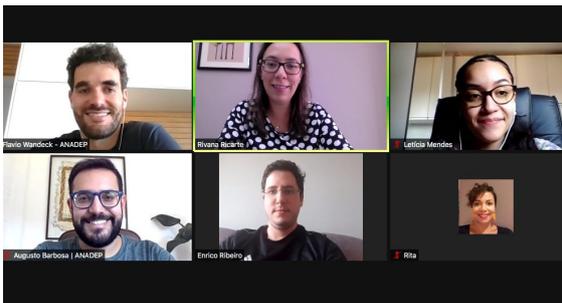




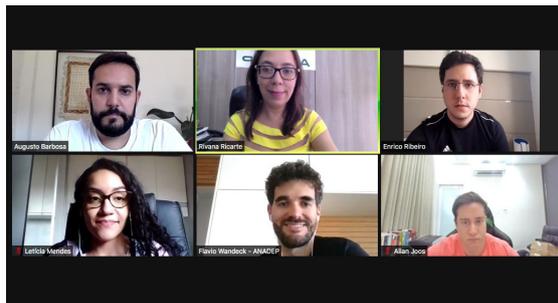
Agosto



Agosto



Setembro



Setembro



Setembro



Outubro



Diretoria, assessoria parlamentar e Condege

SENADO: ANADEP reúne-se com relator e presidente da CPI da COVID-19 para falar sobre atuação da Defensoria Pública durante a pandemia

A presidenta e a vice-presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte e Rita Lima, reuniram-se, no dia 12 de agosto, com senador Omar Aziz. Houve também encontro com o senador Renan Calheiros (MDB-AL) - relator da CPI da COVID-19.



CÂMARA: CDHM e RPU

No segundo semestre, a ANADEP participou de uma série de audiências públicas promovidas pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados a fim de debater as recomendações recebidas pelo Brasil no âmbito do Observatório da Revisão Periódica Universal (RPU) da Organização das Nações Unidas (ONU). Entre os temas debatidos, destacam-se: Violência contra as mulheres; direito à manifestação e à organização; proteção a defensores(as) de direitos humanos; condições dos cárceres, prevenção e combate à tortura e sistema de justiça; trabalho e redução da pobreza e da desigualdade; direito à moradia; rompimento de barragens; segurança pública; direitos das crianças e adolescentes.

Participação em Audiência Pública #ANADEPnoLegislativo

Discussão e Votação de Propostas

 QUARTA-FEIRA (15)

 14h

 Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados



RIVANA RICARTE
Presidenta da ANADEP



Participação em Audiência Pública #ANADEPnoLegislativo

Segurança Pública - (RPU)

 QUARTA-FEIRA (03)

 15h30

 Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados



Lúcia Helena
Coordenadora da Comissão da Comissão de Política Criminal



Participação em Audiência Pública #ANADEPnoLegislativo

Observatório da Revisão Periódica Universal (RPU):
Direito à manifestação e à organização

 SEXTA-FEIRA (3)

 10h

 Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados



DAVI QUINTANILHA
Membro da Comissão de População em Situação de Rua



Participação em Audiência Pública #ANADEPnoLegislativo
Direito à moradia (RPU)


QUARTA-FEIRA (20)

15h30

Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados



Vinícius Lamego
Membro da Comissão de Mobilidade Urbana, Moradia e Questões Fundiárias



Participação em Audiência Pública #ANADEPnoLegislativo
Recomendações sobre trabalho e redução da pobreza e da desigualdade (RPU)


QUARTA-FEIRA (29)

14h

Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados



Giovanna Burgos
Diretora de comunicação da ANADEP



Participação em Audiência Pública #ANADEPnoLegislativo
Recomendações sobre as condições dos cárceres, prevenção e combate à tortura e sistema de justiça (RPU)


QUARTA-FEIRA (22)

14h

Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados



Alessandra Quines
Membra da Comissão Étnico-Racial da ANADEP



Participação em Audiência Pública #ANADEPnoLegislativo
Violência contra as mulheres


Sexta-feira (9)

10h

Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados



Rita Lima
Vice-presidenta Institucional da ANADEP



Participação em Audiência Pública #ANADEPnoLegislativo
Direitos das crianças e dos adolescentes (RPU)


Quarta-feira (17)

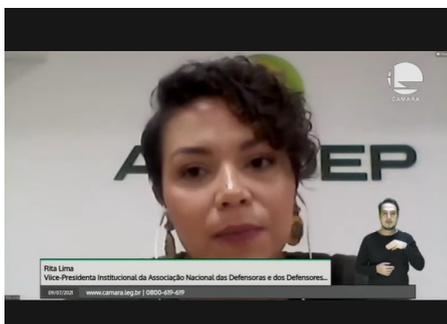
15H30

Subcomissão especial de Proteção e dos Direitos da Criança e dos Adolescentes



Camila Dória
Coordenadora da Comissão da Infância e Juventude





CCJ debate direitos das crianças e adolescentes

A Comissão da Infância e Juventude da ANADEP participou, neste segundo semestre, de audiências públicas na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados. A audiência faz parte da subcomissão especial destinada a realizar estudos na área de proteção e dos direitos da criança e do adolescente.

Participação em Audiência Pública #ANADEPnoLegislativo

Fortalecimento dos vínculos familiares como fator de proteção da infância, da adolescência e de desenvolvimento da sociedade.

QUINTA-FEIRA (04)

11H

Submissão especial para realizar estudos na área de proteção e dos direitos da criança e adolescente



Raphaela Jahara Cavalcanti
Membro da Comissão da Infância e Juventude



Participação em Audiência Pública #ANADEPnoLegislativo

Proteção da infância e da adolescência

Segunda-feira (8)

9H

Submissão especial de Proteção e dos Direitos da Criança e dos Adolescentes



Daniel Palotti
Membro da Comissão da Infância e Juventude



CÂMARA: enfrentamento à violência contra as mulheres

Em agosto, a vice-presidenta da ANADEP, Rita Lima, participou de audiência pública para discutir a atuação do Poder Judiciário no enfrentamento à violência contra as mulheres. O evento faz parte da programação da campanha "Agosto Lilás", dedicada à conscientização pelo fim da violência contra a mulher e foi organizada pela Comissão da Defesa dos Direitos da Mulher e a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados.



Matérias em acompanhamento no congresso nacional

CÂMARA: EXTRATETO

Em julho, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), anunciou que um dos projetos prioritários da Casa seria o PL 6726/2016 (extrateto). Para trabalhar o tema, a diretoria reuniu-se com o relator da matéria, deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR). A matéria foi aprovada na Câmara e seguiu para o Senado.

Através da Comissão de Política Criminal foram encaminhados comentários aos artigos do PL.



CÂMARA: CPP

No segundo semestre, a ANADEP participou dos trabalhos do GT responsável pela apresentação de parecer sobre o novo Código de Processo Penal (PL 8045/10). Além da solenidade de instalação, a Associação participou de audiências públicas sobre o tema.



Código Eleitoral

No segundo semestre, a diretoria da ANADEP enviou ofícios aos parlamentares para tratar de pontos em relação ao Novo Código Eleitoral (PLP 112/2021).

CÂMARA: Subcomissão Especial para Assuntos Penais

No segundo semestre, a diretoria da ANADEP participou de audiências públicas no âmbito da Subcomissão Especial para Assuntos Penais. Vinculada à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, a subcomissão analisa mudanças nas legislações penal e processual penal.

Participação em Audiência Pública #ANADEPnoLegislativo

Estatutos da Criança e do Adolescente e do Idoso

TERÇA-FEIRA (31)

9h

Subcomissão Especial para Assuntos Penais da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados



Lara Tortola
Membra da Comissão de Política Criminal



Participação em Audiência Pública #ANADEPnoLegislativo

Parte do Código Penal - Crimes contra o patrimônio

Terça-feira (3)

9h

Subcomissão Especial para Assuntos Penais da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados



Rômulo Veloso
Membro da Comissão de Política Criminal



Participação em Audiência Pública #ANADEPnoLegislativo

Código Penal

Terça-feira (06)

9h

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados - Subcomissão Especial de Assuntos Penais



Lúcia Helena
Coordenadora da Comissão de Política Criminal da ANADEP



CÂMARA E SENADO: Lei de Segurança Nacional

Em agosto, o Senado Federal aprovou o PL 2.108/2021 que revoga a Lei de Segurança Nacional (LSN). A ANADEP acompanhou a discussão sobre a LSN. A Associação debateu o projeto com entidades da sociedade civil e com deputadas e deputados, inclusive com a deputada Margarete Coelho, que foi relatora da matéria na Câmara dos Deputados. Houve reuniões com Articulação Justiça Além do Cárcere, Frente DDDH, parlamentares, juristas e diálogo aberto com entidades da sociedade civil e participação em audiência pública.

DEPUTADA MARGARETE COELHO APRESENTA RELATÓRIO SOBRE A LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

Matéria tem sido debatida pela Diretoria da ANADEP e Comissão de Política Criminal, ao lado de entidades da sociedade civil



Reunião com a Comissão de Política Criminal da ANADEP

Articulação Justiça Além do Cárcere

Ato contra a urgência do PL 8467

Reunião com a deputada Margarete Coelho (PP/PI)

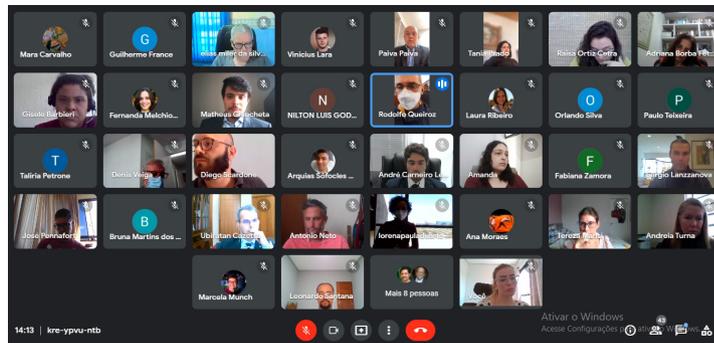
Reunião com a deputada Margarete Coelho (PP/PI)

Reunião com a deputada Margarete Coelho (PP/PI)

Ato contra a urgência do PL 8467

Audiência pública sobre a "Revogação da Lei de Segurança Nacional e os crimes contra o Estado Democrático de Direito"

Reunião entre a Frente DDDH e parlamentares



SENADO: MP 1045

No início de agosto, uma das matérias que entrou no radar da ANADEP foi a Medida Provisória nº. 1045/2021 que, originalmente, tratava sobre a minirreforma trabalhista. No entanto, o texto sofreu acréscimos na Câmara dos Deputados e passou a limitar o acesso à justiça. A diretoria da ANADEP elaborou nota técnica, divulgou nota pública à imprensa, elaborou ofício para os(as) senadores(as) e intensificou as atividades legislativas para tratar da pauta.

Posicionamento da ANADEP contra medida provisória que pode limitar acesso à justiça no País é destaque na imprensa nacional

MP que dificulta acesso à justiça gratuita é inconstitucional, diz Anadep

Medida Provisória que propõe dificultar acesso à justiça gratuita é inconstitucional, diz Anadep

A quem interessa dificultar o acesso à justiça?

MP que propõe dificultar acesso à Justiça gratuita é inconstitucional

MP 1.045: "minirreforma trabalhista" é inconstitucional? Especialista opina

Medida Provisória que propõe dificultar acesso à justiça gratuita é inconstitucional, diz Anadep

#ANADEPnaMÍDIA

ANADEP
Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos

Saíu na mídia

BLOG do Servidor
Reforma administrativa viola Constituição e contribui para o déficit de defensores públicos no país, diz presidente da Anadep

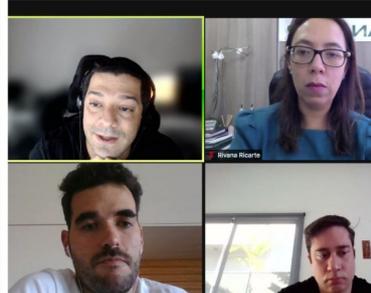
Política & Poder
Anadep: aprovação da reforma administrativa viola constituição

ECONOMIA
Reforma administrativa viola Constituição e atrapalha defensoria, diz entidade

A diretora-presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Estaduais (Anadep), Rivana Barreto Ricarte, lamentou que a PEC não investe na qualidade do serviço público, que poderia gerar economia. "Serviço público de qualidade não é ónus, mas economia para o Estado", defendeu. Ela observou que o Estado gasta proporcionalmente mais com advogados dativos em municípios que não contam com defensores públicos.

ANADEP
Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos

#DefensoriaSim anadep.org.br



CÂMARA: PEC 32 (Reforma Administrativa)

No segundo semestre, a reforma administrativa (PEC 32/2020) continuou sendo foco da diretoria. Houve uma série de reuniões para tratar o tema com a assessoria parlamentar, CONDEGE, ANADEF, Fonacate e Servir Brasil.



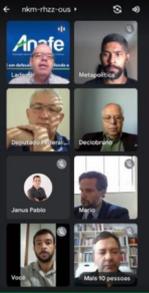
Na sede da ANADEP diretoria, Associações Locais e Condege debatem estratégias à PEC 32 (setembro)

Diálogos com parlamentares

Legislativo 24sem

ANADEP participa de reunião com o deputado Subtenente Gonzaga (PDT/MG).

Na pauta, a Reforma Administrativa.



Augusto de
Edenaspedrocolho

ANADEP
Associação Nacional dos Defensores e Defensoras Públicas

Turbinar Mais

Legislativo 21sem

ANADEP e Fonacate presentes em reunião ampliada da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).



ANADEP
Associação Nacional dos Defensores e Defensoras Públicas

Turbinar Mais

Legislativo 23sem

Diretoria da ANADEP reúne-se com o relator da reforma administrativa na CCJ, deputado Darci de Matos (PSD-SC), nesta segunda-feira, em Brasília.

O Colegiado está reunido para debater o parecer do parlamentar. A previsão é que a proposta seja debatida até a manhã desta terça, e votada na terça à tarde.

#ANADEPNOLEGISLATIVO



ANADEP
Associação Nacional dos Defensores e Defensoras Públicas

Turbinar Mais

Legislativo 21sem

Na pauta, a PEC 32 (reforma administrativa)




ANADEP
Associação Nacional das Defensorias e Defensoras Públicas

Turbinar Mais

Legislativo 20sem

ANADEP E ANADEF COM A DEPUTADA MARGARETE COELHO (PP-PI) DURANTE AS ATIVIDADES LEGISLATIVAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS



#ANADEPnoLegislativo

Turbinar Mais

Legislativo 20sem

ANADEP E ADPERGS REÚNEM-SE COM DEPUTADO SANDERSON (PSL-RS) PARA APRESENTAR OS PLEITOS DA DEFENSORIA PÚBLICA EM RELAÇÃO À REFORMA ADMINISTRATIVA.



#ANADEPnoLegislativo

Turbinar Mais

Legislativo 20sem

ANADEP E FONACATE REÚNEM-SE COM O DEPUTADO ARTHUR MAIA (DEM-BA). NA PAUTA, REFORMA ADMINISTRATIVA.



@DEPARTHURMOLIVEIRAMAIA

#ANADEPnoLegislativo

Turbinar Mais

Legislativo 19sem

#NãoàReformaAdministrativa

ANADEP em defesa do serviço público

ADEP-MS REÚNE-SE COM O DEPUTADO DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT) PARA TRATAR DA REFORMA ADMINISTRATIVA



#ANADEPnoLegislativo

ANADEP
Associação Nacional das Defensorias e Defensoras Públicas

@DAGOBERTONOGUEIRAMS

Turbinar Mais

Legislativo 19sem

ANADEP E ANADEF REÚNEM-SE COM O DEPUTADO FÁBIO TRAD (PSD/MS) PARA APRESENTAR OS PLEITOS DA DEFENSORIA PÚBLICA EM RELAÇÃO À REFORMA ADMINISTRATIVA.



#ANADEPnoLegislativo

@FABIOTRAD

Turbinar Mais

Legislativo 20sem

ANADEF, ADEP-MG, ADPERGS E ANADEF REÚNEM-SE COM O DEPUTADO LINCOLN PORTELA (PL-MC) PARA APRESENTAR OS PLEITOS DA DEFENSORIA PÚBLICA EM RELAÇÃO À REFORMA ADMINISTRATIVA.



#ANADEFnoLegislativo

@DEPUTADO.LINCOLNPORTELA

Turbinar Mais

Legislativo 20sem

ANADEF, ANADEF E DPU REÚNEM-SE COM A DEPUTADA JOENIA WAPICHANA (REDE-RR) PARA APRESENTAR OS PLEITOS DA DEFENSORIA PÚBLICA EM RELAÇÃO À REFORMA ADMINISTRATIVA.



#ANADEFnoLegislativo

@JOENIAWAPICHANA

Turbinar Mais

Legislativo 19sem

#NãoàReformaAdministrativa

ANADEF em defesa do serviço público

ANADEF E ANADEF REÚNEM-SE COM ASSESSORIA DO DEPUTADO EUCLYDES PETERSEN (PSC/MG) DURANTE AS ATIVIDADES LEGISLATIVAS DESTA SEMANA



@EUCLYDESPETERSENOFICIAL

#ANADEFnoLegislativo ANADEF

Turbinar Mais

Legislativo 19sem

Ver tradução >

#NãoàReformaAdministrativa

ANADEF em defesa do serviço público

ADPEMA REÚNE-SE COM O DEPUTADO GASTÃO VIEIRA (PROS-MA).



#ANADEFnoLegislativo ANADEF

@GASTAOVIEIRA

Turbinar Mais

Legislativo 19sem

Ver tradução >

#NãoàReformaAdministrativa

ANADEF em defesa do serviço público

ADPEMA REÚNE-SE COM O DEPUTADO JÚNIOR LOURENÇO (PL-MA)



#ANADEFnoLegislativo ANADEF

Turbinar Mais

Legislativo 19sem

Ver tradução >

#NãoàReformaAdministrativa

ANADEF em defesa do serviço público

ANADEF E ADEP-BA REÚNEM-SE COM DEPUTADO LEO DE BRITO (PT/AC) PARA APRESENTAR OS PLEITOS DA DEFENSORIA PÚBLICA EM RELAÇÃO À REFORMA ADMINISTRATIVA.



@LEODEBRITOAC

#ANADEFnoLegislativo ANADEF

Turbinar Mais

Legislativo 19sem
Ver tradução >

#NãoàReformaAdministrativa

ANADEP em defesa do serviço público

ANADEP, ADEP-BA e ANAFE REÚNEM-SE COM O LÍDER DO PT, DEPUTADO BOHN GASS (RS), E COM O DEPUTADO ZÉ NETO (PT-BA) PARA TRATAR DA REFORMA ADMINISTRATIVA.



#ANADEPnoLegislativo ANADEP

Turbinar Mais

Legislativo 19sem
Ver tradução >

#NãoàReformaAdministrativa

ANADEP em defesa do serviço público

ANADEP, ADEP-MG e ANADEP REÚNEM-SE COM O DEPUTADO ANDRÉ JANONES (AVANTE/MG)



#ANADEPnoLegislativo ANADEP @ANDREJANONES

Turbinar Mais

Legislativo 19sem
Ver tradução >

#NãoàReformaAdministrativa

ANADEP em defesa do serviço público

Presidente da Comissão Especial destinada a analisar a PEC 32, deputado Fernando Monteiro (PP-PE), dialoga com ANADEP, ADEP-BA e ADEPOL.



#ANADEPnoLegislativo ANADEP

Turbinar Mais

Legislativo 19sem
Ver tradução >

#NãoàReformaAdministrativa

ANADEP em defesa do serviço público

ANADEP E ADEP-BA REÚNEM-SE COM LÍDER DO PROGRESSISTAS, DEPUTADO CACÁ LEÃO (BA)



#ANADEPnoLegislativo ANADEP

Turbinar Mais

Legislativo 18sem
Ver tradução >

#NãoàReformaAdministrativa

ANADEP em defesa do serviço público

ANADEP e ADEPES reúnem-se com deputada Soraya Manato (PSL-ES).



#ANADEPnoLegislativo ANADEP

Turbinar Mais

Legislativo 19sem
Ver tradução >

#NãoàReformaAdministrativa

ANADEP em defesa do serviço público

ANADEP E FONACATE REÚNEM-SE COM O DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO (PP-PE), PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ANALISAR O MÉRITO DA REFORMA ADMINISTRATIVA (PEC 32/2020)



#ANADEPnoLegislativo ANADEP

Turbinar Mais

Legislativo 18sem
Ver tradução >

#NãoàReformaAdministrativa

ANADEP em defesa do serviço público

ANADEP E CONDEGE REÚNEM-SE EM BRASÍLIA PARA TRAÇAR ESTRATÉGIAS CONJUNTAS EM RELAÇÃO ÀS ATIVIDADES LEGISLATIVAS DA REFORMA ADMINISTRATIVA



Legislativo 18sem
Ver tradução >

#NãoàReformaAdministrativa

ANADEP em defesa do serviço público

ANADEP E ADPETO COM O DEPUTADO RUBENS BUENO (CIDADANIA-PR)



Legislativo 18sem
Ver tradução >

#NãoàReformaAdministrativa

ANADEP em defesa do serviço público

REUNIÃO COM O RELATOR DA REFORMA ADMINISTRATIVA (PEC 32/20) NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ), DEPUTADO DARCI DE MATOS (PSD-SC)



Legislativo 18sem
Ver tradução >

#NãoàReformaAdministrativa

ANADEP em defesa do serviço público

ANADEP e CONDEGE em atividades legislativas na Câmara dos Deputados

Nesta semana, a ADPETO tem auxiliado os trabalhos na Casa, na ocasião, com o deputado Wellington Roberto (PL-PB).



Legislativo 18sem
Ver tradução >

#NãoàReformaAdministrativa

ANADEP em defesa do serviço público

ANADEP DURANTE ATIVIDADES LEGISLATIVAS NESTA QUINTA-FEIRA (1º). NA OCASIÃO, COM O DEPUTADO VALTENIR PEREIRA (MDB-MT)



Legislativo 18sem
Ver tradução >

#NãoàReformaAdministrativa

ANADEP em defesa do serviço público

REUNIÃO COM O DEPUTADO CELSO RUSSOMANO (REPUBLICANOS-SP)



Legislativo 18sem
Ver tradução >

#NãoàReformaAdministrativa

ANADEP em defesa do serviço público

ANADEP DURANTE ATIVIDADES LEGISLATIVAS NESTA QUINTA-FEIRA (1º). NA OCASIÃO, COM O DEPUTADO VALTENIR PEREIRA (MDB-MT)



Diálogos com relator

Em agosto, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte; o vice-presidente jurídico-legislativo, Flávio Wandeck; e o presidente da ADEP-BA e diretor 2º Secretário da ANADEP, Igor Raphael de Novaes Santos, reuniram-se com o deputado Arthur Maia (DEM-BA), relator na comissão especial que analisa o mérito da PEC 32. No final do mesmo mês, a presidente da ANADEP, Rivana Ricarte; e o vice-presidente administrativo e presidente da APADEP, Augusto Barbosa, participaram de encontro sobre a Reforma Administrativa com os deputados Arthur Maia (DEM-BA) e Rui Falcão (PT-SP). Também participaram do debate representantes de diversas carreiras do serviço público. O debate foi organizado pelo escritório Innocenti, em São Paulo.



Audiências públicas

Em julho, a presidenta da ANADEP participou de audiência pública na Comissão Especial destinada a analisar o mérito da PEC 32/2020. A audiência teve como objetivo discutir o regime jurídico da Magistratura, Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia Pública, membros dos Tribunais de Contas e dos titulares de mandatos eletivos. A participação da ANADEP repercutiu na grande imprensa.



Saiu na mídia

CONSELHO Defensoria BLOG do Servidor

Política & Poder

Anadep: aprovação da reforma administrativa viola constituição

Reforma administrativa viola Constituição e contribuirá para déficit de defensores públicos no país, diz presidente da Anadep

ECONOMIA

Reforma administrativa viola Constituição e atrapalha defensoria, diz entidade

Reforma presidente da Anadep, tendo contribuído para déficit de defensores públicos no país

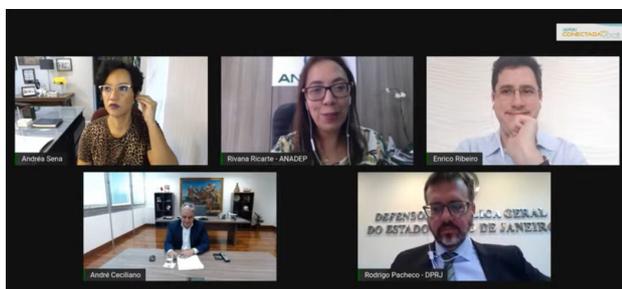
A diretora-presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Estaduais (Anadep), Rivana Barreto Ricarte, lamentou que a PEC não investe na qualidade do serviço público, que poderia gerar economia. "Serviço público de qualidade não é ônus, mas economia para o Estado", defendeu. Ela observou que o Estado gasta proporcionalmente mais com advogados dativos em municípios que não contam com defensores públicos.

ANADEP
Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos

#DefensoriaSim anadep.org.br

Debates presenciais e virtuais

Ao longo dos meses, foram promovidas outras audiências públicas para debater o texto com a sociedade e os parlamentares sobre a proposta. A ANADEP participou de alguns encontros virtuais e presenciais. Confira:



Reforma administrativa é tema de roda de conversa promovida pela ADPERJ



Assembleia Legislativa do Acre promove seminário para debater a reforma administrativa



#PEC32Não #MinDefesaDoServiçoPúblico #PEC32Não
Seminário: Os impactos da Reforma Administrativa na População do DF

Reforma administrativa é tema de seminário na CLDF

Diálogo com Fonacate e Frente Parlamentar Mista do Serviço Público

A ANADEP participou de todas as reuniões do Fonacate e da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público para discutir as estratégias de enfrentamento à PEC 32. Houve também diálogo com as centrais sindicais sobre a reforma.

Frente Servir Brasil

No segundo semestre, a diretoria da ANADEP esteve presente em todas as reuniões promovidas pela frente parlamentar Servir Brasil para tratar de pautas de defesa do serviço público.



Mobilização do Fonacate



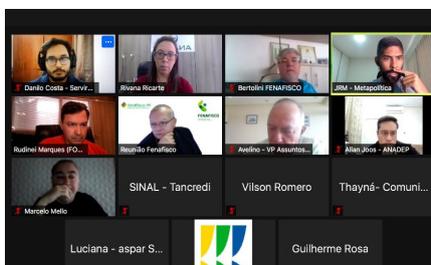
Encontro com parlamentares em café da Frente



Seminário promovido pelo Fonacate (julho)



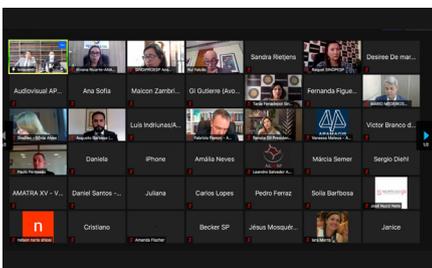
Deputado Maia, Fonacate e Servir Brasil



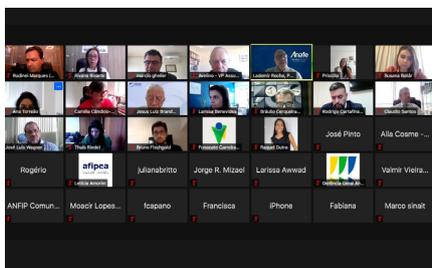
Reunião com Fonacate (julho)



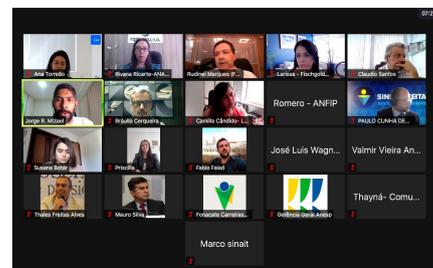
Servir Brasil (agosto)



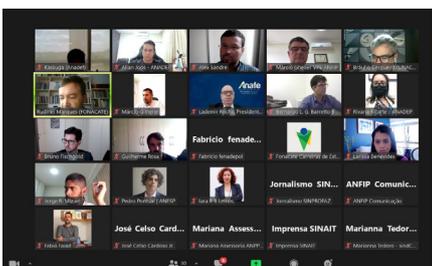
ANADEP e APADEP sobre a PEC 32 (agosto)



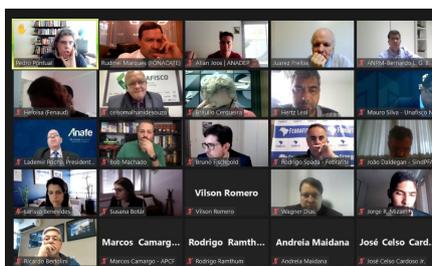
Fonacate (agosto)



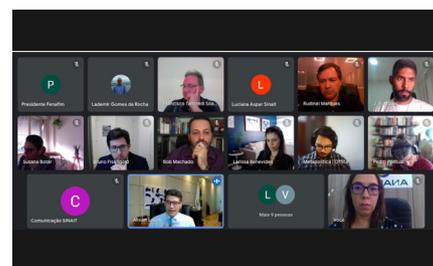
Fonacate (agosto)



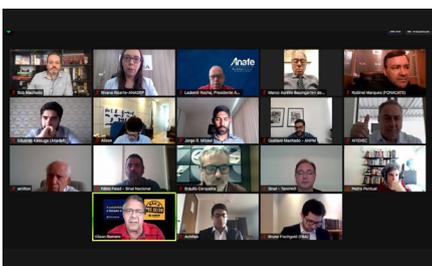
Fonacate (agosto)



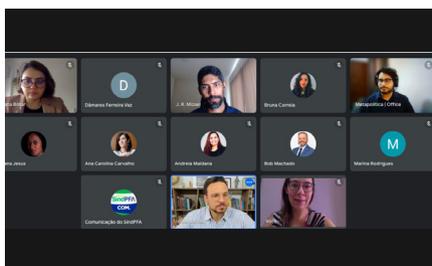
Fonacate (setembro)



Reunião com a Frente Servir Brasil (setembro)



Fonacate (outubro)



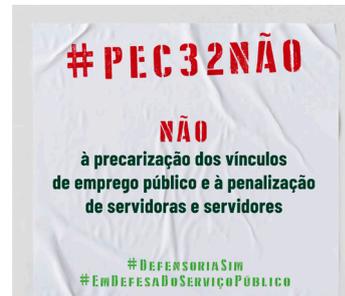
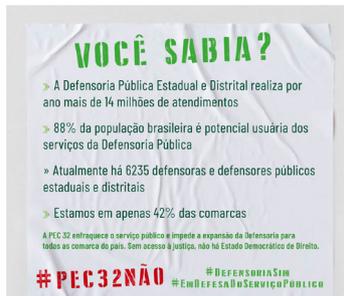
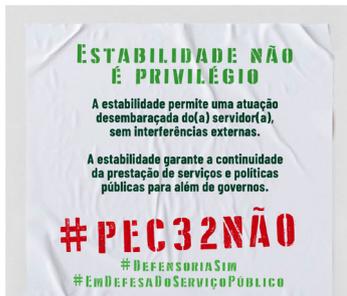
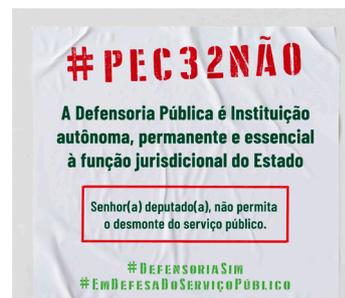
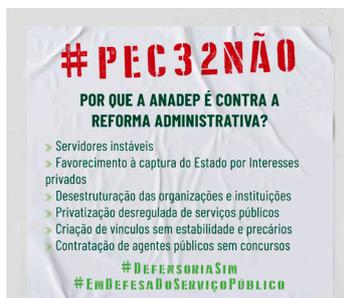
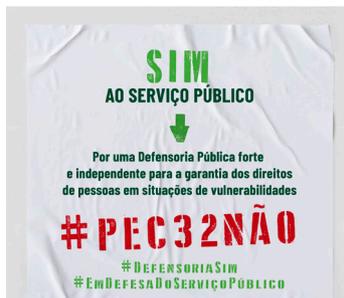
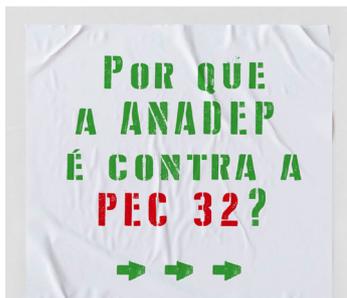
Frente Servir (outubro)

Mobilizações e campanha

O Fonacate, a ANADEP e as afiliadas, em conjunto com a Servir Brasil, organizaram movimento permanente contra a PEC 32. Há atos no embarque e desembarque dos parlamentares nos aeroportos das capitais e no Distrito Federal; atos e encontros no Anexo 2 da Câmara; inserções contra a reforma administrativa na Globo News, nas mídias sociais, como o Facebook e o Instagram; e outras ações de mídias de rua, nos estados e no Distrito Federal.



Cards para redes sociais



Texto-base da reforma administrativa foi aprovado em setembro na comissão especial

A presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, permaneceu no plenário em diálogo com parlamentares durante os dois dias intensos de votação na Comissão Especial, ao lado dos representantes das Associações Locais. A entidade enviou a diversos parlamentares ofício solicitando apoio a destaques durante a votação com pleitos da categoria:





Brasília-DF, 28 de setembro de 2021.

Ofício ANADEP N°: 94/2021.

Assunto: PEC 32/2020 – Reforma Administrativa

Excelentíssimo(a) Senhor (a) Deputado (a) Federal,

A **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DOS DEFENSORES PÚBLICOS – ANADEP**, representante de mais de seis mil defensoras e defensores públicos estaduais e distritais das 27 unidades da federação, bem como responsável pela promoção e proteção de direitos de milhões de pessoas em situações de vulnerabilidades, **solicita o apoio** de Vossa Excelência para apresentação dos seguintes destaques de votação em separado referentes à PEC 32/20, a fim de tornar menos injusta a reforma administrativa:

- ✓ **Contratação por tempo determinado:** destaque supressivo do **Art. 37, IX**, que permite a contratação por tempo determinado, colocando fim a estabilidade do servidor público.
- ✓ **Substituição:** destaque supressivo da **alínea f, do inciso XXIII do Art. 37, da PEC 32/2020**, que veda os adicionais de substituição, implicando na redução do serviço e comprometendo, portanto, a melhoria do serviço público.
- ✓ **Terceirização:** destaque supressivo do **Art. 37-A da PEC 32/2020**, que versa sobre a adoção de “instrumentos de cooperação” para substituição do serviço prestado por servidores públicos, estabelecendo assim a terceirização do serviço público.
- ✓ **Redução de jornada e remuneração:** destaque supressivo do **inciso º, I-A, do parágrafo 3º do Art. 169, da PEC 32/2020**, que permite a redução de jornada de trabalho e a redução da remuneração, fragilizando o serviço público.
- ✓ **Contratação por tempo determinado para carreiras típicas:** destaque supressivo do **parágrafo 3º do Art. 247, da PEC 32/2020**, que deixa desprotegida as carreiras típicas de estado.

Desde já agradecemos a atenção dispensada e nos colocamos disposição de Vossa Excelência.


Rivana Barreto Ricarte de Oliveira
Presidenta da ANADEP

SBS Quadra 02 | Lote 10 | Bloco J | Ed. Carlton Tower | Subtérreos 1 e 2 | Asa Sul | CEP: 70.070-120 | Brasília/DF
Tel | Fax: +55 61 3963 1742 | 3039 1763
anadep.org.br

Agradecimento

Após a votação da PEC 32 na Comissão Especial, a ANADEP agradeceu o apoio de parlamentares às emendas que resguardavam os pleitos da Defensoria Pública.

**A ANADEP agradece
pelas assinaturas nas
emendas nº 5 e 6 da
reforma administrativa**

Emendas foram
apresentadas pelo deputado
Lincoln Portela (PL-MG)

Emenda nº 5

186

assinaturas

Emenda nº 6

180

assinaturas

Conheça as deputadas e deputados que assinaram

Notas Técnicas e Notas Públicas

No segundo semestre, a diretoria emitiu uma nota técnica e uma nota pública. A nota técnica foi sobre MP 1045, que poderia limitar o acesso à justiça no País. A nota pública versou sobre projeto que facilita a contratação de advogados dativos com recursos da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.



NOTA TÉCNICA – 202107 – DIR/ANADEP

ASSUNTO: MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.045, DE 2021: ACESSO À JUSTIÇA

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DOS DEFENSORES PÚBLICOS – ANADEP, representante de mais de seis mil defensoras e defensores públicos estaduais e distritais das 27 unidades da federação, bem como responsável pela promoção e proteção de direitos de milhões de pessoas em situações de vulnerabilidades, com fulcro no Artigo 2º, Inciso IV, de seu Estatuto, tendo por uma de suas finalidades institucionais a de “colaborar com os Poderes constituídos no aperfeiçoamento da ordem jurídica, fazendo representações, indicações, requerimentos ou sugestões à legislação existente ou a projetos em tramitação”, **RESOLVE** apresentar Nota Técnica sobre a matéria da MPV 1045/2021.

- A MPV 1045/2021 tratava apenas da relação emprego e renda, sem qualquer menção a situação de limitação ou restrição ao acesso à justiça, até mesmo porque não é momento oportuno para restringir acesso à justiça, em meio a crise econômica gerada pela pandemia- com o aumento de pessoas em situação de vulnerabilidade.
- Contudo observa-se que foram incluídos os artigos 89, 90, 91 e 93 trazendo matéria estranha ao texto da MP e que restringem o acesso à justiça sem qualquer fundamentação idônea e sem ser objeto ao menos de emenda parlamentar.
- Tratam-se de matérias estranhas e sem qualquer relação com o tema inicial da MP e, por esta razão, **referidos artigos devem ser consideradas não escritos para realização da votação no Senado Federal**

Para justificar o pedido da ANADEP, seguem algumas considerações mais detalhadas.

1. ANÁLISE DE MATÉRIA ESTRANHA À MEDIDA PROVISÓRIA

Cabe esclarecer que no dia 11 de agosto 2021 foi aprovada na Câmara dos

NOTA PÚBLICA

Defensoria Pública aponta preocupação com a inclusão da velhice na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-11).

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS – ANADEP, representante de mais de seis mil defensoras e defensores públicos estaduais e distritais das 27 unidades da federação, bem como responsável pela promoção e proteção de direitos de milhões de pessoas em situações de vulnerabilidades, no uso de suas atribuições estatutárias, por meio da Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa, vem a público manifestar preocupação com a inclusão da velhice na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-11).

Uma forma velada de agressão à população idosa se apresenta nas vésperas do Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa (15 de junho): a estigmatização do envelhecimento.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 impõe que é dever de do Estado e da sociedade resguardar os direitos das pessoas idosas, garantindo sua participação na vida comunitária, seu bem-estar e seu direito a uma vida digna e, portanto, livre de discriminações.

O Estatuto do Idoso é expresso ao afirmar que “o envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social”, bem como que ao Estado cumpre garantir a proteção da vida, da saúde e de políticas públicas em prol das pessoas idosas e de um envelhecimento saudável e digno.

As normativas internacionais sobre os direitos da pessoa idosa, por sua vez, reforçam a importância de se afastar qualquer associação da velhice a um quadro de doença ou invalidez, pautando, ao revés, a valorização da velhice, evitando a estereotipagem dessas pessoas, conforme previsto na Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos bem como o Plano de Ação Internacional, adotado pela ONU em 2001.

A velhice é uma construção social e constitui etapa natural da vida humana que demanda necessidades e atenções específicas, as quais, de resto, existem, em maior ou menor medida, em todas as fases do percurso humano (primeira infância, infância, adolescência, juventude e fase adulta). É dizer: cada momento da trajetória biopsicossocial do ser humano apresenta peculiaridades e cuidados próprios, mas nem por isso vemos iniciativas para incluir outras etapas da vida das populações como doentes tão somente pelo critério etário ou fase da vida em que se encontra.

A rotulação da velhice como única fase que, por si só, justifica a classificação na CID como doença é reflexo de mentalidade ultrapassada, estigmatizante e discriminatória que enxerga o idoso como pessoa inválida, incapaz e sem autonomia.

Assim, a ANADEP vê com preocupação o movimento de inserção da velhice na CID-11, no âmbito da OMS, alertando para o grande potencial estigmatizante da medida, a qual, de resto, não encontra abrigo nas disposições constitucionais, legais e convencionais.

JUNHO DE 2021
Diretoria ANADEP e Comissão Temática dos Direitos da Pessoa Idosa



NOTA PÚBLICA

ANADEP e ADEPEPE repudiam projeto que facilita a contratação de advogados dativos com recursos da Defensoria Pública do Estado



Associação dos Defensores Públicos do Estado de Pernambuco



Atuação Jurídica

Assessoria Jurídica Especializada

A ANADEP conta com um dos principais escritórios de advocacia do país: Marrafon, Robl & Grandinetti Advocacia que auxilia a vice-presidência jurídica legislativa e a diretoria jurídica na elaboração de estudos e pareceres jurídicos e no ingresso de ações. O escritório vem auxiliando os(as) representantes de Associações estaduais e Distrital que solicitaram interposição de novas ações, sendo todo os pleitos votados e aprovados em assembleia geral extraordinária.

ATUAÇÃO JURÍDICA DA ANADEP em númeors no 2º semestre (julho a dezembro)

13

reuniões

Para tratar da pauta jurídica

2

**ingressos
de amicus curiae**

26

**memoriais
produzidos**

13

**sustentações orais
em julgamentos**

Planilha de ações da ANADEP

AÇÃO	NÚMERO	ASSUNTO	ANDAMENTOS	SITUAÇÃO
HC	188820	Pandemia do covid e sistema carcerário	09.02.21 – audiência, memoriais e sustentação oral	ACÓRDÃO 24.03.21 Negado agravo regimental 12.05.21
ADI ANADEP	6335	Art. 2, II, “a” e “b”, LC 188/1999 SC	09.02.21 – petição pela não reunião com ADI 5.998	
ADI ANADEP	5998	Art. 1º LC 730/2018, que alterou o 2º, II, ‘a’ e ‘b’, LC 188/1999; Art. 1º da LC 723/2018, no que respeita ao art. 2º, II e §§ 1º e 2º, da LC 188/1999 SC		
ADI	6534	Ats. 1º, II, a, e 2º, I, da Medida Provisória nº 19, 28.07.20, TO - RPPS	04.03.21 – protocolada habilitação amicus curiae 28.04.21 – memoriais	
ADI	6513	Prerrogativa de foro Bahia		ACÓRDÃO 10.02.21 ex nunc
ADI	6512	Prerrogativa de foro Goiás		ACÓRDÃO 10.02.21 ex nunc
AÇÃO BAHIA	80039887420208100000	Aposentadoria compulsória	Em deliberação AGE ANADEP habilitação amicus curiae	
ADI	6568	FUNDOPREV RS	08.02.21 – protocolada habilitação amicus curiae	CONCLUSO AO RELATOR 22.02.21
ADI	6514	Prerrogativa de foro Ceará	16.03.21 – reunião ADPEC, memoriais e sustentação oral	ACÓRDÃO 05.04.21 ex nunc
ADI	6512	Prerrogativa de foro Goiás		ACÓRDÃO 10.02.21 ex tunc
ADI	6518	Prerrogativa de foro Acre		ACÓRDÃO 15.04.21 ex nunc

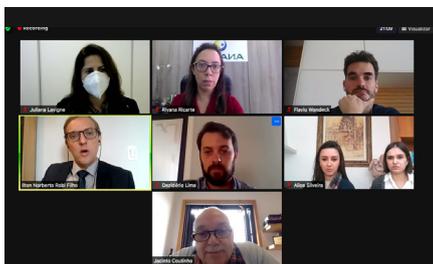
ADI	6447	Arts. 7º e 8º LC 173/2020 Covid19		DECISÃO 23.03.21 – não acolhida a habilitação amicus curiae
ADI	6413	Subsídios, Remuneração, Procuradores de Órgãos / Entidades Públicos, Remuneração, Defensoria Pública Mato Grosso	10.12.20 – admitida ANADEP como terceira interessada	
ADI	6450	LC 173/2020 Covid19		DECISÃO 23.03.21 – não acolhida a habilitação amicus curiae
ADI	6515	Prerrogativa de foro Amazonas		23.11.20 – encerrada sessão virtual. Referendada a cautelar ex nunc
ADPF	279	Assistência jurídica Município de Diadema		25.03.21 – Admitida ANADEP amicus curiae
ADI	558	Foro por prerrogativa de função, legitimidade da Defensoria Pública ações coletivas, legitimidade da Defensoria Pública para controle concentrado de constitucionalidade CF RJ 30 anos tramitando	06.04.21 Sustentação, memoriais, audiências	23.04.21- ACÓRDÃO
ADI	6517	Foro por prerrogativa de foro São Paulo	06.04.21 Sustentação, memoriais, audiências	19.04.21 – ACÓRDÃO ex nunc
ADI	3772	LC 158-2006 Lei Orgânica Acre	Substabelecimento escritório ANADEP. 16.04.21 – protocolada petição desistência	29.04.21 – ACÓRDÃO prejudicada ADI
ADI	6502			

ADI	6508	Prerrogativa de foro Rondônia		03.12.20 – sessão virtual referendada a cautelar
RE	1240999	OAB São Paulo	Agenda Ministro	JULGAMENTO VIRTUAL 28.05.21 A 07.06.21 – retirado de pauta
ADI	6516	Prerrogativa de foro Alagoas	13.11.20 – deferido amicus	23.11.20 – encerrada sessão virtual. Referendada a cautelar ex nunc
RE	887671	Prover cargo Defensoria Comarca Jati – CE	20.04.21 – memoriais	
RECLAMAÇÃO	43953	Taxa atividade notarial RJ	Escritório ANADEP não atua	27.04.21 – JULGAMENTO
ADI	4452	Atuação Defensoria interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos Sergipe		
ADI ANADEP	5217	LC 180/2014, que alterou a LC 136/2011, Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná	Petição prosseguimento	04.05.21 – Coleta de informações
HC	1665704	HC Coletivo – presos que têm sob sua responsabilidade pessoa com deficiência e crianças	ANADEP convidada para audiência pública	
RE	859084	Art. 19, L 8036 -1990 FGTS Acre		11.05.21 - Destaque retirado de pauta
ADI ANADEP	5644	São Paulo	07.12.20 – sustentação oral	18.12.20 – pedido de destaque Alexandre de Moraes
ADPF	347	Estado de coisas inconstitucional do sistema penitenciário	21.05.21 – sustentação oral	JULGAMENTO VIRTUAL – 28.05.21

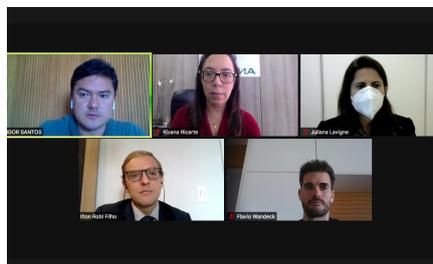
RE	973837	Retirada de material genético crimes hediondos	Amicus	
ADI ANADEP	6254	Reforma da previdência	Amicus	
ADPF	709	Pandemia e questão indígena	Requerida habilitação	
ADI	4774	Competência Infância e Juventude RS	20.05.21 – Substabelecimento com reservas escritório ANADEP	
ADI	6581	Art. 316 CPC	Amicus	
ADI	6582	Art. 316 CPC	Amicus	
ADI	6507	Prerrogativa de foro Mato Grosso do Sul	Amicus	
ADI	466	Art. 9º Lei 4268 Tubarão SC exclui materiais de ensino que incluem “ideologia de gênero”, “genero”, “orientação sexual”	Amicus	
ADI	6852	Poder de Requisição LC 80		
ADI	6860	Poder de Requisição DPE MT		
ADI	6861	Poder de Requisição DPE PI		
ADI	6862	Poder de Requisição DPE PR		
ADI	6863	Poder de Requisição DPE PE		
ADI	6864	Poder de Requisição DPE PA		
ADI	6865	Poder de Requisição DPE PB		
ADI	6866	Poder de Requisição DPE MG		
ADI	6867	Poder de Requisição DPE ES		

ADI	6868	Poder de Requisição DPE MS		
ADI	6869	Poder de Requisição DPE BA		
ADI	6870	Poder de Requisição DPE DF		
ADI	6871	Poder de Requisição DPE CE		
ADI	6872	Poder de Requisição DPE AP		
ADI	6873	Poder de Requisição DPE AM		
ADI	6874	Poder de Requisição DPE AL		
ADI	6875	Poder de Requisição DPE RN		
ADI	6876	Poder de Requisição DPE RO		
ADI	6877	Poder de Requisição DPE RR		
ADI	6878	Poder de Requisição DPE SC		
ADI	6879	Poder de Requisição DPE SP		
ADI	6880	Poder de Requisição DPE TO		
ADI	6881	Poder de Requisição DPE AC		

Reuniões da presidência e da diretoria jurídica no segundo semestre



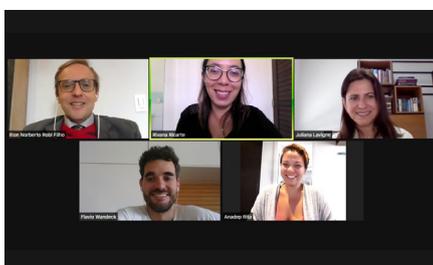
Jurídico e ADEPAR - ADI 5217 (julho)



Jurídico e ADEP-BA (julho)



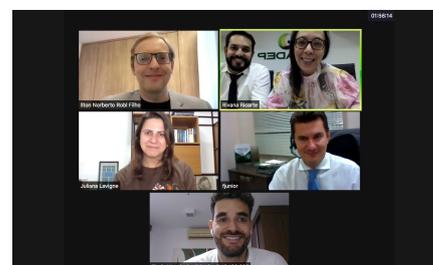
Jurídico e ADPERGS (julho)



Jurídico (julho)



(Agosto)



Com o DPG de São Paulo. Na pauta, ADPF 279 (outubro)



Comunicação e jurídico (outubro)



Jurídico e ADEPESC (outubro)



Jurídico e ADEPESC (outubro)

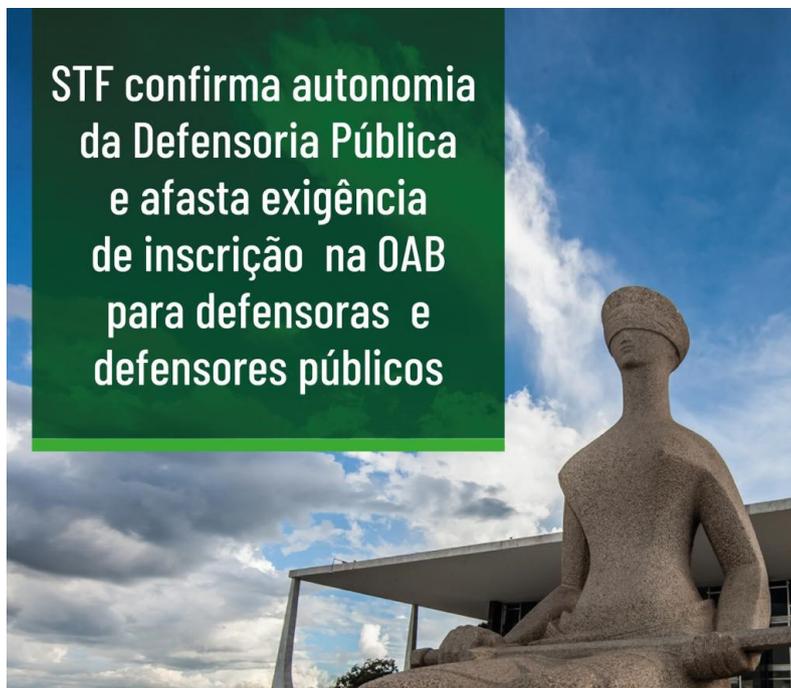
Ações

ADI 4636 e RE 1.240.999

No início de novembro, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a autonomia da Defensoria Pública e decidiu que é inconstitucional a exigência de inscrição nos quadros da OAB às defensoras e defensores públicos. A decisão foi tomada durante o julgamento do Recurso Extraordinário 1.240.999 e da ADI 4.636, que teve 9 votos a 2; e 10 votos a 1, respectivamente. A decisão tem repercussão geral. O recurso extraordinário impetrado pela Associação Paulista das Defensoras e Defensores Públicos (APADEP). O relator foi o ministro Alexandre de Moraes que, durante o julgamento virtual da matéria, reafirmou que as atividades desempenha-

das pelos defensores já são dispostas pelas Leis Complementares 80/1994 e 132/2009. Já a ADI 4.636 teve como relator o ministro Gilmar Mendes que votou pela improcedência da Ação. Segundo ele, com o advento da Emenda Constitucional 80/2014, qualquer possibilidade de crise identitária foi sanada, e que a atuação das defensoras e defensores públicos não se confunde com os advogados privados ou públicos.

STF confirma autonomia da Defensoria Pública e afasta exigência de inscrição na OAB para defensoras e defensores públicos



ADI 6345

Em outubro, o Supremo Tribunal Federal iniciou audiência pública para discutir previsões trazidas pelo pacote anticrime, como a implementação do juiz das garantias, o acordo de não persecução penal (ANPP) e os procedimentos de arquivamento de investigações. A ANADEP, autora da ADI 6345, foi uma das entidades convidadas para o debate, sendo representada pelo advogado Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho.

ANADEP defende juiz de garantias durante audiência pública promovida pelo STF



ADPF 279

Por 9 votos a 1, o Supremo Tribunal Federal julgou improcedente a ADPF 279. A ação foi proposta em 2013 pelo Procurador-Geral da República e questiona as leis 735/1983 e 106/1999, do município de Diadema (SP), sobre a prestação de serviço de assistência jurídica, apontando violação ao pacto federativo. No julgamento, a ministra Cármen Lúcia, relatora da ADPF, votou no sentido de validar a norma para que as pessoas em situações de vulnerabilidades tenham acesso ao serviço de assistência judiciária do Município. Ao longo do julgamento, outros ministros seguiram o entendimento da relatora, com a premissa de que o modelo seria um serviço complementar ao da Defensoria Pública. O ministro Nunes Marques abriu divergência por considerar as normas inconstitucionais.



ANADEP
Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos

O advogado Ilton Norberto Robl Filho representou a ANADEP durante a sustentação oral no plenário da Corte



A presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, acompanhou o julgamento direto do plenário



ANADEP, DPSP e DPDF reúnem-se com Augusto Aras para debater ADPF 279

ADIs da prerrogativa de requisição

A ANADEP e o CONDEGE ingressaram como amicus curiae no STF sobre o rol de 22 Ações Diretas de Inconstitucionalidade contra a prerrogativa de requisição das Defensorias Públicas. Algumas tiveram o julgamento iniciado, mas foram retiradas de pauta por pedido de vista.



**FACHIN MANTÉM
PODER DE REQUISIÇÃO DAS
DEFENSORIAS PÚBLICAS
EM SEU VOTO**

*Semana foi marcada por grande
movimento da ANADEP, CONDEGE,
ANADEF E DPU*

**DEFENSORIA
SIM!**

ANADEP
Associação Nacional das Defensorias e Defensores Públicos

Audiência com os ministros

Para tratar do tema, houve uma série de reuniões com os ministros Edson Fachin, Gilmar Mendes, Luis Roberto Barroso, Alexandre de Moraes, Carmén Lúcia, Nunes Marques e Ricardo Lewandowski.



Ministro Alexandre de Moraes



Ministro Luis Roberto Barroso



Ministro Gilmar Mendes



Ministro Edson Fachin

Grande imprensa repercute posicionamento da ANADEP sobre poder de requisição das Defensorias Públicas

Grande imprensa repercute posicionamento da ANADEP sobre poder de requisição das Defensorias Públicas

JOTA @jotainfo

Poder de requisição da Defensoria Pública: instrumento de acesso à justiça. Possível retirada da prerrogativa de requisição de defensores causará verdadeiro retrocesso. Artigo de Rívana Ricarte: bit.ly/3uEy2h5



Forum

Ação de Aras que restringe trabalho da Defensoria Pública vai gerar mais morosidade no Judiciário

Quem faz o alerta é a presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), que destaca a fragilidade social e econômica das pessoas que buscam a instituição

ESTADÃO

Supremo começa a julgar poder de requisição das Defensorias

Ministros vão analisar o tema em ações propostas pela PGR; Defensores dizem que atribuição reduz custos de processos e diminui sobrecarga do Judiciário

Diário

Ministros vão analisar o tema em ações propostas pela PGR; Defensores dizem que atribuição reduz custos de processos e diminui sobrecarga do Judiciário

veja

A Anadep, que é associação nacional dos defensores, é contra a mudança no escopo de atuação da entidade.

Segundo o presidente da associação, Rívana Ricarte, o poder de requisição é garantido na Constituição e é "preocupante, fundamental" dos defensores.

"Por meio do dispositivo, a instituição tem a agilidade de solicitar às autoridades, Agências públicas e entidades privadas certidões, extratos, perícias, vinténs, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias à sua atuação", diz.

FOLHA DE SP

Aras vai ao STF para limitar Defensorias e pode afetar acesso dos mais pobres ao Judiciário

Defensor público-geral da União classifica atuação da PGR como o maior risco ao trabalho da instituição em décadas

YouTube

Aras que limitar defensorias públicas

203 visualizações · 1 dia



Brasil

STF julga limite para a atuação das defensorias públicas

Corte discutirá se defensores podem requerer informações a órgãos públicos e privados

Por **Lucas Vetterazzo** Atualizado em 27 ago 2021, 11h41 · Publicado em 27 ago 2021, 11h58

CORREIO BRAZILIENSE

Para o presidente da Associação Nacional de Defensores Públicos, Rívana Ricarte, essa deliberação se deve à falta de investimentos no órgão, que não consegue atender todas as regiões do país. "Esse problema só vai ser superado com investimentos financeiros. Precisamos de mais orçamento para que se façam concursos e se nomeiem defensores e defensores públicos que estejam nos regiões onde falta atendimento", afirmou ao Correio.

#ANADEPnaMÍDIA



Comunicação

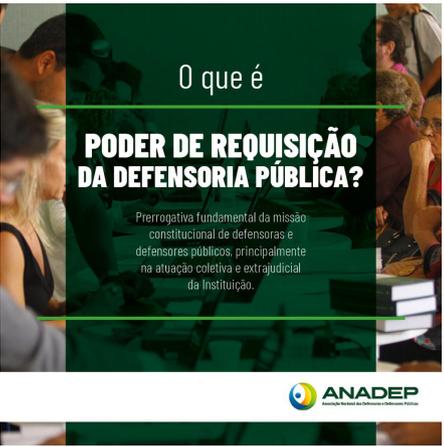
A ANADEP também preparou uma série de materiais para falar sobre o tema com o público interno, parlamentares e imprensa



PODER DE REQUISIÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA

Prerrogativa fundamental da missão constitucional de defensoras e defensores públicos, principalmente na atuação coletiva e extrajudicial da Instituição.

ANADEP
Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos



O que é

PODER DE REQUISIÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA?

Prerrogativa fundamental da missão constitucional de defensoras e defensores públicos, principalmente na atuação coletiva e extrajudicial da Instituição.

ANADEP
Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos



PODER DE REQUISIÇÃO

O que está em jogo?

No 2º semestre de 2021, começou, no plenário virtual do Supremo Tribunal Federal, o julgamento do rol de 22 Ações Diretas de Inconstitucionalidade, protocoladas pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, que questionam o poder de requisição das Defensorias Públicas.

ANADEP
Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos



A prerrogativa da requisição:

- Pertence às pessoas em situações de vulnerabilidades
- Amplia o acesso à justiça
- Evita maior sobrecarga do Judiciário
- Promove a democracia e os direitos humanos
- Garante a cidadania

ANADEP
Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos

EXEMPLOS DO USO DO PODER DE REQUISIÇÃO

Defensoria Pública de Minas Gerais busca acordo para indenizar famílias vítimas da tragédia da Creche Gente Inocente



Neste caso, o defensor público responsável pelo caso enviou ofício à prefeitura municipal de Janaúba solicitando:
O histórico da pasta funcional do vigia responsável pelo incêndio;
O histórico de documentos psiquiátricos do vigia perante os órgãos municipais competentes;
E informações acerca das condições estruturais e de funcionamento da creche.



EXEMPLOS DO USO DO PODER DE REQUISIÇÃO

Com apoio da DPE-CE, crianças e jovens de acolhimento poderão receber BPC



Para prosseguir com a Ação, a DPE-CE requisitou informações à Prefeitura de Fortaleza, Associação dos Moradores do Conjunto Tancredo Neves (AMCTN) e outras entidades de acolhimento para verificar a situação das crianças e jovens acolhidos.



EXEMPLOS DO USO DO PODER DE REQUISIÇÃO

DPE-RS fala com a CBT Eletrosul para assegurar direito à moradia de quase 1,7 mil pessoas



Os defensores públicos iniciaram o processo de negociação com a empresa para que alguns terrenos que tenham interesse social, como praças, áreas designadas para práticas esportivas, creches, entre outros, fossem retirados do leilão. Também foi requisitado que fosse feita uma reavaliação dos imóveis objetos das moradias e a empresa informou que irá submeter o pedido ao Conselho Superior.



EXEMPLOS DO USO DO PODER DE REQUISIÇÃO

Criança com autismo consegue refazer ano letivo, perdido por conta da pandemia, após atuação extrajudicial da Defensoria



Na requisição, a Defensoria Pública apresentou pareceres psicológicos e laudos médicos, além de declarações da professora e da diretora da escola.



EXEMPLOS DO USO DO PODER DE REQUISIÇÃO

Famílias removidas do antigo Cinc Santo Cecilia, em Vitória, conseguem prorrogação do aluguel social após pedido da DPES



A Instituição oficiou o Município de Vila Velha e a Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) para viabilizar a ligação de água na localidade. Nos documentos, a Instituição solicitou informações quanto à questão de acompanhamento social.



E SE A DEFENSORIA PÚBLICA perder essa prerrogativa?

A retirada do poder de requisição vai gerar mais morosidade ao Poder Judiciário e atingir os milhões de assistidos do órgão.



Você sabe por que a prerrogativa de requisição das Defensorias Públicas é importante



#DefensoriaSim



A LC 80/94 prevê que a Defensoria Pública tem a legitimidade de solicitar às autoridades, agentes públicos e entidades privadas certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias a sua atuação, que tem previsão constitucional (art. 134 da CRFB).

#DefensoriaSim



A prerrogativa da requisição:



- Pertence às pessoas em situações de vulnerabilidades
- Amplia o acesso à justiça
- Evita maior sobrecarga do Judiciário
- Promove a democracia e os direitos humanos
- Garante a cidadania

#DefensoriaSim



- PRONTO**
CORONAVÍRUS: Defensoria Pública do Rio Grande do Norte emite recomendação para Prefeitura de Mossoró sobre a manutenção da oferta de merenda escolar
- PRONTO**
CE: Defensoria conquista vitória para os tratamentos de crianças autistas com planos de saúde
- PRONTO**
ES: Após atuação da Defensoria, 42 famílias têm acesso à água em Vila Velha
- PRONTO**
CORONAVÍRUS: Defensoria Pública do PR obtém decisão favorável e garante o funcionamento de merenda escolar no Município de Breves
- PRONTO**
Defensoria Pública pede direito a banho de sol diário para detentos em município paulista
- PRONTO**
MT: Criança com autismo de Primavera do Leste consegue refazer ano letivo, perdido por conta da pandemia, após atuação extrajudicial da Defensoria

#DefensoriaSim



Apoios

Em novembro, as Defensorias Públicas receberam apoio de parlamentares, especialistas e personalidades para manutenção da prerrogativa de requisição

Personalidades se manifestam em defesa do poder de requisição das Defensorias Públicas

DEFENSORIA SIM!

ANADEP

Entidades lançam nota de apoio à manutenção do poder de requisição das Defensorias Públicas

DEFENSORIA SIM!

ANADEP

Juristas publicam artigos em defesa do poder de requisição das Defensorias Públicas

DEFENSORIA SIM!

ANADEP

Defensoria Pública recebe apoio à manutenção da prerrogativa do poder de requisição

DEFENSORIA SIM!

ANADEP

Personalidades se manifestam em defesa do poder de requisição das Defensorias Públicas

DEFENSORIA SIM!

ANADEP

Personalidades se manifestam em defesa do poder de requisição das Defensorias Públicas

DEFENSORIA SIM!

ANADEP

Defensoria Pública recebe apoio à manutenção da prerrogativa do poder de requisição



Renata Douglas
desembargadora aposentada



Amilton Buena de Carvalho
ex-desembargador do Tribunal de Justiça do Rio



Deise Renedillo
mestra em direito e assessora sobre segurança pública na Liderança do Psol (Câmara Federal)



Defensoria Pública recebe apoio à manutenção da prerrogativa do poder de requisição



Tereza Bento
advogada e ex-ministra das Relações Institucionais e da Justiça



Roberta Tartelli
advogada e ex-procurador de Justiça do Estado de São Paulo



Juliana Souza
advogada e ativista



Entidades lançam nota de apoio à manutenção do poder de requisição das Defensorias Públicas



Entidades lançam nota de apoio à manutenção do poder de requisição das Defensorias Públicas



Entidades lançam nota de apoio à manutenção do poder de requisição das Defensorias Públicas



Entidades lançam nota de apoio à manutenção do poder de requisição das Defensorias Públicas

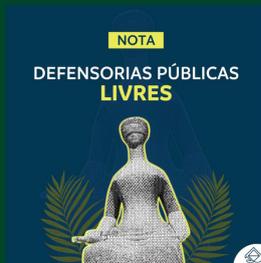


CNDH protocola pedido para se tornar 'amicus curiae' em ação no Supremo que ameaça prerrogativas de Defensorias

Conselho posiciona-se em defesa das prerrogativas de requisitar documentos e informações a órgãos públicos



Entidades lançam nota de apoio à manutenção do poder de requisição das Defensorias Públicas



Personalidades se manifestam em defesa do poder de requisição das Defensorias Públicas



Personalidades se manifestam em defesa do poder de requisição das Defensorias Públicas



Professora Maria Tereza Aina Sadek se manifesta em defesa da prerrogativa de requisição da Defensoria Pública

“

Tentativas de enfraquecer a Defensoria Pública devem ser rejeitadas com base em múltiplos princípios tanto formais – Constituição Federal e legislação – quanto de natureza moral, ou de ordem humanitária. Mitigar suas atribuições e subtrair instrumentos de atuação têm impactos que extrapolam a identidade da própria instituição. Suas consequências atingem a qualidade da democracia, o grau de inclusão, a universalização dos direitos.

”

Professora pós-doutora Maria Tereza Aina Sadek se manifesta sobre prerrogativa de requisição da Defensoria Pública

Leia o artigo sobre o tema no site da ANADEP (www.anadep.org.br)



Globo News destaca posicionamento da ANADEP sobre prerrogativa de requisição da Defensoria Pública

#Estúdio1

NEWS

RIVANA BARRETO
pres. da Assoc. Nac. dos Defensores Públicos

PROCURADORIA-GERAL QUESTIONA ACESSO A INFORMAÇÕES

MORAES PEDE VISTA EM AÇÃO QUE QUER LIMITAR DEFENSORIA PÚBLICA

9 | DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BATE RECORDE E CONTRAZ DISCURSO DO BRASIL 13:21



ESDEP e ANADEP promovem seminário sobre poder de requisição das Defensorias Públicas

A Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (EDEPE) e Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) promoveram seminário “A prerrogativa de requisição das Defensorias Públicas: conformação constitucional e a promoção do acesso à justiça às populações marginalizadas” para debater a importância da prerrogativa do poder de requisição das Defensorias Públicas.



Parlamentares divulgam voto de louvor em defesa do poder de requisição das Defensorias Públicas

O senador Fabiano Contarato (REDE-ES) lançou voto de louvor em favor do poder de requisição da Defensoria Pública. O voto de louvor é uma homenagem que o parlamento faz a alguém, por alguma ação da pessoa ou entidade. O posicionamento foi subscrito pelos senadores(as) Zequinha (PSC-PA), Nelsinho Trad (PSD-MS), Angelo Coronel (PSD-BA), Mara Gabrili (PSDB-SP), Jacques Wagner (PT-BA), Paulo Rocha (PT-PA), Nilda Gondim (MDB-PB), Paulo Paim (PT-RS), Lucas Barreto (PSD-AP), Simone Tebet (MDB-MS), Mecias de Jesus (REPUBLICANO-RR), Jean Paul Prates (PT-RN), Randolfe Rodrigues (REDE-AP), Petecão (PSD-AC), Rose de Freitas (MDB-ES), Eliziane Gama (CIDADANIA-MA), Kátia Abreu (PP-TO), Carlos Viana (PSD-MG), Luis Carlos Heinz (PP-RS), Otto Alencar (PSD-BA), Vanderlan Cardoso (PSD-GO), Dario Berger (MDB-SC), Carlos Favaro (PSD-MT), Omar Aziz (PSD-AM), Humberto Costa (PT-PE), Flávio Arns (PODEMOS-PR), Cid Gomes (PDT-CE), Mailza Gomes (PP-AC), Anastasia (PSD-MG), Marcelo Castro (MDB-PI), Leila Barros (CIDADANIA-DF) Zenaide Maia (PROS-RN), Rodrigo Cunha (PSDB-AL), Lasier Martins (PODEMOS-RS) e Plínio Valério (PSDB-AM).

Parlamentares divulgam voto de louvor em defesa do poder de requisição das Defensorias Públicas



SENADO FEDERAL
Colégio de Senadores do Brasil

REQUISIÇÃO Nº DE 2021

Senador Presidente,

Respeito aos artigos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal, insere-se em via de voto de louvor a Defensoria Pública, composta pela Defensoria Pública da União e pelas Defensorias Públicas Estaduais e do Distrito Federal.

Respeito, ainda, que sejam criadas vagas de emprego para, conforme indica no anexo.

JUSTIFICATIVA

Das após o atermo de 18 anos de Constituição Federal, é preciso reconhecer que apesar de inúmeras conquistas e esforços da Carta Cidadã entre as Defensorias Públicas. Ainda assim, restam os enormes desafios no funcionamento administrativo e atuação de defensoria e defensores públicos por todo o Brasil. São desafios que só se tornam insuperáveis por agentes e órgãos públicos, mas, principalmente, aos milhões de brasileiros e brasileiras que dependem da Defensoria Pública para que os direitos fundamentais que a Constituição garante não sejam.



Parlamentares divulgam voto de louvor em defesa do poder de requisição das Defensorias Públicas



<p>REQUISIÇÃO Nº DE</p> <p>SENADO FEDERAL Colégio de Senadores do Brasil</p> <p>REQUISIÇÃO Nº DE 2021</p> <p>Senador Presidente,</p> <p>Respeito aos artigos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal, insere-se em via de voto de louvor a Defensoria Pública, composta pela Defensoria Pública da União e pelas Defensorias Públicas Estaduais e do Distrito Federal.</p> <p>Respeito, ainda, que sejam criadas vagas de emprego para, conforme indica no anexo.</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>Das após o atermo de 18 anos de Constituição Federal, é preciso reconhecer que apesar de inúmeras conquistas e esforços da Carta Cidadã entre as Defensorias Públicas. Ainda assim, restam os enormes desafios no funcionamento administrativo e atuação de defensoria e defensores públicos por todo o Brasil. São desafios que só se tornam insuperáveis por agentes e órgãos públicos, mas, principalmente, aos milhões de brasileiros e brasileiras que dependem da Defensoria Pública para que os direitos fundamentais que a Constituição garante não sejam.</p> <p>Senador Presidente Fabiano Contarato REDE-ES</p>	<p>REQUISIÇÃO Nº DE</p> <p>SENADO FEDERAL Colégio de Senadores do Brasil</p> <p>REQUISIÇÃO Nº DE 2021</p> <p>Senador Presidente,</p> <p>Respeito aos artigos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal, insere-se em via de voto de louvor a Defensoria Pública, composta pela Defensoria Pública da União e pelas Defensorias Públicas Estaduais e do Distrito Federal.</p> <p>Respeito, ainda, que sejam criadas vagas de emprego para, conforme indica no anexo.</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>Das após o atermo de 18 anos de Constituição Federal, é preciso reconhecer que apesar de inúmeras conquistas e esforços da Carta Cidadã entre as Defensorias Públicas. Ainda assim, restam os enormes desafios no funcionamento administrativo e atuação de defensoria e defensores públicos por todo o Brasil. São desafios que só se tornam insuperáveis por agentes e órgãos públicos, mas, principalmente, aos milhões de brasileiros e brasileiras que dependem da Defensoria Pública para que os direitos fundamentais que a Constituição garante não sejam.</p> <p>Senador Presidente Nelsinho Trad PSD-MS</p>
<p>REQUISIÇÃO Nº DE</p> <p>SENADO FEDERAL Colégio de Senadores do Brasil</p> <p>REQUISIÇÃO Nº DE 2021</p> <p>Senador Presidente,</p> <p>Respeito aos artigos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal, insere-se em via de voto de louvor a Defensoria Pública, composta pela Defensoria Pública da União e pelas Defensorias Públicas Estaduais e do Distrito Federal.</p> <p>Respeito, ainda, que sejam criadas vagas de emprego para, conforme indica no anexo.</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>Das após o atermo de 18 anos de Constituição Federal, é preciso reconhecer que apesar de inúmeras conquistas e esforços da Carta Cidadã entre as Defensorias Públicas. Ainda assim, restam os enormes desafios no funcionamento administrativo e atuação de defensoria e defensores públicos por todo o Brasil. São desafios que só se tornam insuperáveis por agentes e órgãos públicos, mas, principalmente, aos milhões de brasileiros e brasileiras que dependem da Defensoria Pública para que os direitos fundamentais que a Constituição garante não sejam.</p> <p>Senador Presidente Angelo Coronel PSD-BA</p>	<p>REQUISIÇÃO Nº DE</p> <p>SENADO FEDERAL Colégio de Senadores do Brasil</p> <p>REQUISIÇÃO Nº DE 2021</p> <p>Senador Presidente,</p> <p>Respeito aos artigos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal, insere-se em via de voto de louvor a Defensoria Pública, composta pela Defensoria Pública da União e pelas Defensorias Públicas Estaduais e do Distrito Federal.</p> <p>Respeito, ainda, que sejam criadas vagas de emprego para, conforme indica no anexo.</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>Das após o atermo de 18 anos de Constituição Federal, é preciso reconhecer que apesar de inúmeras conquistas e esforços da Carta Cidadã entre as Defensorias Públicas. Ainda assim, restam os enormes desafios no funcionamento administrativo e atuação de defensoria e defensores públicos por todo o Brasil. São desafios que só se tornam insuperáveis por agentes e órgãos públicos, mas, principalmente, aos milhões de brasileiros e brasileiras que dependem da Defensoria Pública para que os direitos fundamentais que a Constituição garante não sejam.</p> <p>Senador Presidente Mara Gabrili PSDB-SP</p>



Parlamentares divulgam voto de louvor em defesa do poder de requisição das Defensorias Públicas



<p>REQUISIÇÃO Nº DE</p> <p>SENADO FEDERAL Colégio de Senadores do Brasil</p> <p>REQUISIÇÃO Nº DE 2021</p> <p>Senador Presidente,</p> <p>Respeito aos artigos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal, insere-se em via de voto de louvor a Defensoria Pública, composta pela Defensoria Pública da União e pelas Defensorias Públicas Estaduais e do Distrito Federal.</p> <p>Respeito, ainda, que sejam criadas vagas de emprego para, conforme indica no anexo.</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>Das após o atermo de 18 anos de Constituição Federal, é preciso reconhecer que apesar de inúmeras conquistas e esforços da Carta Cidadã entre as Defensorias Públicas. Ainda assim, restam os enormes desafios no funcionamento administrativo e atuação de defensoria e defensores públicos por todo o Brasil. São desafios que só se tornam insuperáveis por agentes e órgãos públicos, mas, principalmente, aos milhões de brasileiros e brasileiras que dependem da Defensoria Pública para que os direitos fundamentais que a Constituição garante não sejam.</p> <p>Senador Presidente Zequinha PSC-PA</p>	<p>REQUISIÇÃO Nº DE</p> <p>SENADO FEDERAL Colégio de Senadores do Brasil</p> <p>REQUISIÇÃO Nº DE 2021</p> <p>Senador Presidente,</p> <p>Respeito aos artigos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal, insere-se em via de voto de louvor a Defensoria Pública, composta pela Defensoria Pública da União e pelas Defensorias Públicas Estaduais e do Distrito Federal.</p> <p>Respeito, ainda, que sejam criadas vagas de emprego para, conforme indica no anexo.</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>Das após o atermo de 18 anos de Constituição Federal, é preciso reconhecer que apesar de inúmeras conquistas e esforços da Carta Cidadã entre as Defensorias Públicas. Ainda assim, restam os enormes desafios no funcionamento administrativo e atuação de defensoria e defensores públicos por todo o Brasil. São desafios que só se tornam insuperáveis por agentes e órgãos públicos, mas, principalmente, aos milhões de brasileiros e brasileiras que dependem da Defensoria Pública para que os direitos fundamentais que a Constituição garante não sejam.</p> <p>Senador Presidente Nelsinho Trad PSD-MS</p>
<p>REQUISIÇÃO Nº DE</p> <p>SENADO FEDERAL Colégio de Senadores do Brasil</p> <p>REQUISIÇÃO Nº DE 2021</p> <p>Senador Presidente,</p> <p>Respeito aos artigos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal, insere-se em via de voto de louvor a Defensoria Pública, composta pela Defensoria Pública da União e pelas Defensorias Públicas Estaduais e do Distrito Federal.</p> <p>Respeito, ainda, que sejam criadas vagas de emprego para, conforme indica no anexo.</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>Das após o atermo de 18 anos de Constituição Federal, é preciso reconhecer que apesar de inúmeras conquistas e esforços da Carta Cidadã entre as Defensorias Públicas. Ainda assim, restam os enormes desafios no funcionamento administrativo e atuação de defensoria e defensores públicos por todo o Brasil. São desafios que só se tornam insuperáveis por agentes e órgãos públicos, mas, principalmente, aos milhões de brasileiros e brasileiras que dependem da Defensoria Pública para que os direitos fundamentais que a Constituição garante não sejam.</p> <p>Senador Presidente Angelo Coronel PSD-BA</p>	<p>REQUISIÇÃO Nº DE</p> <p>SENADO FEDERAL Colégio de Senadores do Brasil</p> <p>REQUISIÇÃO Nº DE 2021</p> <p>Senador Presidente,</p> <p>Respeito aos artigos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal, insere-se em via de voto de louvor a Defensoria Pública, composta pela Defensoria Pública da União e pelas Defensorias Públicas Estaduais e do Distrito Federal.</p> <p>Respeito, ainda, que sejam criadas vagas de emprego para, conforme indica no anexo.</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>Das após o atermo de 18 anos de Constituição Federal, é preciso reconhecer que apesar de inúmeras conquistas e esforços da Carta Cidadã entre as Defensorias Públicas. Ainda assim, restam os enormes desafios no funcionamento administrativo e atuação de defensoria e defensores públicos por todo o Brasil. São desafios que só se tornam insuperáveis por agentes e órgãos públicos, mas, principalmente, aos milhões de brasileiros e brasileiras que dependem da Defensoria Pública para que os direitos fundamentais que a Constituição garante não sejam.</p> <p>Senador Presidente Mara Gabrili PSDB-SP</p>



Parlamentares divulgam voto de louvor em defesa do poder de requisição das Defensorias Públicas



 REQUISIÇÃO Nº 14 Título: REQUISIÇÃO Nº 14 Indice: REQUISIÇÃO Nº 14 Resposta: REQUISIÇÃO Nº 14 Data: REQUISIÇÃO Nº 14 Assinatura: REQUISIÇÃO Nº 14	 REQUISIÇÃO Nº 16 Título: REQUISIÇÃO Nº 16 Indice: REQUISIÇÃO Nº 16 Resposta: REQUISIÇÃO Nº 16 Data: REQUISIÇÃO Nº 16 Assinatura: REQUISIÇÃO Nº 16
 REQUISIÇÃO Nº 18 Título: REQUISIÇÃO Nº 18 Indice: REQUISIÇÃO Nº 18 Resposta: REQUISIÇÃO Nº 18 Data: REQUISIÇÃO Nº 18 Assinatura: REQUISIÇÃO Nº 18	 REQUISIÇÃO Nº 20 Título: REQUISIÇÃO Nº 20 Indice: REQUISIÇÃO Nº 20 Resposta: REQUISIÇÃO Nº 20 Data: REQUISIÇÃO Nº 20 Assinatura: REQUISIÇÃO Nº 20



Parlamentares divulgam voto de louvor em defesa do poder de requisição das Defensorias Públicas



 REQUISIÇÃO Nº 22 Título: REQUISIÇÃO Nº 22 Indice: REQUISIÇÃO Nº 22 Resposta: REQUISIÇÃO Nº 22 Data: REQUISIÇÃO Nº 22 Assinatura: REQUISIÇÃO Nº 22	 REQUISIÇÃO Nº 24 Título: REQUISIÇÃO Nº 24 Indice: REQUISIÇÃO Nº 24 Resposta: REQUISIÇÃO Nº 24 Data: REQUISIÇÃO Nº 24 Assinatura: REQUISIÇÃO Nº 24
 REQUISIÇÃO Nº 26 Título: REQUISIÇÃO Nº 26 Indice: REQUISIÇÃO Nº 26 Resposta: REQUISIÇÃO Nº 26 Data: REQUISIÇÃO Nº 26 Assinatura: REQUISIÇÃO Nº 26	 REQUISIÇÃO Nº 28 Título: REQUISIÇÃO Nº 28 Indice: REQUISIÇÃO Nº 28 Resposta: REQUISIÇÃO Nº 28 Data: REQUISIÇÃO Nº 28 Assinatura: REQUISIÇÃO Nº 28



Parlamentares divulgam voto de louvor em defesa do poder de requisição das Defensorias Públicas



 REQUISIÇÃO Nº 30 Título: REQUISIÇÃO Nº 30 Indice: REQUISIÇÃO Nº 30 Resposta: REQUISIÇÃO Nº 30 Data: REQUISIÇÃO Nº 30 Assinatura: REQUISIÇÃO Nº 30	 REQUISIÇÃO Nº 32 Título: REQUISIÇÃO Nº 32 Indice: REQUISIÇÃO Nº 32 Resposta: REQUISIÇÃO Nº 32 Data: REQUISIÇÃO Nº 32 Assinatura: REQUISIÇÃO Nº 32
 REQUISIÇÃO Nº 34 Título: REQUISIÇÃO Nº 34 Indice: REQUISIÇÃO Nº 34 Resposta: REQUISIÇÃO Nº 34 Data: REQUISIÇÃO Nº 34 Assinatura: REQUISIÇÃO Nº 34	 REQUISIÇÃO Nº 36 Título: REQUISIÇÃO Nº 36 Indice: REQUISIÇÃO Nº 36 Resposta: REQUISIÇÃO Nº 36 Data: REQUISIÇÃO Nº 36 Assinatura: REQUISIÇÃO Nº 36



Parlamentares divulgam voto de louvor em defesa do poder de requisição das Defensorias Públicas



 REQUISIÇÃO Nº 38 Título: REQUISIÇÃO Nº 38 Indice: REQUISIÇÃO Nº 38 Resposta: REQUISIÇÃO Nº 38 Data: REQUISIÇÃO Nº 38 Assinatura: REQUISIÇÃO Nº 38	 REQUISIÇÃO Nº 40 Título: REQUISIÇÃO Nº 40 Indice: REQUISIÇÃO Nº 40 Resposta: REQUISIÇÃO Nº 40 Data: REQUISIÇÃO Nº 40 Assinatura: REQUISIÇÃO Nº 40
 REQUISIÇÃO Nº 42 Título: REQUISIÇÃO Nº 42 Indice: REQUISIÇÃO Nº 42 Resposta: REQUISIÇÃO Nº 42 Data: REQUISIÇÃO Nº 42 Assinatura: REQUISIÇÃO Nº 42	 REQUISIÇÃO Nº 44 Título: REQUISIÇÃO Nº 44 Indice: REQUISIÇÃO Nº 44 Resposta: REQUISIÇÃO Nº 44 Data: REQUISIÇÃO Nº 44 Assinatura: REQUISIÇÃO Nº 44



Parlamentares divulgam voto de louvor em defesa do poder de requisição das Defensorias Públicas



 REQUISIÇÃO Nº 46 Título: REQUISIÇÃO Nº 46 Indice: REQUISIÇÃO Nº 46 Resposta: REQUISIÇÃO Nº 46 Data: REQUISIÇÃO Nº 46 Assinatura: REQUISIÇÃO Nº 46	 REQUISIÇÃO Nº 48 Título: REQUISIÇÃO Nº 48 Indice: REQUISIÇÃO Nº 48 Resposta: REQUISIÇÃO Nº 48 Data: REQUISIÇÃO Nº 48 Assinatura: REQUISIÇÃO Nº 48
 REQUISIÇÃO Nº 50 Título: REQUISIÇÃO Nº 50 Indice: REQUISIÇÃO Nº 50 Resposta: REQUISIÇÃO Nº 50 Data: REQUISIÇÃO Nº 50 Assinatura: REQUISIÇÃO Nº 50	 REQUISIÇÃO Nº 52 Título: REQUISIÇÃO Nº 52 Indice: REQUISIÇÃO Nº 52 Resposta: REQUISIÇÃO Nº 52 Data: REQUISIÇÃO Nº 52 Assinatura: REQUISIÇÃO Nº 52



Parlamentares divulgam voto de louvor em defesa do poder de requisição das Defensorias Públicas



 REQUISIÇÃO Nº 54 Título: REQUISIÇÃO Nº 54 Indice: REQUISIÇÃO Nº 54 Resposta: REQUISIÇÃO Nº 54 Data: REQUISIÇÃO Nº 54 Assinatura: REQUISIÇÃO Nº 54	 REQUISIÇÃO Nº 56 Título: REQUISIÇÃO Nº 56 Indice: REQUISIÇÃO Nº 56 Resposta: REQUISIÇÃO Nº 56 Data: REQUISIÇÃO Nº 56 Assinatura: REQUISIÇÃO Nº 56
 REQUISIÇÃO Nº 58 Título: REQUISIÇÃO Nº 58 Indice: REQUISIÇÃO Nº 58 Resposta: REQUISIÇÃO Nº 58 Data: REQUISIÇÃO Nº 58 Assinatura: REQUISIÇÃO Nº 58	 REQUISIÇÃO Nº 60 Título: REQUISIÇÃO Nº 60 Indice: REQUISIÇÃO Nº 60 Resposta: REQUISIÇÃO Nº 60 Data: REQUISIÇÃO Nº 60 Assinatura: REQUISIÇÃO Nº 60



Parlamentares divulgam voto de louvor em defesa do poder de requisição das Defensorias Públicas

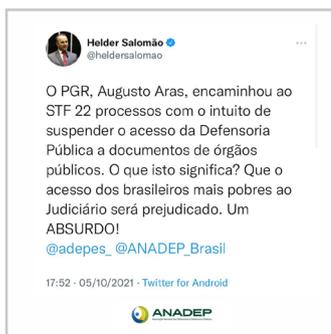


 REQUISIÇÃO Nº 62 Título: REQUISIÇÃO Nº 62 Indice: REQUISIÇÃO Nº 62 Resposta: REQUISIÇÃO Nº 62 Data: REQUISIÇÃO Nº 62 Assinatura: REQUISIÇÃO Nº 62	 REQUISIÇÃO Nº 64 Título: REQUISIÇÃO Nº 64 Indice: REQUISIÇÃO Nº 64 Resposta: REQUISIÇÃO Nº 64 Data: REQUISIÇÃO Nº 64 Assinatura: REQUISIÇÃO Nº 64
 REQUISIÇÃO Nº 66 Título: REQUISIÇÃO Nº 66 Indice: REQUISIÇÃO Nº 66 Resposta: REQUISIÇÃO Nº 66 Data: REQUISIÇÃO Nº 66 Assinatura: REQUISIÇÃO Nº 66	 REQUISIÇÃO Nº 68 Título: REQUISIÇÃO Nº 68 Indice: REQUISIÇÃO Nº 68 Resposta: REQUISIÇÃO Nº 68 Data: REQUISIÇÃO Nº 68 Assinatura: REQUISIÇÃO Nº 68



Manifestações de parlamentares no twitter

Diversos deputados(as) e senadores(as) postaram em suas redes sociais mensagens de apoio sobre o poder de requisição das Defensorias Públicas. Entre eles, estão: deputados Fábio Trad (PSD-MS), Talíria Petrone (PSOL-RJ), Helder Salomão (PT-ES), Alessandro Molon (PSB-RJ), Leo de Brito (PT-AC), Perpétua Almeida (PCdoB-AC), e ao senador Fabiano Contarato (REDE-ES).



ADI 5644

Por 6 votos a 2, o Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria no julgamento da ADI 5644 para declarar inconstitucionalidade da Lei Complementar 1.297/2017, do Estado de São Paulo, que vinculou parte do orçamento da Defensoria Pública estadual, correspondente a 40% do Fundo de Assistência Judiciária (FAJ), à prestação de assistência jurídica suplementar por advogados privados. A Ação é de autoria da ANADEP. O relator da ADI é o ministro Edson Fachin que, na ocasião, julgou procedente a ADI. Seguiram o relator, os ministros Nunes Marques, Roberto Barroso, Rosa Weber, Cármen Lúcia e Dias Toffoli. Divergiram do relator os ministros Alexandre de Moraes e Ricardo Lewandowski. O Julgamento foi suspenso por pedido de vista do ministro Gilmar Mendes.

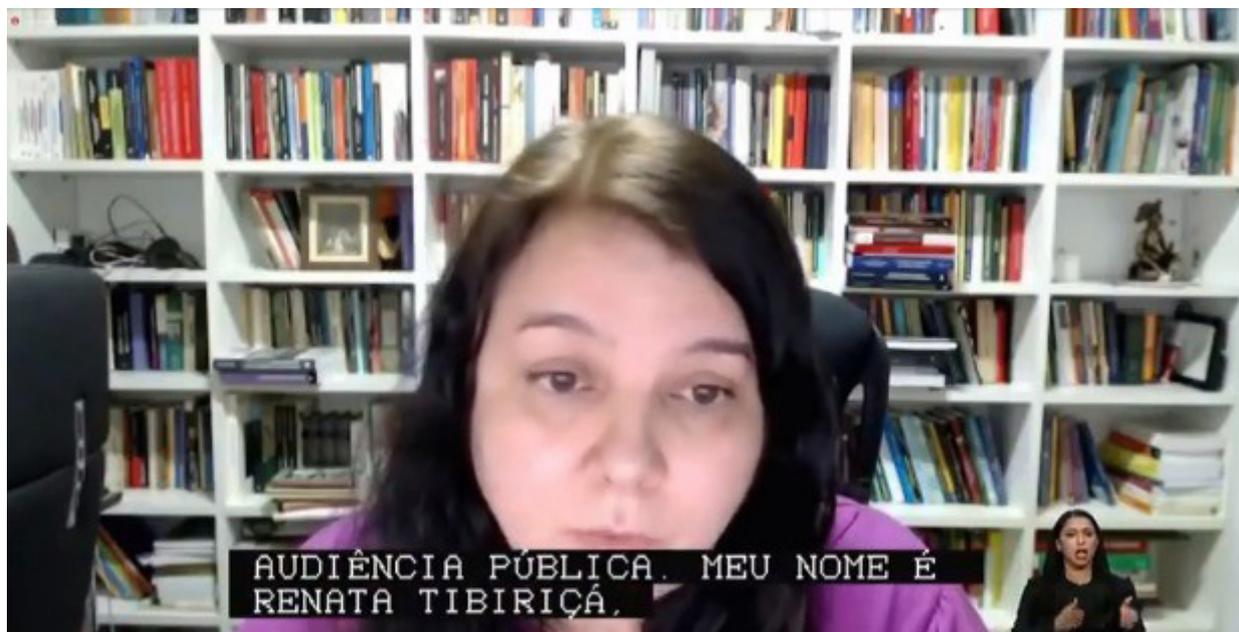


ADI 4608

O julgamento da ADI 4608/2011 foi suspenso por pedido de vista do ministro Dias Toffoli. Proposta pelo Partido Social Liberal (PSL, sucedido pelo União Brasil), a Ação suscita a declaração de inconstitucionalidade dos artigos 105-A, 105-B e 105-C da Lei Complementar 132/2009, que dispõem sobre a ouvidoria externa das Defensorias Públicas Estaduais e do DF. O ministro Gilmar Mendes é o relator da ADI que declarou o pedido do PSL improcedente. Até o momento, o julgamento está 2x0, com voto da ministra Cármen Lúcia, que acompanhou o entendimento do relator.

ADI 6590 STF debate sobre política de ensino especial

Em agosto, o ministro Dias Toffoli, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6590, que questiona a política de ensino especial, convocou audiência pública para debater o ensino especial no Brasil. A iniciativa reuniu mais de 50 expositores em videoconferência. A coordenadora da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência da ANADEP e defensora pública do Estado de São Paulo, Renata Flores Tibyriçá, participou dos debates. Houve também participação do defensor público e membro do Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital nos Tribunais Superiores (Gaets), Thiago Piloni (DPE-ES); e do defensor Pedro González (DPE-RJ).



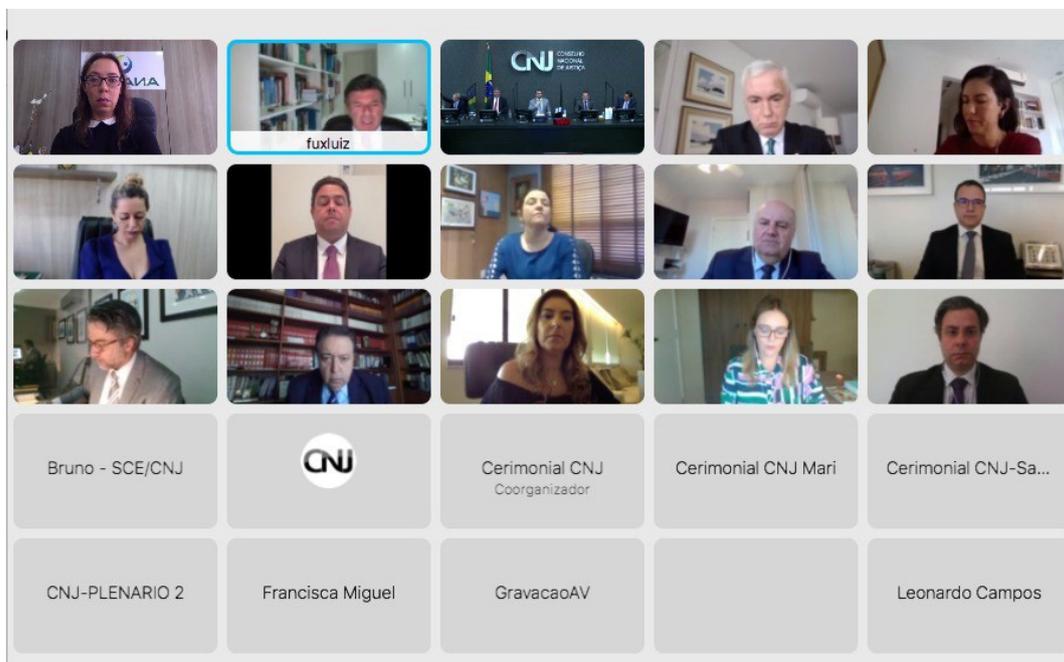
Audiência pública sobre segurança privada

Em julho, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, participou de audiência pública promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre as melhores práticas para assegurar a eficiência e a qualidade na prestação de serviços de segurança privada. A iniciativa foi fruto do grupo de trabalho sobre serviços de segurança privada, que busca uma atuação que respeite os direitos de todas as pessoas, independentemente de raça, gênero ou condição social. O grupo foi criado por sugestão do Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário.



Trabalho remoto

Em outubro, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, de audiência pública do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para discutir o regime de trabalho remoto da magistratura. O debate foi idealizado a partir do advento da pandemia da COVID-19 que estabeleceu novos paradigmas para o exercício de diversas atividades, entre elas o trabalho dos juízes e juízas, além da relação entre o regime de trabalho e os avanços tecnológicos.



III

**DIÁLOGO
INTERINSTITUCIONAL**

Relações Interinstitucionais

Neste segundo semestre, a diretoria da ANADEP manteve o diálogo com várias entidades parceiras da Associação Nacional para debater pautas convergentes e a importância do fortalecimento das instituições. No período houve encontro com: Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (ANADEF), Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais (Condege), Defensoria Pública da União (DPU), Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (FONACATE), Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (FRENTAS), Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), Fórum Justiça, Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), Articulação Justiça e Direitos Humanos (JusDh), Rede Justiça Criminal, Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (ANAFE), Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI) e Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT/MMFDH).



ANADEF



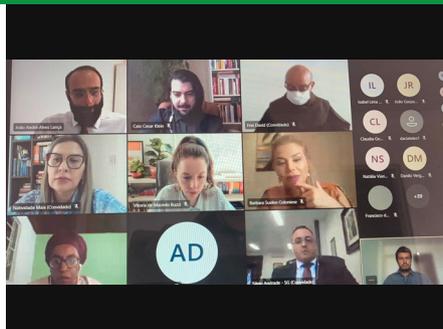
ANAFE



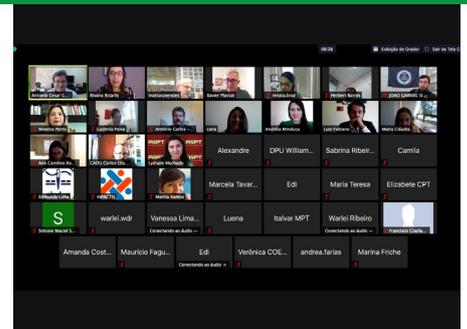
CNDH



CNDI



CNPCT



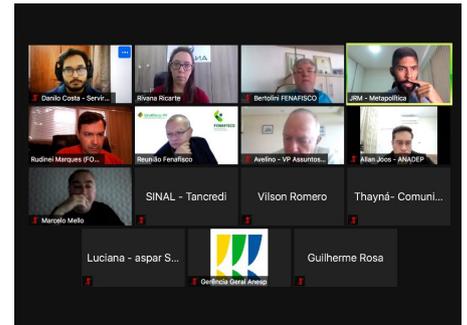
CONATRAE



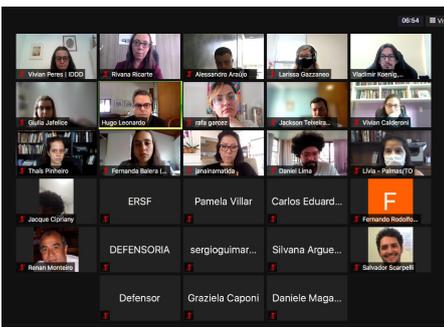
CONDEGE



DPU



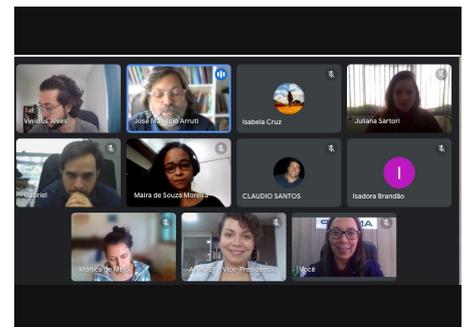
FONACATE



IDDD



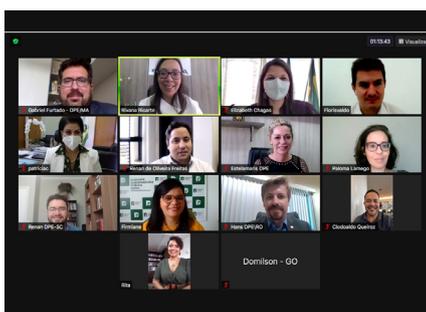
JUS RACIAL



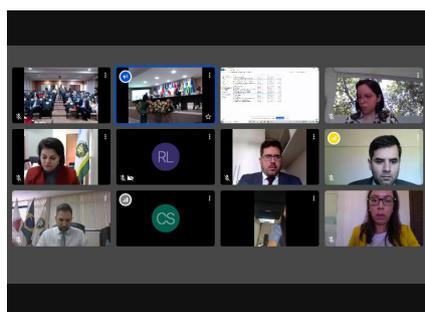
UNICAMP e Fórum de Justiça

Condege

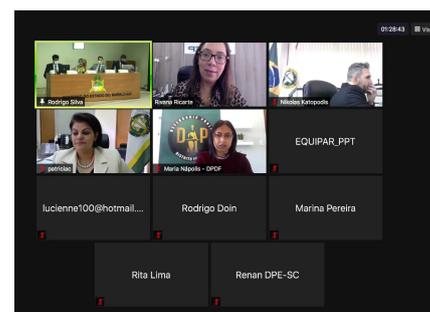
A ANADEP e CONDEGE deram continuidade ao trabalho conjunto. Neste segundo semestre, a Associação Nacional esteve presente nas reuniões do Colegiado contribuindo com os debates. Houve também uma série de reuniões para traçar estratégias conjuntas em relação à pauta legislativa e jurídica.



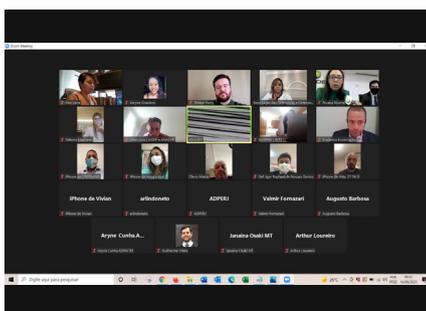
Julho



Julho



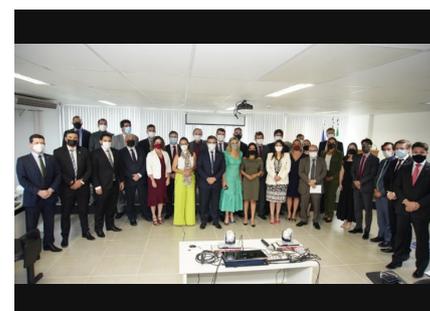
Agosto



Setembro



Reunião do Condege de outubro,
presencial em SP



Reunião do Condege de novembro, em
Pernambuco

ANADEF

No início de julho, a presidência da ANADEP esteve presente na solenidade de posse da diretoria eleita para o biênio 2021-2023 da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Federais (Anadef). A entidade será presidida pelo defensor público federal Eduardo Kassuga e pela defensora pública federal Maria Pilar Prazeres de Almeida, na vice-presidência.

No segundo semestre, a ANADEP e a ANADEF lançaram o vídeo da campanha institucional "Fortalecer a Defensoria Pública interessa ao Brasil". O material visa ressaltar a atuação das Defensorias Públicas dos Estados e da União para a garantia de acesso à justiça às pessoas em situações de vulnerabilidades. Para divulgar a Ação conjunta, houve ainda a publicação de artigos sobre o tema no jornal O Globo (online) e Correio Braziliense.



Campanha Nacional da ANADEP (2018) realiza múltiplos de atendimentos em Brasília

ANADEF e a ANADEF seguem firmes na missão de trabalhar pela universalização da Defensoria Pública.

Fortalecer a Defensoria Pública interessa ao Brasil

Atendimento na OPI na Ilha da Estrutura (OPI) em 2017

4 DE JUNHO Aniversário de Promulgação da EC 80/2014

Anadef Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Federais ANADEP Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Estaduais

Na Mídia

O GLOBO

DEFICIT DE PROFISSIONAIS

Defensoria Pública, aliada dos excluídos

25/07/2021 - 01:00

Por **Luciana Dytz** e **Rivanna Ricarte**

A pandemia do novo coronavírus trouxe desafios e perdas irreparáveis a brasileiras e brasileiros de todas as classes sociais. Mas a crise sanitária atingiu com mais dureza a população pobre e agudizou a desigualdade social que assola o Brasil. Pretos e pardos também sofreram mais com a doença, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Covid-19, do IBGE. Entre aqueles que disseram ter tido mais de um sintoma de síndrome respiratória, 68,3% eram negros, ante 30,3% de brancos.

ANADEP Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Estaduais #DefensoriaSim anadep.org.br

Fortalecer a Defensoria Pública interessa ao Brasil

O Globo e Correio Braziliense destacam artigo sobre EC 80

DEFICIT DE PROFISSIONAIS

Defensoria Pública, aliada dos excluídos

25/07/2021 - 01:00

Por **Luciana Dytz** e **Rivanna Ricarte**

Fortalecer a Defensoria Pública é ajudar os mais atingidos pela pandemia

Defensorias e defensores públicos são aliados essenciais de milhares que buscam justiça de OPI, respondendo por recursos, medicamentos e até o acesso hospitalar, como aconteceu na triagem em Manaus

Anadef Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Federais ANADEP Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Estaduais

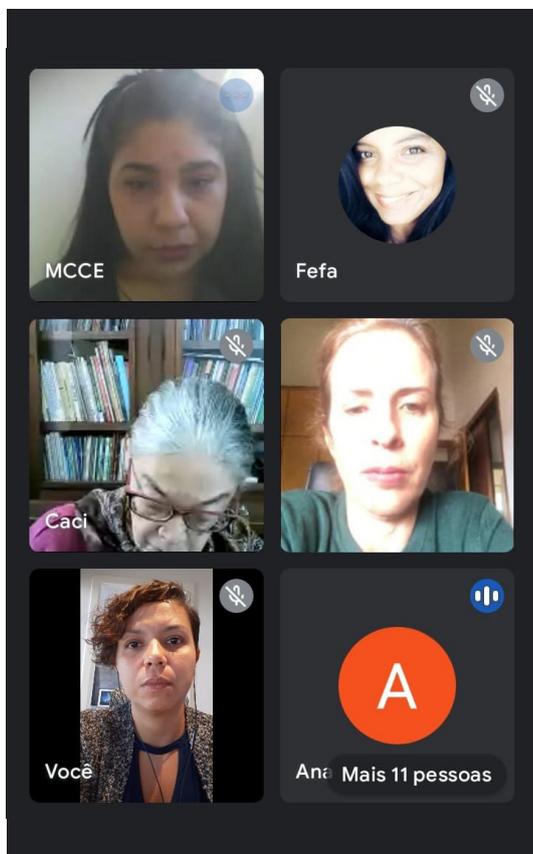
DPU

No dia 14 setembro, a diretoria da ANADEP participou de reunião institucional na sede da DPU, em Brasília, com a participação do CONDEGE e da ANADEF.

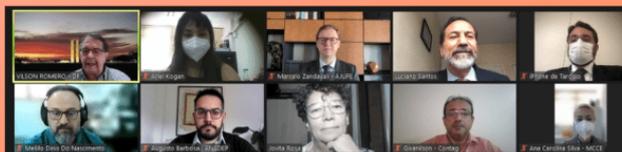


MCCE

Durante este semestre, a diretoria participou de reuniões do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE).



REUNIÃO REDE MCCE



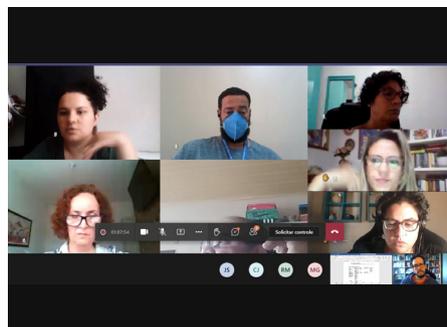
CNDH

A ANADEP integra o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e, neste semestre, participou inúmeras reuniões ordinárias, extraordinárias, de comissões e Grupos de Trabalho. Alessandra Quines (RS), Andreia Barreto (PA), Antônio Barbosa (PR), Junia Roman (MG), Ronan Figueiredo (DF) e Vivian Almeida (ES) representam a ANADEP nos trabalhos do CNDH. Já a defensora pública de Pernambuco Carolina Khoury representa a ANADEP nas reuniões do Grupo de Trabalho sobre o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP).





23ª Reunião Extraordinária (agosto)



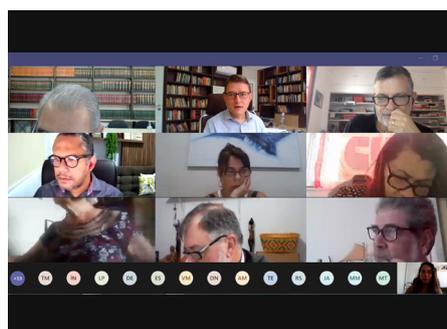
30ª Reunião da Comissão dos Direitos da População em Situação de Rua (agosto)



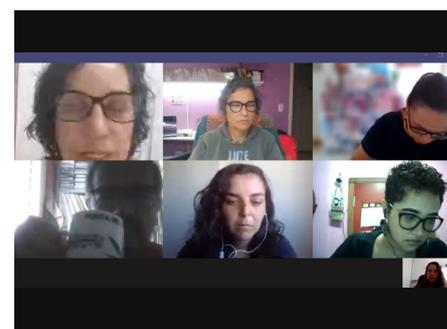
24ª Reunião Extraordinária (setembro)



23ª Reunião da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI e Promoção da Igualdade (setembro)



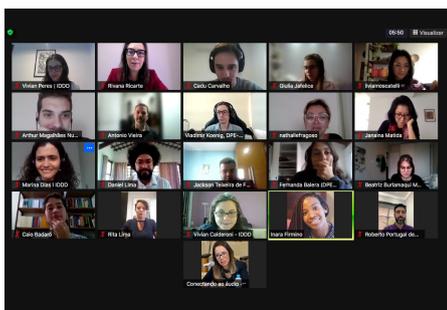
25ª Reunião Extraordinária (outubro)



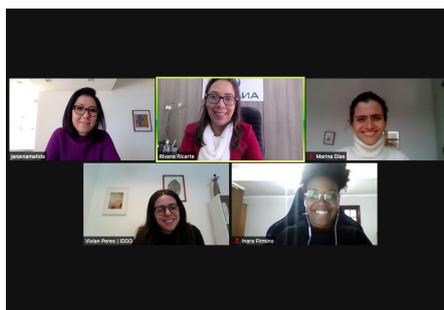
22ª Reunião da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI e da Promoção da Igualdade

IDDD

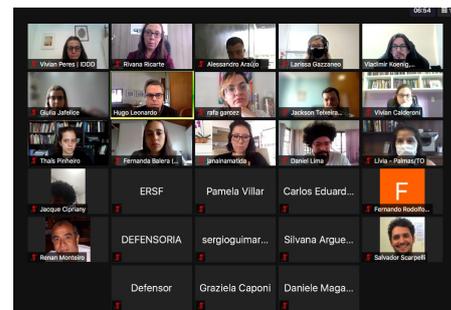
Em julho, foi encerrado o curso "Prova sob Suspeita: um olhar crítico sobre as provas dependentes da memória". O evento foi realizado pelo IDDD em parceria com a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) e a Escola Nacional das Defensoras e Defensores Públicos do Brasil (ENADEP). As aulas foram divididas em 13 encontros e contou com a participação de 423 inscritos, entre defensoras públicas e defensores associados da ANADEP e advogadas e advogados associados ao IDDD. Também houve diversas reuniões com o instituto.



Na pauta, construção do instrumento de coleta dos dados (agosto)



Na pauta, Prova sob Suspeita e monitoramento linhas defensivas (agosto)

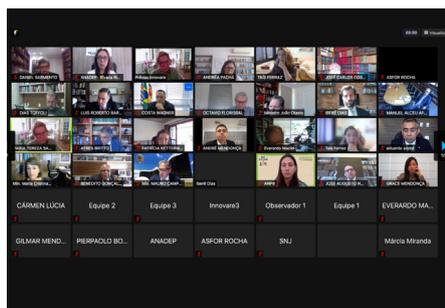


Outubro

INNOVARE

Em mais um ano, a ANADEP é parceira do Prêmio Innovare. A defensora pública do Rio Grande do Sul, Patrícia Kettermann, integra a Comissão Julgadora do Prêmio. A ANADEP faz parte dos parceiros institucionais e foi representada pela presidenta da Associação, Rivana Ricarte.

Esta edição contou com a inscrição de 634 trabalhos, sendo 68 práticas da Defensoria Pública. As finalistas da Instituição foram: “Órfãos do Feminicídio” (DPE-AM) e “Grupo de Trabalho de Mulheres e Bebês em Situação de Vulnerabilidade na Região Centro do Município de São Paulo” (DPE-SP). O resultado será divulgado na cerimônia de premiação no dia 7 de dezembro, no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília.



Reunião de Julgamento do 18º Prêmio Innovare (setembro)



Reunião de Julgamento do 18º Prêmio Innovare (setembro)

18º Prêmio Innovare

Defensorias Públicas do Amazonas e de São Paulo são as finalistas na 18ª edição do Prêmio Innovare

Projetos:

AM: Órfãos do Feminicídio

SP: Grupo de Trabalho de Mulheres e Bebês em Situação de Vulnerabilidade na Região Centro do Município de São Paulo



Reunião de Julgamento do 18º Prêmio Innovare (setembro)



Reunião de Julgamento do 18º Prêmio Innovare (setembro)

ANADEP INOVA

A ANADEP também deu continuidade a terceira edição do projeto ANADEP INOVA para incentivar participação da categoria no Prêmio Inovare. Os certificados começarão a ser enviado para associadas e associados em dezembro.



ANAFE

Em agosto, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, participou da solenidade de abertura do seminário "As instituições jurídicas e a defesa da democracia". O evento foi organizado pela Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (Anafe).



Rivana Ricarte - ANADEP - Diretora Presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos. Defensora Pública do Estado do Acre desde 2002 e atua como Defensora Pública Interamericana, perante a Corte e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos desde 2016. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraiba (2012) e Doutora em Direito pela Faculdade de Direito da USP (2018). É diplomada em Direitos Humanos e Direito Humanitário pela Washington College of Law da American University (2014). Professora de Direitos Humanos e Processo Constitucional da Faculdade da Amazônia Ocidental, desde 2012.



Eduardo Kassuga - ANADEF - Presidente Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, Defensor Público Federal. Foi Defensor Regional de Direitos Humanos de Rondônia e Acre; Membro do GT de Conflitos Fundiários e Direito à Moradia; Coordenador do GT Saúde, além de chefe de Unidade de Rondônia. Pós-graduado em Ciências Penais pela PUC/RS e Ex-Defensor Público do Estado da Bahia.



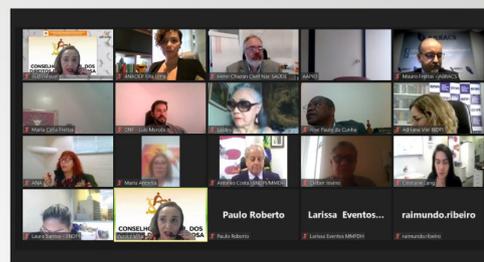
Felipe de Santa Cruz Oliveira Scaletsky - OAB - Presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Mestre em Direito e Sociologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Foi Conselheiro Seccional Diretor do Departamento de Subseções, Presidente da Caixa dos Advogados, Conselheiro Federal, Presidente da Seccional OAB/RJ por dois mandatos (trênsios 2013-2015 e 2016-2018).



CNDI

Em agosto, a ANADEP foi escolhida para voltar a integrar o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI). A eleição ocorreu de forma virtual, ocasião em que foram eleitas seis entidades da sociedade civil organizada que irão compor o colegiado no biênio 2021-2023. A posse ocorreu em outubro.

ANADEP é eleita para integrar o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI)

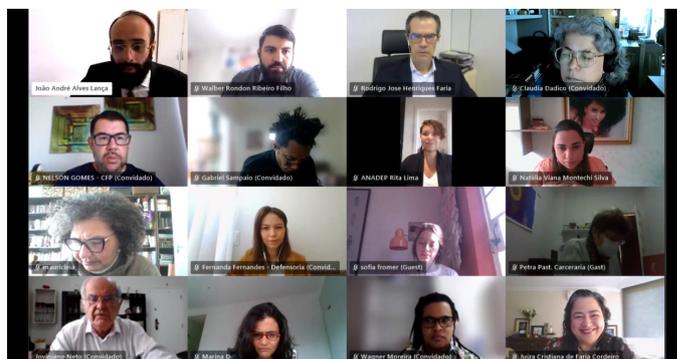


CNPCT

Em agosto, a ANADEP foi eleita para integrar o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT) no segmento “movimentos sociais, fóruns, redes e organizações da sociedade civil”. A nova composição ficará no Colegiado por dois anos (2021-2023).



ANADEP foi eleita para integrar o CNPCT (agosto)



Assembleia de votação (agosto)

Movimento no CNPCT

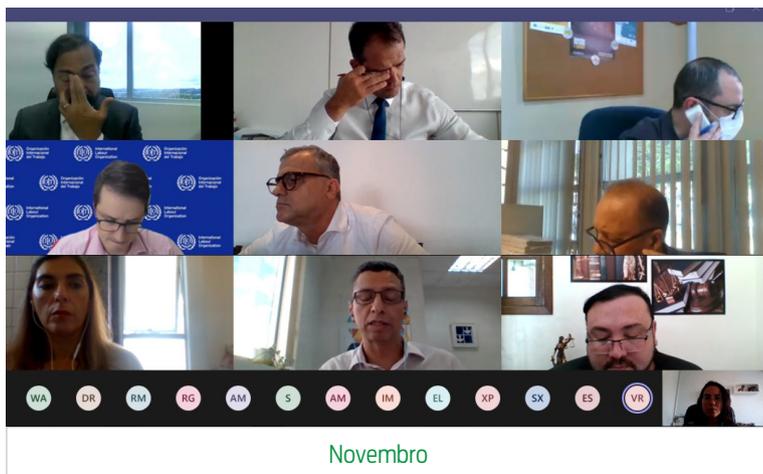
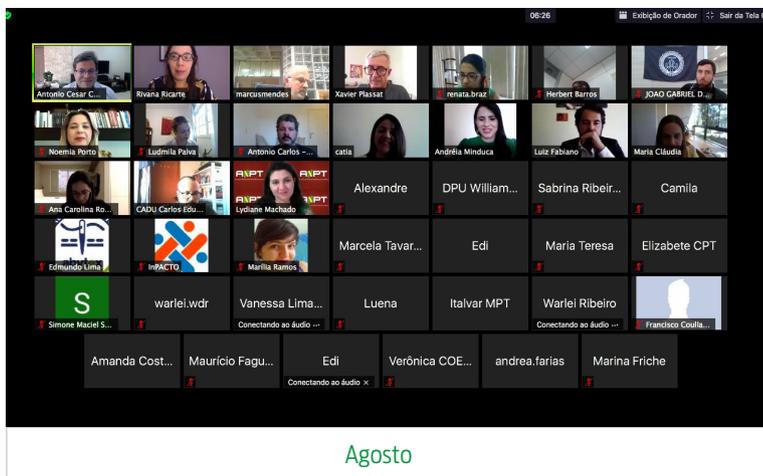
Em outubro, entidades da sociedade civil divulgaram nota pública para alertar a desconinuidade dos trabalhos do CNPCT. A nota foi assinada por mais de 120 entidades, incluindo a ANADEP, que integra o Comitê.

NOTA PÚBLICA

Na manhã desta segunda-feira, 4 de outubro de 2021, o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura teve seus trabalhos inviabilizados pela falta de absolutamente todos os 11 membros governamentais que o compõem. Presentes mais da metade dos membros da sociedade civil, tudo o que puderam encaminhar foi um pedido de reunião na próxima quinta, 7 de outubro, e um pedido de convocação reiterada e pessoal aos membros governamentais. Mais do que um sinal de grave desrespeito aos trabalhos do órgão nacional de planejamento da prevenção e combate à tortura, a ausência dos membros do governo nesse momento é simbólica pois coloca em risco a continuidade dos trabalhos do Comitê, vez que o mandato das/os atuais membros/as acaba na próxima sexta, dia 8, e uma sequência de editais contendo ilegalidades publicados pelo MDH, conforme reconhecido nas ações 1060282-69.2021.4.01.3400 e 5017668-89.2021.4.02.5101, ainda não foi capaz de escolher e dar posse aos novos membros do biênio que deveria iniciar em 8 de outubro. Assim, caso o Comitê não possa se reunir nesta quinta para solucionar sua própria sobrevivência, no sábado, vencido o mandato do biênio atual das entidades de sociedade civil, os trabalhos do órgão estarão, mais uma vez, oficialmente interrompidos. Infelizmente, isso não é novidade, pois em 2019 o MDH já havia demorado 9 meses para dar posse aos membros e existência formal ao CNPCT. Tantas outras reuniões implodidas ilegalmente pela Ministra Damareo e o Decreto Presidencial 9.831/2019 que tentou acabar com o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e enfraquecer o CNPCT mostram a postura de apoio à tortura deste governo desde a posse presidencial.

CONATRAE

A ANADEP também esteve presente neste 2º semestre nas reuniões da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo. A Conatrae tem como objetivo coordenar e avaliar a implementação das ações previstas no Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo.



FONACATE

Em novembro, foram realizadas as eleições para os Conselhos Executivo e Fiscal do Fonacate para o triênio 2022-2024. Rudinei Marques, presidente da Fenaud, foi reconduzido à presidência do Fórum. A secretaria-geral ficará a cargo da presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte.

ANADEP é eleita para secretaria-geral do Fonacate (triênio 2022-2024)



IV

**COMUNICAÇÃO
ASSOCIATIVA**

Comunicação Institucional

A diretoria de comunicação da ANADEP realiza trabalho estratégico para divulgar a atuação das defensoras e dos defensores públicos. As redes sociais e site da ANADEP são atualizados todos os dias com matérias das Associações Locais e das Defensorias Públicas Estaduais e do DF. Semanalmente é enviado também o ANADEP EXPRESS, que tem formato responsivo para tablets e smartphones.

PODCAST

Às vésperas de completar 37 anos, a diretoria da ANADEP lançou mais um canal de comunicação com as associadas e associados: o Podcast "ANADEP em Pauta". O programa é disponibilizado nas plataformas digitais Spotify, Deezer e no Canal da ANADEP no Youtube. A periodicidade é mensal.



Fala Presidência

No segundo semestre de 2021, a ANADEP deu continuidade ao projeto “Fala Presidência”. Por meio da Live Rooms, novo recurso do Instagram, as transmissões agora contam com até três com três convidados. A ideia é ouvir sugestões e reivindicações da categoria, bem como apresentar o trabalho que tem sido realizado pela entidade.

fala PRESIDÊNCIA Atuação da Defensoria Pública no CNJ

RIVANA RICARTE
Presidente da ANADEP

CELINA COELHO
Analista do CNJ na Coordenadoria de Projetos da Corregedoria Nacional de Justiça

MARIANA PY
defensora pública do RS, assessora técnica do departamento de monitoramento e fiscalização do sistema prisional e socioeducativo do CNJ e diretora Pleno/assembleia da ANADEP

QUANDO: quinta-feira (7 de outubro)
HORÁRIO: a partir das 18h30
ONDE: [@anadepbrasil](https://www.instagram.com/anadepbrasil)

ANADEP
Associação Nacional dos Defensores e Defensoras Públicas



fala PRESIDÊNCIA Fortalecer a Defensoria Pública interessada ao Brasil

Convida

Anadef

RIVANA RICARTE
Presidente da ANADEP

LUCIANA DITZ
Presidente da ANADEP

ALLAN JOOS
Diretor para Assuntos Legislativos da ANADEP

QUANDO: quarta-feira (9 de junho)
HORÁRIO: a partir das 18h
ONDE: [@anadepbrasil](https://www.instagram.com/anadepbrasil)

ANADEP
Associação Nacional dos Defensores e Defensoras Públicas



Revista Justiça e Cidadania

As associadas e os associados contam com um espaço especial na revista Justiça & Cidadania. Com a parceria, a Associação Nacional publica artigos (tanto site quanto edição impressa) dos membros da diretoria, comissões especiais e associados(as) da entidade.

MULHERES NEGRAS, UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA



Julho

O PROCESSO DE EXPANSÃO DO ESTADO DEFENSOR



Agosto

EM DEFESA DA CAPACIDADE JURÍDICA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA



Setembro

A IMPORTÂNCIA DA DEFENSORIA PÚBLICA NA PRESERVAÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO



Outubro

AS CONTRIBUIÇÕES DA CONFERÊNCIA DE DURBAN NA PROMULGAÇÃO DA LEI Nº 10.639/2003



Novembro

Redes sociais e educação em direitos

A assessoria de comunicação, com apoio das comissões temáticas, desenvolveu, no segundo semestre de 2021, peças para promover ações de educação em direitos divulgando o trabalho da categoria nas redes sociais. Todo material tem um espaço para que cada entidade local insira a sua logomarca.

"NÃO HÁ MELHOR PALCO PARA UM PENSAMENTO, QUE DANÇA DO QUE O LADO DE DENTRO DA CABEÇA DAS CRIANÇAS".
Enunciado, no livro Amigos

Neste dia 12 de outubro, defensores e defensoras públicos deseguem (e aliamos) para que cada criança brasileira tenha uma infância sem discriminação, sem racismo, sem violência e com mais oportunidades.



12 DE OUTUBRO Dia das Crianças

ANADEP

VLADIMIR HERZOG
46 anos da morte do jornalista símbolo da luta pela democracia

Por um país que não menospreze a violência do Estado, as violações de direitos humanos, os ataques à democracia e perseguição aos movimentos sociais, à cultura, aos jornalistas e a toda forma de liberdade de expressão.



25 DE OUTUBRO Dia da Democracia no Brasil, em memória de Vladimir Herzog

ANADEP

3 DE JULHO
ANIVERSÁRIO ANADEP

37
anos

ONTEM, HOJE E SEMPRE

Representando as defensoras e os defensores públicos estaduais e do DF. Uma história marcada pelo fortalecimento institucional da Defensoria Pública, a defesa do acesso à justiça e a promoção dos direitos humanos.

ANADEP

O IMPACTO DA PANDEMIA NA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS NEGROS

Negros são 71,7% dos jovens que abandonam a escola no Brasil

A maioria afirma ter parado de estudar porque precisava trabalhar

8 DE SETEMBRO Dia Nacional da Alfabetização

ANADEP

Furtar para comer não é uma questão CRIMINAL, é uma questão SOCIAL

SP: A partir do Defensoria, STJ concede habeas corpus a mulher acusada de furto de miúdo

PR: Após atuação da Defensoria Pública, STJ absolve homem condenado pela tentativa de furto de cinco barras de chocolate

BA: Duas mulheres são absolvidas em processo penal por furto insignificante e supercompra após atuação da Defensoria

PR: DPF recorre ao STJ para arguir caso de mulher que ficou quase 48h presa por furtar queijo

DF: Defensoria consegue absolvição liminar no STJ em caso de evasão tributária

17 DE OUTUBRO Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza

ANADEP

A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil (ONU)

No aniversário de 31 anos da ECA, defensoras e defensores públicos ressaltam os impactos do racismo na infância e juventude brasileira. Antes de completar 18 anos, uma criança negra no Brasil tem 3x mais chances de morrer que uma criança branca. No Brasil, vivem 31 milhões de meninas e meninos negros e 140 mil crianças indígenas. Elas(as) representam 54,5% de todas as crianças e adolescentes no Brasil (IBGE).

13 DE JULHO Aniversário do Estatuto da Criança e Adolescente

ANADEP

MARQUE AQUI AS @AMIGAS E @AMIGOS QUE VOCÊ NÃO VÊ A HORA DE ENCONTRAR E DAR UM ABRAÇO APERTADO.



20 DE JULHO Dia da amiga e do amigo

ANADEP

Nossa mensagem de respeito e solidariedade àqueles que lutam por uma educação de qualidade e resistem aos ataques diários contra seus direitos.

15 DE OUTUBRO Dia da Professora e do Professor

ANADEP

A cada 23 minutos, um jovem negro morre no Brasil (ONU)

No aniversário de 31 anos da ECA, defensoras e defensores públicos ressaltam os impactos do racismo na infância e juventude brasileira. Antes de completar 18 anos, uma criança negra indígena tem 2x mais chances de morrer que uma criança branca. No Brasil, vivem 31 milhões de meninas e meninos negros e 140 mil crianças indígenas. Elas(as) representam 54,5% de todas as crianças e adolescentes no Brasil (IBGE).

13 DE JULHO Aniversário do Estatuto da Criança e Adolescente

ANADEP

Equidade de gênero

Autonomia

Respeito

Postos de liderança

Participação nos espaços de poder

Representatividade política

Condições igualitárias de trabalho

26 DE AGOSTO Dia Internacional da Igualdade Feminina

ANADEP

DEIXA O CAPACITISMO DE LADO

O que não dizer a pessoas com deficiência física

1. Não use termos pejorativos como: aleijado, deficiente...
2. Nunca fale que é beldicho, que veio do céu.
3. Se dirigir ao acompanhante e não a Pessoa com Deficiência. Sempre pergunte diretamente a Pessoa com Deficiência a melhor forma de atendê-lo ou ajudá-lo.
4. Sente-se ao conversar com um cadeirante
5. Não se apoiar na cadeira de rodas, bengalas ou muletas
6. Não subestime uma Pessoa com Deficiência. Ela pode fazer muitas coisas sobrias, não são incapazes.

Fonte: www.anadep.org.br/pt-br

11 DE OUTUBRO Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Física




1 DE OUTUBRO Dia Internacional e Nacional da Pessoa Idosa

Não quero morrer, pois quero ver como será que deve ser envelhecer...

Respeito. DIGNIDADE. AUTONOMIA.

Defensoras e defensores públicos pelos direitos da pessoa idosa




#SETEMBROAMARELO

Sua saúde mental **IMPORTA** e você não está sozinho

10 DE SETEMBRO Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio





#SETEMBROAMARELO

Busque ajuda **profissional**

- + CAPS e unidades básicas de saúde
- + LUPA 24H
- + SAMU 192
- + PRONTO-SOCORRO
- + HOSPITAIS
- + CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA VIDA (Disque 188)

A ligação é gratuita e está disponível em todo Brasil

10 DE SETEMBRO Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio





#SETEMBROAMARELO

Juntos(as), nós também podemos ajudar

1. Escute a pessoa atentamente;
2. Tenha uma abordagem calma e aberta;
3. Entenda os sentimentos do outro, tenha empatia;
4. Expresse respeito pelas opiniões e valores da pessoa;
5. Mostre preocupação, cuidado e afeto.

10 DE SETEMBRO Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio





#SETEMBROAMARELO

TODAS as vidas IMPORTAM

10 DE SETEMBRO Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio





GOSTOU DO NOSSO CONTEÚDO?

- curta se você gostou
- comente o que te acrescentou
- compartilhe com a sua rede
- salve para não perder este post

10 DE SETEMBRO Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio




29 DE AGOSTO Dia Nacional da Visibilidade Lésbica




Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.

18 DE JULHO Dia Internacional de Nelson Mandela




"É sabido, é ligeiro, se parece até comigo. Dá uma ideia engraçada de que ele é meu amigo..."

Livro "CADERNOS de Rimas do João", Lázaro Ramos

24 DE AGOSTO Dia da Infância




15 DE SETEMBRO Dia Internacional da Democracia




+ INCLUSÃO

Exclusão

Segregação

Integração

Inclusão

21 DE SETEMBRO Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência





23 DE SETEMBRO
Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças

> É o tipo de crime que se constitui no comércio de seres humanos para fins de exploração sexual, trabalho forçado, extração de órgãos e adoção ilegal;

> Mulheres e crianças representam 82% das vítimas de tráfico de pessoas;

> Os alvos preferenciais dos traficantes são os mais vulneráveis, como migrantes e pessoas sem emprego;

> A Covid-19 agravou o tráfico de pessoas. A pandemia expôs ainda mais pessoas ao risco de tráfico, pois milhões de mulheres, crianças e homens ficaram sem trabalho, fora da escola e sem apoio social.

FONTE: ONU

ANADEP

Respeitar a Constituição Federal é defender as instituições democráticas, responsáveis pela promoção dos direitos humanos e pela busca de uma sociedade mais igualitária, justa e solidária.

5 DE OUTUBRO Promulgação da Constituição Brasileira de 1988

ANADEP

“O que melhora o atendimento é o contato afetivo de uma pessoa com a outra. O que cura é a alegria. O que cura é a falta de preconceito.”

Nilce de Silveira

Defensores e defensoras públicos atuam para a inserção de pessoas com transtornos mentais à sociedade, respeitando sua autonomia e lutando para que o grupo tenha mais acesso às políticas públicas.

PL Defensoria Pública emite documentos de pessoas internadas no Hospital Central Penitenciário

Ati Companhia de Defensoria atua para promoção de saúde

ES Sem Informação, pessoas com transtornos mentais não têm acesso a direitos

ANADEP integra CT sobre Serviço de Avaliação e Acompanhamento da Saúde Mental nos Aplicativos a Pessoa com Transtorno Mental em Conformidade com a Lei

Ati Companhia de Defensoria garante residência temporária

ADPESC Ministério Público dá parecer favorável ao ACF da Defensoria para garantir residência temporária

MS Defensoria age preventivamente no atendimento para pessoas com doença mental e supermedicação da Capital

10 DE OUTUBRO Dia Mundial da Saúde Mental

ANADEP

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: essa pandemia não dá para mascarar

> Uma em cada quatro mulheres acima de 16 anos afirma ter sofrido algum tipo de violência no último ano no Brasil, durante a pandemia de Covid;

> 17 milhões de mulheres sofreram algum tipo de violência física, psicológica ou sexual no último ano;

> Aumento do número de agressões dentro de casa, que passaram de 42% para 48,8%;

> Quando se analisa a violência contra mulheres acima de 50 anos, por exemplo, cresce a participação de filhos e entoados nos agressões;

> Jovens, negras e indígenas são maior parte das vítimas;

> Mesmo com as medidas de restrição impostas para conter a pandemia de Covid-19, 32,9% das mulheres sofreram algum tipo de assédio sexual. Em 2019, foram 33,1%;

> Mulheres idosas e mulheres com deficiência também sofrem violência.

ONU. Pesquisa Brasileira em Prevenção para Mulheres de Segurança Pública (2021)

10 DE OUTUBRO Dia Nacional de Luta contra a Violência à Mulher

ANADEP

Racismo institucional no acesso à saúde: uma pandemia longe de acabar

METRÓPOLES

Negros são os que mais morrem de Covid, mesmo em cargos de destaque

Os homens negros são os que enfrentaram maiores riscos em todos os ambientes onde ocorreu a epidemia, segundo levantamento.

27 DE OUTUBRO Dia de Mobilização Nacional Pró-Saúde da População Negra

ANADEP ANADEP

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA
15 DE NOVEMBRO

ANADEP

1º de dezembro
Dia Mundial de Combate à AIDS

ANADEP

Porque o samba é um grito de enfrentamento ao racismo

*"Negra é a raiz da liberdade Negra é uma cor de respeito..."
Sorriso Negro, Diana Ivane Lara
(Adilson Barbato e Jorge Portela)*

2 DE DEZEMBRO Dia Nacional do Samba

ANADEP

Meses temáticos

A ANADEP também abraçou o setembro amarelo, outubro rosa e novembro azul.

#SETEMBROAMARELO



Sua saúde mental **IMPORTA** e você não está sozinho

10 DE SETEMBRO Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio →



#SETEMBROAMARELO

Busque ajuda **profissional**



- + CAPS e unidades básicas de saúde
- + UPA 24H
- + SAMU 192
- + PRONTO-SOCORRO
- + HOSPITAIS
- + CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA VIDA (Disque 188)
A ligação é gratuita e está disponível em todo Brasil

10 DE SETEMBRO Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio →



#SETEMBROAMARELO

Juntos(as), nós também podemos ajudar



1. Escute a pessoa atentamente;
2. Tenha uma abordagem calma e aberta;
3. Entenda os sentimentos do outro, tenha empatia;
4. Expresse respeito pelas opiniões e valores da pessoa;
5. Mostre preocupação, cuidado e afeto.

10 DE SETEMBRO Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio →



#SETEMBROAMARELO

TODAS as vidas **IMPORTAM**

10 DE SETEMBRO Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio →



Equipe e Diretoria da ANADEP no **OUTUBRO ROSA**



10 DE SETEMBRO Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio →



Equipe e Diretoria da ANADEP no **NOVEMBRO AZUL**



10 DE SETEMBRO Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio →



CONBRASCOM

Em outubro, a cartilha “Sofreu LGBTIfobia? Procure a Defensoria Pública”, elaborada pela assessoria de comunicação em parceria com a Comissão Temática de Identidade de Gênero e Diversidade Sexual da ANADEP, ficou em terceiro lugar no Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça de 2021 (Conbrascom), na categoria publicação especial. A publicação concorreu com outros 10 projetos inscritos. O Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça é uma iniciativa do Fórum Nacional de Comunicação e Justiça e reconhece todos os anos os melhores projetos das assessorias de comunicação do sistema de justiça.



Campanha Nacional 2021: ANADEP e Rede Globo firmam parceria

Em julho, a ANADEP e a Rede Globo firmaram parceria para veicular o vídeo da Campanha Nacional "Racismo se combate em todo lugar: Defensoras e Defensores Públicos pela equidade racial". O filme institucional foi exibido durante os intervalos da programação da TV Globo nacional e em alguns canais da Globosat, como Globonews e GNT durante o mês de julho. A iniciativa é da ANADEP, com apoio das Associações Estaduais, Defensorias Públicas e Colégio Nacional de Defensores Gerais (Condege).



**Rede Globo apoia
Campanha Nacional 2021**

ANADEP e emissora firmam parceria e vídeo da campanha
"Racismo se combate em todo lugar" será veiculado
em todo o país gratuitamente

RACISMO
se combate em **TODO** lugar

#ANADEPnaMÍDIA

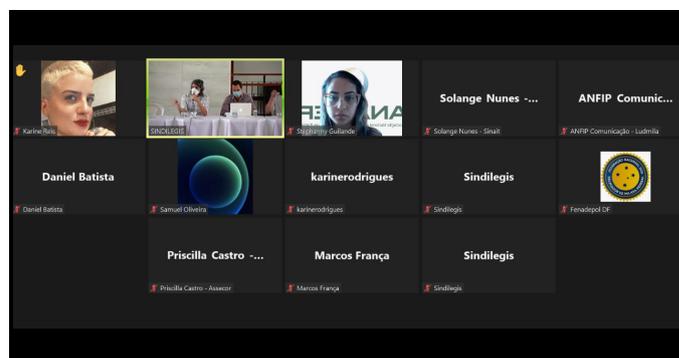
  **ANADEP**
Associação Nacional dos Defensores e Defensoras Públicas

Reuniões e relacionamento estratégico

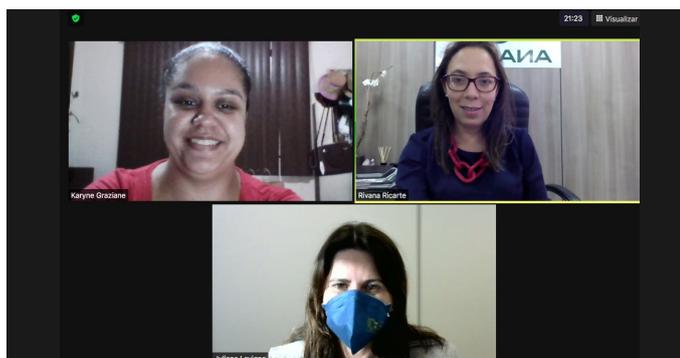
Ao longo dos últimos meses, houve uma série de reuniões com as assessorias para tratar das pautas de âmbito jurídico, legislativo e institucional. Houve também reuniões internas com a diretoria e com presidências das Associações Locais.



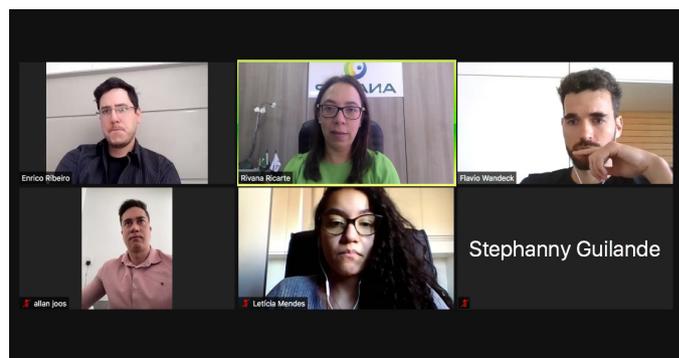
Comunicação e ADEPAM



Comunicação e Fonacate



Comunicação e jurídico



Legislativo

História de Defensora e de Defensor

Em 2021, o foco do quadro “Histórias de Defensora e de Defensor” são histórias de conquistas associativas e institucionais. Confira as entrevistas do segundo semestre:



Solemnity of possession of the first public defenders and prosecutors in Goiás (2011)

"Em Goiás nunca tinha se ouvido falar em Defensoria Pública, então quando entramos em 2015 foi um trabalho bem desafiador, pois tínhamos que explicar, a todo tempo, quem éramos, desde à ascensorista do elevador do fórum, aos juizes, promotores... Passamos diversos constrangimentos em audiências, nossas prerrogativas não eram respeitadas. Ainda mais porque éramos só 12 pessoas, então paralelamente atuávamos junto aos(as) nobres advogados(as) de extinta PAJ. A transição para o modelo constitucional ocorreu de modo lento."

Gabriela Hamdan, defensora pública do I Concurso e Cleumar Rizzo, primeiro defensor público-geral

HISTÓRIAS DE DEFENSORA E DEFENSOR
Causos e narrativas de sangue verde



DIREITO SONEGADO



Lute como uma garota.

"O Constituinte entendeu que o modelo da Defensoria Pública é o que deve prevalecer para atender a população carente. Então, é natural que os Poderes Executivos e Legislativos cumpram a Carta Constitucional e invistam nas Defensorias Públicas. Essa defesa é constante para nossas associações."

Anne Aures, Antonia Maffezzoli e Cassio Kury contam sobre a criação do DPE-SC

HISTÓRIAS DE DEFENSORA E DEFENSOR
Causos e narrativas de sangue verde



"O diálogo qualificado sobre inclusão, além de fomentar o respeito ao direito a um trabalho digno para pessoas que já são historicamente discriminadas pela sociedade, serve, ainda, para superar a visão capacitista que ainda encontra-se tão presente nos discursos e na prática social."

Renata Tybirichá, coordenadora da Comissão Temática dos Direitos da Pessoa com Deficiência da ANADEP; Firliane Venâncio, defensora pública da Bahia e uma das coordenadoras do projeto "Estágio Especial"; Cosmo Sobral da Silva, defensor público do Maranhão.

HISTÓRIAS DE DEFENSORA E DEFENSOR
Causos e narrativas de sangue verde



"As primeiras pessoas e comunidades atingidas negativamente por questões socioambientais são as mais vulnerabilizadas: o público central da Defensoria Pública."

Carolina Morais, defensora pública de Minas Gerais que atua no caso de Brumadinho e Mariana Sobral, defensora pública do Espírito Santo com atuação no caso de Mariana

HISTÓRIAS DE DEFENSORA E DEFENSOR
Causos e narrativas de sangue verde



Especial PRERROGATIVA DE REQUISIÇÃO

HISTÓRIAS DE DEFENSORA E DEFENSOR
Causos e narrativas de sangue verde



Instagram

Confira os posts com maior alcance e engajamento na rede neste segundo semestre:

NOTA PÚBLICA

ANADEP e ADEPEPE repudiam projeto que facilita a contratação de advogados dativos com recursos da Defensoria Pública do Estado

 Associação dos Defensores Públicos do Estado de Pernambuco

 ANADEP Associação Nacional dos Defensores e Defensoras Públicas

Ver insights Turbinar publicação

 Curtido por stephannyguilande e outras 620 pessoas

anadepbrasil  A ANADEP e a ADEPEPE vêm, a público, repudiar a iniciativa de apresentação do PL Nº 2723/2021, que cria cadastro de advogados para exercer prestação de assistência jurídica integral e gratuita para a população carente do Estado de Pernambuco, prevendo a destinação de verbas públicas para a contratação de dativos, com recursos provenientes do orçamento da Defensoria Pública do Estado.

1º lugar

Nota pública em conjunto com a ADEPEPE, com 621 curtidas e 30 comentários. Alcance de 5273 pessoas

anadepbrasil

 **Leo de Brito**
@leodebritoac

1/8

Lamentável a ação da PGR no Supremo Tribunal Federal que limita a atuação das Defensorias Públicas. Quem perde mais uma vez são as pessoas mais pobres que necessitam do excelente trabalho das defensorias para ter acesso à justiça! O cerco aos pobres continua! @ANADEP_Brasil

14:59 · 05/10/2021 · Twitter for iPhone



Ver insights Turbinar publicação

 Curtido por stephannyguilande e outras 740 pessoas

anadepbrasil  Durante a semana, diversos deputados(as) e senador(as) postaram em suas redes sociais mensagens de apoio sobre o poder de requisição das Defensorias Públicas.

2º lugar

Série de print de parlamentares em defesa do poder de requisição das Defensorias, com 741 curtidas e 10 comentários. Alcance de 4.785 pessoas



3º lugar

Post "a notícia que não queríamos dar", com 374 curtidas e três comentários. Alcance de 3566 pessoas.



4º lugar

Post do Dia da Independência do Brasil, com 385 curtidas e 4 comentários. Alcance de 3216 pessoas.

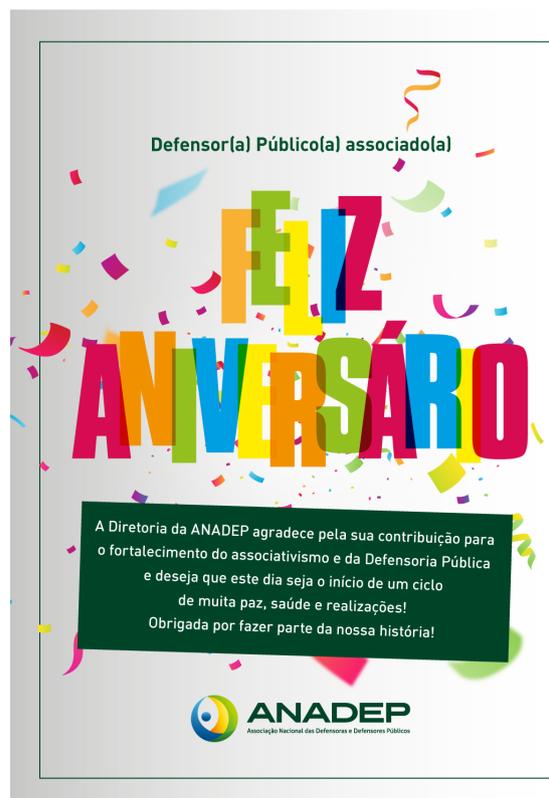


5º lugar

Post sobre o mapa, com 261 curtidas e um comentário. Alcance de 2772 pessoas.

Cartão de aniversário

No segundo semestre de 2021, deu continuidade à política de envio do cartão de aniversário às associadas e associados da entidade. Há também um cartão especial, que é enviado aos parlamentares.

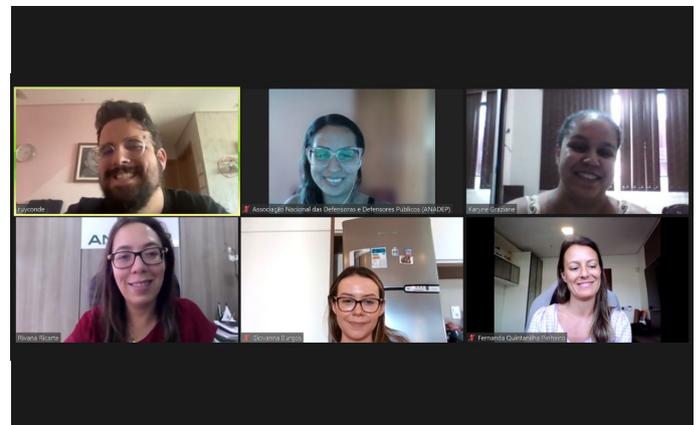


Comunicação integrada e assessoria de imprensa externa

Até setembro, a diretoria da ANADEP manteve o contrato com a empresa IT Press Comunicação para atuar de forma integrada com a assessoria de comunicação da ANADEP. O principal objetivo foi o de ampliar a atuação da assessoria de comunicação da ANADEP, principalmente, nas divulgações de ações na grande imprensa nacional.



Agosto



Setembro

#ANADEPnaMÍDIA

A ASCOM ANADEP busca dialogar semanalmente com os principais veículos de imprensa para ocupar os espaços e divulgar a importância da ANADEP e da Defensoria Pública como agentes de transformação social e para o acesso à Justiça de pessoas em situações de vulnerabilidades.

Confira a tabela com as inserções de imprensa durante o segundo semestre de 2021.

Controle de inserções na imprensa:

VERDE: Envia o release para os jornalistas e contacta por telefone e whatsapp || follow up + diálogo

AZUL: O veículo nos procura (normalmente depois de contatos prévios) e emplacamos como fonte | inserções espontâneas

CINZA: Mandamos release/ou concedemos entrevista e não emplacamos

LARANJA: Apesar do tema negativo, a ASCOM ANADEP conseguiu neutralizar a notícia (redução de danos)

VERMELHO: Sai algo negativo da ANADEP na imprensa

JULHO

VEÍCULO (ESTADO)	ASSUNTO	FONTE	LINK
Revista Justiça & Cidadania	"Mulheres Negras, uma história de resistência"	coordenadora adjunta da Comissão de Igualdade Étnico-Racial da ANADEP, Aline Mota	https://editorajc.com.br/mulheres-negras-uma-historia-de-resistencia
REDE GLOBO (ESPAÇO PUBLICITÁRIO)	ANADEP e Rede Globo firmam parceria	VT ANADEP CAMPANHA NACIONAL 2021	https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=49021
UOL	Primeira lei contra o racismo no Brasil completa 70 anos	Coordenadora-adjunta da Comissão da Igualdade Étnico-Racial da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), Aline Mota	https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2021/07/03/ha-70-anos-brasil-ganhava-primeira-lei-contr-racismo.htm
Dw.com	Há 70 anos, Brasil ganhava primeira lei contra racismo	Coordenadora-adjunta da Comissão da Igualdade Étnico-Racial da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), Aline Mota	https://www.dw.com/pt-br/h%C3%A1-70-anos-brasil-ganhava-primeira-lei-contr-racismo/a-58134734?maca=pt-BR-Whatsapp-sharing
Rota Jurídica	Aprovação da reforma administrativa viola CF e contribuirá para déficit de defensores públicos, diz Anadep	Rivana Ricarte, presidenta da ANADEP	https://www.rotajuridica.com.br/aprovacao-da-reforma-administrativa-viol-cf-e-contribuira-para-deficit-de-defensores-publicos-diz-anadep/
Correio Braziliense	Reforma administrativa viola Constituição e contribuirá para déficit de defensores públicos no país, diz presidente da Anadep	Rivana Ricarte, presidenta da ANADEP	https://blogs.correiobraziliense.com.br/servidor/reforma-administrativa-viol-constituicao-e-contribuira-para-deficit-de-defensores-publicos-no-pais-diz-presidente-da-anadep/

Jornal de Brasília	Anadep: aprovação da reforma administrativa viola constituição	Rivana Ricarte, presidenta da ANADEP	https://jornaldebrasil.com.br/noticias/politica-e-poder/anadep-aprovacao-da-reforma-administrativa-viola-constituicao/
Portal IG	Reforma administrativa viola Constituição e atrapalha defensoria, diz entidade	Rivana Ricarte, presidenta da ANADEP	https://economia.ig.com.br/2021-07-07/reforma-administrativa-defensores.html
Câmara dos Deputados	Juizes e promotores rejeitam reforma administrativa; deputados criticam férias de 60 dias	Rivana Ricarte, presidenta da ANADEP	http://%20https://www.camara.leg.br/noticias/782288-juizes-e-promotores-rejeitam-reforma-administrativa-deputados-criticam-ferias-de-60-dias
CONJUR	Supremo decide sobre audiências de custódia por videoconferência	Rivana Ricarte, presidenta da ANADEP	https://www.conjur.com.br/2021-jul-01/stf-decide-audiencias-custodia-videoconferencia
SBT BRASÍLIA	Agressões a presos	Rita Lima, vice-presidenta institucional da ANADEP	https://www.youtube.com/watch?v=Maep7mvAjCE
Rota Jurídica	Live sobre interseccionalidades em raça e gênero	RELEASE ANADEP	https://www.rotajuridica.com.br/anadep-promove-live-sobre-sobre-interseccionalidades-em-raca-e-genero
Conjur	Live sobre interseccionalidades em raça e gênero	RELEASE ANADEP	https://www.conjur.com.br/2021-jul-22/agenda-webinarios-acompanhe-debates-juridicos-internet

O Globo	Defensoria Pública, aliada dos excluídos	ARTIGO ANADEP ANADEP	https://blogs.oglobo.globo.com/opinioao/post/defensoria-publica-aliada-dos-excluidos.html
---------	--	-------------------------	---

AGOSTO

VEÍCULO (ESTADO)	ASSUNTO	FONTE	LINK
Revista Justiça & Cidadania	“O processo de expansão do Estado defensor”	Rivana Ricarte, Presidenta da ANADEP	https://editorajc.com.br/o-processo-de-expansao-do-estado-defensor
Jornal Hoje (Globo)	58 milhões brasileiros não têm acesso a atendimento de assistência jurídica gratuita, diz pesquisa	Rivana Ricarte, Presidenta da ANADEP RELEASE ANADEP	https://globoplay.globo.com/v/9735398/
AGÊNCIA BRASIL	58 milhões brasileiros não têm acesso a atendimento de assistência jurídica gratuita, diz pesquisa	RELEASE ANADEP sobre o lançamento do 2º mapa das Defensorias Públicas Estaduais e do DF	https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2021-08/defensoria-publica-tem-deficit-de-47-mil-profissionais-no-pais
O GLOBO	58 milhões brasileiros não têm acesso a atendimento de assistência jurídica gratuita, diz pesquisa	RELEASE ANADEP sobre o lançamento do 2º mapa das Defensorias Públicas Estaduais e do DF	https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/falta-de-defensores-publicos-deixa-58-milhoes-de-pessoas-sem-acesso-justica-gratuita.html
IstoÉ	58 milhões brasileiros não têm acesso a atendimento de assistência jurídica gratuita, diz pesquisa	RELEASE ANADEP sobre o lançamento do 2º mapa das Defensorias Públicas Estaduais e do DF	https://istoe.com.br/defensoria-publica-tem-deficit-de-47-mil-profissionais-no-pais/

UOL	58 milhões brasileiros não têm acesso a atendimento de assistência jurídica gratuita, diz pesquisa	RELEASE ANADEP sobre o lançamento do 2º mapa das Defensorias Públicas Estaduais e do DF	https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/08/03/sem-defensores-publicos-58-milhoes-nao-tem-acesso-a-justica-gratuita.htm
VALOR	58 milhões brasileiros não têm acesso a atendimento de assistência jurídica gratuita, diz pesquisa	RELEASE ANADEP sobre o lançamento do 2º mapa das Defensorias Públicas Estaduais e do DF	https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/08/03/quase-60-milhoes-de-brasileiros-nao-tem-acesso-a-justica-por-falta-de-defensores-publicos.ghtml
CONJUR	58 milhões brasileiros não têm acesso a atendimento de assistência jurídica gratuita, diz pesquisa	RELEASE ANADEP sobre o lançamento do 2º mapa das Defensorias Públicas Estaduais e do DF	https://www.conjur.com.br/2021-ago-03/pesquisa-revela-deficit-defensores-publicos-todos-estados
CNN	58 milhões brasileiros não têm acesso a atendimento de assistência jurídica gratuita, diz pesquisa	RELEASE ANADEP sobre o lançamento do 2º mapa das Defensorias Públicas Estaduais e do DF	https://www.google.com.br/amp/s/www.cnnbrasil.com.br/amp/nacional/2021/08/04/defensoria-publica-tem-deficit-de-pelo-menos-4-5-mil-profissionais-no-pais
G1	58 milhões brasileiros não têm acesso a atendimento de assistência jurídica gratuita, diz pesquisa	RELEASE ANADEP sobre o lançamento do 2º mapa das Defensorias Públicas Estaduais e do DF	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/08/03/sao-paulo-tem-deficit-de-1425-defensores-publicos-diz-pesquisa.ghtml
Diário de São Paulo	58 milhões brasileiros não têm acesso a atendimento de assistência jurídica gratuita, diz pesquisa	RELEASE ANADEP sobre o lançamento do 2º mapa das Defensorias Públicas Estaduais e do DF	https://spdiario.com.br/sao-paulo-tem-deficit-de-1-425-defensores-publicos-diz-pesquisa/

O POVO	58 milhões brasileiros não têm acesso a atendimento de assistência jurídica gratuita, diz pesquisa	RELEASE ANADEP sobre o lançamento do 2º mapa das Defensorias Públicas Estaduais e do DF	https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2021/08/03/defensoria-publica-tem-deficit-de-47-mil-profissionais-no-pais.html
Jornal de Brasília	58 milhões brasileiros não têm acesso a atendimento de assistência jurídica gratuita, diz pesquisa	RELEASE ANADEP sobre o lançamento do 2º mapa das Defensorias Públicas Estaduais e do DF	https://jornaldebrasil.com.br/noticias/brasil/58-milhoes-de-brasileiros-nao-tem-acesso-a-justica-gratuita/
Metrópoles	58 milhões brasileiros não têm acesso a atendimento de assistência jurídica gratuita, diz pesquisa	RELEASE ANADEP sobre o lançamento do 2º mapa das Defensorias Públicas Estaduais e do DF	https://www.google.com.br/amp/s/www.metropoles.com/brasil/justica/deficit-de-defensores-publicos-chega-a-47-mil-profissionais-no-brasil%3famp
Correio Braziliense	58 milhões brasileiros não têm acesso a atendimento de assistência jurídica gratuita, diz pesquisa	RELEASE ANADEP sobre o lançamento do 2º mapa das Defensorias Públicas Estaduais e do DF	https://www.correio braziliense.com.br/direito-e-justica/2021/08/4941523-defensoria-publica-tem-deficit-de-47-mil-profissionais-no-pais.html
G1 Paraná	Com um defensor para cada 84 mil pessoas, Paraná tem pior déficit do país em defensoria pública estadual, diz associação	RELEASE ANADEP sobre o lançamento do 2º mapa das Defensorias Públicas Estaduais e do DF	https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2021/08/06/com-um-defensor-para-cada-84-mil-pessoas-parana-tem-pior-deficit-do-pais-em-defensoria-publica-estadual-diz-associacao.ghtml
Globo Paraná	Paraná é o estado onde mais faltam defensores públicos	RELEASE ANADEP sobre o lançamento do 2º mapa das Defensorias Públicas Estaduais e do DF	https://globoplay.globo.com/v/9748275
Rádio Band News	Impactos da lei que garante apoio social a crianças e adolescentes que perderam a mãe para o feminicídio		

Jornal de Brasília	Medida provisória que propõe dificultar acesso à justiça gratuita é inconstitucional, diz Anadep	RELEASE ANADEP	https://jornaldebrasil.com.br/noticias/politica-e-poder/medida-provisoria-que-propoe-dificultar-acesso-a-justica-gratuita-e-inconstitucional-diz-anadep/
Mercado Mercantil	Medida provisória que propõe dificultar acesso à justiça gratuita é inconstitucional, diz Anadep	RELEASE ANADEP	https://monitormercantil.com.br/mp-que-propoe-dificultar-acesso-a-justica-gratuita-e-inconstitucional/
CONJUR	Advogados contestam no Senado MP que limita justiça gratuita	RELEASE ANADEP	https://www.conjur.com.br/2021-ago-19/advogados-contestam-senado-mp-limita-justica-gratuita
IG	MP 1.045: 'minirreforma trabalhista' é inconstitucional? Especialista opina	RELEASE ANADEP	https://economia.ig.com.br/2021-08-19/reforma-trabalhista-constituicao.html
Congresso em Foco		ARTIGO ANADEP	https://congressoemfoco.uol.com.br/blogs-e-opiniao/forum/a-quem-interessa-dificultar-o-acesso-a-justica/
Revista Fórum	Medida provisória que propõe dificultar acesso à justiça gratuita é inconstitucional, diz Anadep	RELEASE ANADEP	https://revistaforum.com.br/politica/mp-dificulta-justica-gratuita-inconstitucional-diz-anadep/
Rota Jurídica	Medida provisória que propõe dificultar acesso à justiça gratuita é inconstitucional, diz Anadep	RELEASE ANADEP	https://www.rotajuridica.com.br/medida-provisoria-que-propoe-dificultar-acesso-a-justica-gratuita-e-inconstitucional-diz-anadep/

VEJA online	STF julga limite para atuação das defensorias públicas	RELEASE ANADEP	https://veja.abril.com.br/blog/radar/stf-julga-limite-para-a-atuacao-das-defensorias-publicas/
Estadão	Supremo começa a julgar poder de requisição das Defensorias	RELEASE ANADEP	https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/supremo-comeca-a-julgar-poder-de-requisicao-das-defensorias/
Isto é	Supremo começa a julgar poder de requisição das Defensorias	RELEASE ANADEP	https://www.istoedinheiro.com.br/stf-comeca-a-julgar-o-poder-das-defensorias-de-requisitar-documentos/
Estado de Minas	Supremo começa a julgar poder de requisição das Defensorias	RELEASE ANADEP	https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/08/27/interna_politica,1300038/stf-comeca-a-julgar-o-poder-das-defensorias-de-requisitar-documentos.shtml#:~:text=0%20Supremo%20Tribunal%20Federal%20

SETEMBRO

VEÍCULO (ESTADO)	ASSUNTO	FONTE	LINK
Revista Justiça & Cidadania	Em defesa da capacidade jurídica da pessoa com deficiência	coordenadora da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Renata Tibyriçá	https://editorajc.com.br/em-defesa-da-capacidade-juridica-da-pessoa-com-deficiencia/

UOL	Empresários criticam, e sindicatos comemoram queda de reforma trabalhista.	RELEASE ANADEP	https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/09/02/mp-1045-reforma-trabalhista-senado-empresarios-trabalhadores.htm
Correio Braziliense	STF privilegia inclusão e acessibilidade em teste físico no concurso público	coordenadora da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), Renata Tíbyriçá	https://blogs.correio braziliense.com.br/servidor/stf-privilegia-inclusao-e-acessibilidade-em-teste-fisico-no-concurso-publico/
Congresso em Foco	A reforma administrativa e o agente político defensor	ARTIGO RIVANA RICARTE	https://congressoemfoco.uol.com.br/blogs-e-opinio/foro/a-reforma-administrativa-e-o-agente-politico-defensor/
Revista Fórum	Ação de Aras que restringe trabalho da Defensoria Pública vai gerar mais morosidade no Judiciário	ARTIGO RIVANA RICARTE	https://revistaforum.com.br/brasil/acao-aras-defensoria-publica-morosidade-judiciario/

OUTUBRO

VEÍCULO (ESTADO)	ASSUNTO	FONTE	LINK
Revista Justiça & Cidadania	A importância da Defensoria Pública na preservação do Estado Democrático de Direito	Vice-presidente jurídico-legislativo da ANADEP, Flávio Wandek; e do diretor para assuntos legislativos, Allan Joos	https://editorajc.com.br/

UOL	Um golpe contra as defensorias públicas e o acesso dos pobres à Justiça.	Senador Fabiano Contarato	https://noticias.uol.com.br/opiniaio/coluna/2021/10/13/um-golpe-contras-defensorias-publicas-e-o-acesso-dos-pobres-a-justica.htm
Conjur	STF dá início à audiência pública sobre juiz das garantias	Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho, representante da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep)	https://www.conjur.com.br/2021-out-25/stf-inicio-audiencia-publica-juiz-garantias
CONJUR	Exigência de inscrição na OAB para defensor é inconstitucional, decide STF		https://www.conjur.com.br/2021-nov-01/exigencia-inscricao-oab-defensor-inconstitucional
Gazeta do Povo	CNJ cria grupo para combater prisões injustas a partir de reconhecimento fotográfico	Flávio Wandeck, vice-presidente jurídico-legislativo	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/cnj-cria-grupo-para-combater-erros-no-reconhecimento-fotografico-de-suspeitos/?utm_source=whatsapp&utm_medium=midia-social&utm_campaign=relacionamentovc

NOVEMBRO

VEÍCULO (ESTADO)	ASSUNTO	FONTE	LINK
Revista Justiça & Cidadania	As contribuições da Conferência de Durban na promulgação da lei nº 10.639/2003”	Membro da Comissão de Igualdade Étnico-Racial da ANADEP e defensor público de São Paulo Vinicius Silva	https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=50354

Migalhas	STF: Maioria afasta exigência de inscrição de defensor público na OAB		https://www.migalhas.com.br/quentes/353610/stf-maioria-afasta-exigencia-de-inscricao-de-defensor-publico-na-oab
MIGALHAS	STF valida lei municipal que criou Assistência Judiciária		https://www.migalhas.com.br/quentes/354205/stf-valida-lei-municipal-que-criou-assistencia-judiciaria
Conjur	Município pode criar serviço de assistência jurídica a hipossuficientes, diz STF		https://www.conjur.com.br/2021-nov-03/municipio-criar-servico-assistencia-juridica-pobres-stf
PORTAL JOTA	As consequências da decisão do STF sobre 'defensorias públicas municipais' - Sem Precedentes #81	Rivana Ricarte, presidenta da ANADEP	https://www.youtube.com/watch?v=tW0t00kU6F8

Grande imprensa repercute posicionamento da ANADEP sobre poder de requisição das Defensorias Públicas



#ANADEPnaMÍDIA



Posicionamento da ANADEP contra medida provisória que pode limitar acesso à justiça no País é destaque na imprensa nacional

MP que dificulta acesso à justiça gratuita é inconstitucional, diz Anadep

Associação de defensores públicos contesta texto de MP 1.045 aprovado na Câmara

Medida Provisória que propõe dificultar acesso à justiça gratuita é inconstitucional, diz Anadep

29 de agosto de 2021 - 10:36

A quem interessa dificultar o acesso à justiça?

Por Congresso Em Foco sobre Brasil Em 19 ago, 2021 - 13:28 Última Atualização: 19 ago, 2021 - 13:29

MP que propõe dificultar acesso à Justiça gratuita é inconstitucional

Por associação de defensores, definição violaria dignidade de pessoa humana; para advogados, MP cria 'trabalhos de segurança coletiva'.

CRITÉRIOS DE RENDA: Advogados contestam no Senado MP que limita Justiça gratuita

19 de agosto de 2021, 10:52

MP 1.045: "minirreforma trabalhista" é inconstitucional? Especialista opina

De Associação Paulo Gustavo Aronch, especialista em direito e Professor de "Atualizações" na Universidade do Rio de Janeiro (Unirio) e do Brasil Escola (www.brasilestudo.com.br)

Medida Provisória que propõe dificultar acesso à justiça gratuita é inconstitucional, diz Anadep

A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos alerta para o grave impacto de direitos e inconstitucionalidade da proposta

De olho, Defensores públicos apontam como inconstitucional a MP de minirreforma trabalhista. Para a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP), o texto alterado pela Câmara passava a representar "grave violação de direitos" ao limitar o acesso à justiça gratuita no País a pessoas com renda per capita de até meio salário mínimo.

Ponto de vista: "A proposta traz de modo inadvertido e perigoso graves restrições ao acesso à Justiça gratuita, sem qualquer fundamentação sólida e sem ser objeto de debate no estereótipo parlamentar. E tudo isso enquanto congressistas discutiam alterações das regras trabalhistas", diz Rivana Ricarte, presidente do entidade.

#ANADEPnaMÍDIA



AgênciaBrasil

Justiça

Defensoria Pública tem déficit de 4,7 mil profissionais no país

Ideal é um defensor para 15 mil pessoas, diz Ministério da Justiça



Publicado em 03/08/2021 - 14:33 Por Akemi Nitahara – Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro

O Brasil tem hoje déficit de pelo menos 4,7 mil defensores públicos para atender a população em situação de vulnerabilidade ou que não pode pagar por assistência jurídica. O ideal, segundo o Ministério da Justiça, é que o país tenha um defensor para cada 15 mil pessoas nessas condições, mas o país conta atualmente com 6.235 profissionais e precisa aumentar esse número em 79,4%.

Os dados estão no [2º Mapa das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital no Brasil](#), lançado nesta terça-feira (8) pela Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O mapa traz os principais dados sobre as defensorias nos estados e no Distrito Federal, como





Rivana Ricarte*

A Medida Provisória **n. 1.045**, prestes a ser convertida em lei, tratava, em sua redação original, sobre geração de emprego e renda, apresentando um programa emergencial voltado à manutenção de emprego e renda no contexto da pandemia da COVID-19.

No entanto, o texto aprovado pela Câmara dos Deputados, em meio a uma série de violações e inconstitucionalidades, trouxe de modo inadvertido e perigoso gravíssimas restrições ao acesso à Justiça gratuita.

A diretora-presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Estaduais (**Anadep**), Rivana Barreto Ricarte, lamentou que a PEC não investe na qualidade do serviço público, que poderia gerar economia. "Serviço público de qualidade não é ônus, mas economia para o Estado", defendeu. Ela observou que o Estado gasta proporcionalmente mais com advogados dativos em municípios que não contam com defensores públicos.

Acordo ainda não prevê destino da Lei de Segurança Nacional ou da quebra de patentes para vacinas contra a covid-19[fotografo]Cleia Viana/Câmara dos Deputados[/fotografo]

A reforma administrativa e o agente político defensor

CONGRESSO EM FOCO

17.09.2021 14:35 ● 0

Atualizado em 10.10.2021 17:03



APOIE

PUBLICIDADE

Junte-se ao Consórcio Honda e conquiste a sua moto.

SAIBA MAIS

HONDA
Consórcio



***Por Rivana Barreto Ricarte de Oliveira**

Em período mundial de completa necessidade de valorização do serviço público, a **Câmara dos Deputados** discute uma proposta de reforma administrativa que tem como foco a redução de serviço público, com ataque a direitos, sem que tenha sido produzido qualquer diagnóstico, nem planejamento dos problemas a serem

RECENTES



A decisão preocupou, também, a [Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos \(Anadep\)](#), para quem a forma on-line desse tipo de audiência desnatura a principal finalidade do ato, que é o contato direto do atuado com o juiz. Segundo a presidente da [Anadep](#), Rivana Ricarte, a audiência de custódia deveria ser considerada serviço essencial, uma vez que a avaliação das restrições à liberdade da pessoa é o que há de maior gravidade na seara processual penal.

O entendimento foi reforçado por Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho, representante da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos ([Anadep](#)). Ele lembrou que o juiz das garantias passou a ser usado por todos os países latino-americanos que saíram de ditaduras, para proteger os direitos dos investigados e vítimas.

QUESTÃO DE ORDEM

Exigência de inscrição na OAB para defensor é inconstitucional, decide STF

1 de novembro de 2021, 15h38

 [Imprimir](#)  [Enviar](#)   

[Por Severino Goes](#)

Reforma administrativa viola Constituição e contribuirá para déficit de defensores públicos no país, diz presidente da Anadep

 Publicado em 06/07/2021 - 21:58  Vera Batista  Servidor

Na tarde de hoje (6), a presidente da Associação Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos (Anadep), Rivana Ricarte, declarou que a categoria é contrária ao texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 32/2020), que trata da reforma administrativa. A posição foi marcada em audiência pública, na Comissão Especial que analisa o documento, na Câmara dos Deputados

STF privilegia inclusão e acessibilidade em teste físico no concurso público

Publicado em 11/09/2021 - 18:26 | Vera Batista | Servidor

“A Lei veda qualquer forma de discriminação que impeça de o candidato de participar de todas as etapas do concurso, inclusive prevê que é crime obstar o acesso de alguém a um cargo ou emprego público em razão da deficiência”, destaca a coordenadora da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), Renata Tibyriçá

Justiça

CNJ cria grupo para combater prisões injustas a partir de reconhecimento fotográfico



Décadas depois, a luta continua: manifestação no Dia da Consciência Negra em 2019, em São Paulo

Coordenadora-adjunta da Comissão da Igualdade Étnico-Racial da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), a jurista Aline Mota atenta para o fato de que a lei se limitava apenas a duas esferas da realidade.

“Apesar de ser um avanço, em certa medida, a lei reduzia o problema a aspectos do direito do consumidor — se negar a vender, hospedar, matricular aluno negro... — e do direito do trabalho — se negar a empregar”, pontua. “Não foram tratados [pela legislação] outros aspectos relevantíssimos, como o direito à terra pela população quilombola, ações afirmativas ou de reparação histórica.”



Anadep: aprovação da reforma administrativa viola constituição

“Se a PEC 32 for aprovada, não poderemos expandir nossos serviços e a nossa atuação estará limitada”, explica a presidente da associação

Anadep promove live sobre interseccionalidades em raça e gênero

22 de julho de 2021 - 08:52



A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep) e a Comissão de Igualdade Étnico-Racial promovem nesta quinta-feira (22), uma live que vai abordar a interseccionalidades em raça e gênero.

JOTA

Felipe Recondo

Juliana Cesario Allen

Diego Wernick Argenteira

Rivara Ricardo - ANADEP

As consequências da decisão do STF sobre 'defensorias públicas municipais' - Sem...

170 visualizações · há 16 horas

16 0 Compartilh... Criar Download Salv

JOTA 24 mil inscritos

INSCREVER-SE

19h — Interseccionalidades em raça e gênero — A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (**ANADEP**) e a Comissão de Igualdade Étnico-Racial promovem live que vai abordar a interseccionalidades em raça e gênero. Irão participar do debate, a vice-presidente institucional da **Anadep**, **Rita Lima**; a coordenadora da Comissão Étnico-Racial, **Clarissa Verena**, a advogada, pesquisadora e escritora **Alessandra Devulsky** e a coordenadora nacional do Movimento Negro Unificado (MNU), **Iêda Leal**. [Clique aqui para acompanhar.](#)

Plenário virtual

STF: Maioria afasta exigência de inscrição de defensor público na OAB

O julgamento virtual foi retomado nesta sexta-feira, 22, com o voto-vista de Dias Toffoli. Até o momento, 11 ministros já votaram, mas ainda é possível ocorrerem mudanças.

sexta-feira, 22 de outubro de 2021

Início / Notícias

MP que dificulta acesso à justiça gratuita é inconstitucional, diz Anadep

Associação de defensores públicos denuncia texto da MP 1045 aprovado na Câmara



SEM ASSISTÊNCIA

Falta de defensores públicos deixa 58 milhões de pessoas sem acesso à justiça gratuita

À **Fórum**, a presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (**Anadep**), Rivana Ricarte, afirmou que, caso a solicitação de Aras seja atendida, um dos impactos será o aumento dos gastos e do tempo envolvendo os processos judiciais.

Reforma administrativa viola Constituição e atrapalha defensoria, diz entidade

Segundo presidente da Anadep, texto contribuirá para déficit de defensores públicos no país

Aprovação da reforma administrativa viola CF e contribuirá para déficit de defensores públicos, diz Anadep

7 de julho de 2021 - 08:30



Presidente da Anadep Rivana Ricarte

A presidente da Associação Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos (Anadep), Rivana Ricarte, declarou, nessa terça-feira (6), que a categoria é contrária ao texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 32/2020), que trata da reforma administrativa. A posição foi marcada em audiência pública na Comissão Especial destinada a analisar a PEC, na Câmara dos Deputados.

Defensores públicos afirmaram que o Senado acertou ao derrubar a reforma, principalmente por causa do benefício da Justiça gratuita. "Em plena pandemia, com o aumento de procura da população pelos serviços da Defensoria Pública, dificultar a gratuidade de justiça afetaria o nosso trabalho de garantir acesso à Justiça aos grupos sociais que mais precisam dela", afirmou Rita Lima, vice-presidente da **Anadep** (Associação Nacional dos Defensores Públicos).



Coordenadora-adjunta da Comissão da Igualdade Étnico-Racial da Associação Nacional dos Defensores Públicos (**Anadep**), a jurista Aline Mota atenta para o fato de que a lei se limitava apenas a duas esferas da realidade.

"Apesar de ser um avanço, em certa medida, a lei reduzia o problema a aspectos do direito do consumidor -- se negar a vender, hospedar, matricular aluno negro... -- e do direito do trabalho -- se negar a empregar", pontua. "Não foram tratados [pela legislação] outros aspectos relevantíssimos, como o direito à terra pela população quilombola, ações afirmativas ou de reparação histórica."

"Analisando de forma conjuntural, no contexto global a lei poderia ser vista como um atraso", comenta Santos. "Mas, no Brasil, a legislação foi um avanço, pois em um período em que imperava a cultura eugenista, ou seja, elementos estruturantes dos privilégios da branquitude, os legisladores e formuladores de opinião estabeleceram uma agenda, tratando da temática racial e [implementando] a construção de uma política inaugural de combate ao racismo, prevendo igualdade de tratamento e direitos iguais."



Justiça, juiz, judiciário
Imagem: Getty Images

OPINIÃO

Um golpe contra as defensorias públicas e o acesso dos pobres à Justiça



Fabiano Contarato
Especial para o UOL

13/10/2021 19h52

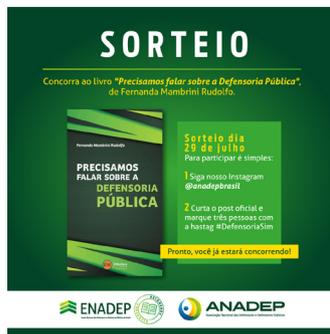
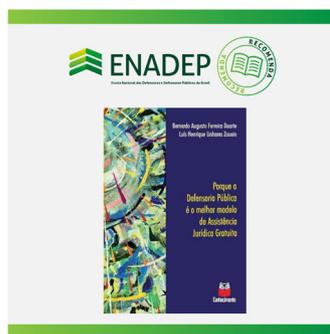
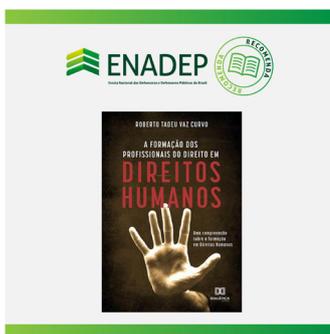
Atualizada em 13/10/2021 19h55

V

APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO

Enadep Recomenda

No 2º semestre, houve continuidade ao projeto Enadep Recomenda – projeto para divulgação de livros de defensoras e defensores associados à ANADEP, entre outras publicações relacionadas à Defensoria Pública. No Instagram da ANADEP há um destaque reunindo todas as obras já divulgadas. Para aumentar o engajamento no Instagram, também foi promovido o sorteio de mais dois livros no período.



Jornadas de Capacitação

A ANADEP e a ENADEP deram continuidade às Jornada de Capacitação da ENADEP. A iniciativa tem por objetivo trazer atividades voltadas para o aperfeiçoamento, capacitação e qualificação das defensoras e defensores públicos. Neste 2º semestre foram organizadas quatro jornadas que foram transmitidas online, via zoom:

VIII JORNADA: curso de formação política, participação institucional e liderança para defensoras públicas.



"CURSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA, PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL E LIDERANÇA PARA DEFENSORAS PÚBLICAS"

Total de 4 aulas - às segundas-feiras, das 19h às 20h30 de 05/07/2021 a 26/07/2021

Curso online, através da plataforma Zoom

150 vagas para defensoras públicas estaduais e distrital associadas da ANADEP

Inscrições no site da ANADEP, de 25/06 a 01/07

Mais informações: anadep@anadep.org.br com assunto "Curso de Formação Política, Participação Institucional e Liderança"

REALIZAÇÃO:   



ANADEP, ENADEP e APADEP encerram programação da VIII Jornada: curso de formação política, participação institucional e liderança para defensoras públicas.

REALIZAÇÃO:   

IX JORNADA: Capacidade jurídica da pessoa com deficiência e tomada de decisão apoiada.



“CAPACIDADE JURÍDICA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E TOMADA DE DECISÃO APOIADA”

INSCRIÇÕES ABERTAS

REALIZAÇÃO: ANADEP ANADEP ENADEP



REALIZAÇÃO: ANADEP ANADEP ENADEP

X JORNADA: “Direitos Humanos das pessoas em situação de rua e a resolução 40 do CNDH: textos e contextos - perspectivas críticas”.



“DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E A RESOLUÇÃO 40 DO CNDH: TEXTOS E CONTEXTOS - PERSPECTIVAS CRÍTICAS”

Total de 5 aulas - às segundas-feiras, das 19h às 20h30 de 13 de setembro a 11 de outubro

Curso online, através da plataforma Zoom

Inscrições no site da ANADEP de 3 a 10 de setembro

Mais informações: anadep@anadep.org.br com assunto "Capacitação Resolução CNDH"

REALIZAÇÃO: ANADEP ANADEP ENADEP



REALIZAÇÃO: ANADEP ANADEP ENADEP

XI JORNADA: “A atuação da Defensoria Pública nas Instituições de longa permanência para idosos(as)”.

A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP), a Escola Nacional das Defensoras e Defensores Públicos do Brasil (ENADEP) e a Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa encerraram a XI jornada de capacitação que teve como tema “A atuação da Defensoria Pública nas Instituições de longa permanência para idosos(as)”.

O curso teve por objetivo apresentar essa temática tão relevante, mas pouco debatida na Defensoria Pública, e colaborar para a reflexão e atuação prática de defensoras(es) públicas(os) que realizam inspeções e atendimentos nas ILPIs, espaço institucional onde as pessoas idosas estão sujeitas à violência e à violação de direitos fundamentais.



11 JORNADA de CAPACITAÇÃO
ANADEP

“A ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS/AS (ILPIs)”

INSCRIÇÕES ABERTAS NO SITE DA ANADEP

Curso online, através da plataforma Zoom

Mais informações: anadep@anadep.org.br com assunto “Atuação das Defensorias nas ILPIs”



11 JORNADA de CAPACITAÇÃO
ANADEP

ANADEP e ENADEP encerram XI Jornada de Capacitação



Cartão de agradecimento

Em todos os eventos promovidos pela ANADEP e ENADEP no 2º semestre, os(as) facilitadores(as) ministraram as aulas, cursos e seminários gratuitamente. Desta forma, ao final de cada atividade, as entidades enviam um cartão especial como forma de agradecimento pela colaboração.



8 JORNADA de CAPACITAÇÃO
ENADEP

A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP), a Escola Nacional das Defensoras e Defensores Públicos do Brasil (ENADEP) e a Associação Paulista de Defensoras e Defensores Públicos (APADEP) agradecem a sua participação na VIII Jornada da ENADEP, cujo tema foi **"CURSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA, PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL E LIDERANÇA PARA DEFENSORAS PÚBLICAS"**

Diretoria ANADEP e APADEP

REALIZAÇÃO:




9 JORNADA de CAPACITAÇÃO
ENADEP

A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP), a Escola Nacional das Defensoras e Defensores Públicos do Brasil (ENADEP) e a Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência agradecem a sua participação na IX Jornada da ENADEP, cujo tema foi **"CAPACIDADE JURÍDICA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E TOMADA DE DECISÃO APOIADA"**

Diretoria ANADEP, ENADEP e
Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência

REALIZAÇÃO:




10 JORNADA de CAPACITAÇÃO
ENADEP

A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) e a Escola Nacional das Defensoras e Defensores Públicos do Brasil (ENADEP) agradecem sua participação na **X Jornada de Capacitação da ENADEP**, com tema **"DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E A RESOLUÇÃO 40 DO CNJD: TEXTOS E CONTEXTOS - PERSPECTIVAS CRÍTICAS"**.

Diretoria ANADEP

REALIZAÇÃO:


Qualificação de Defensoras e Defensores Públicos em Saúde Pública

Em agosto, a ANADEP, a ENADEP e a Comissão de Saúde promoveram a 4ª Qualificação de Defensoras e Defensores Públicos em Saúde Pública. O principal objetivo do encontro foi o de debater questões acerca do direito à saúde, no que tange àqueles que por insuficiência de recursos e em situações de vulnerabilidades buscam sua efetivação por intermédio do judiciário brasileiro.

4ª Qualificação de Defensoras e Defensores Públicos em Saúde Pública
 Dias 5 e 6 de agosto, das 9h30 às 13h30
 No canal do Youtube da ANADEP [▶ @cana1NADEP](#)

PALESTRANTES

FABIANA CAVALLI
Professora Assistente Titular de Epidemiologia Hospitalar da Unidade "Luiz de Cabral", Petrópolis e Maciçosa, no Estado

ANTONIO BARBOSA
Defensor Público do Distrito Federal e do Poder do Judiciário

ROBERTO SANCHES FARIAS
Professor do Programa de Pós-Graduação e Monitor de Disciplinas Especiais de Direito Público

BENIN EUZÉBIO
Advogado Titular do Setor de Defesa Jurídica do Estado de Pernambuco (PE) e Promotor Público (PE) de 2003

TÁSSIA OLIVEIRA
Tribunadora de Saúde e Defensora Pública do Estado de Minas Gerais

ANADEP **ANADEP** **ENADEP**

4ª Qualificação de Defensoras e Defensores Públicos em Saúde Pública
 Dias 5 e 6 de agosto, das 9h30 às 13h30
 No canal do Youtube da ANADEP [▶ @cana1NADEP](#)

PALESTRANTES

JULIANA GONÇALVES
Coordenadora do Núcleo de Saúde do Sistema Público de Justiça de Assistência e promoção do SUS

ANACLARA RODRIGUES
Advogada do Poder Judiciário

LUCIANA BRITO
Médica com especialização em Infectologia e saúde pública

GLÁUCIA QUEIROZ
Coordenadora do Núcleo Especializado de Saúde Coletiva do Departamento Público de Saúde do Grande Rio de Janeiro

CECÍLIA LIMA
Procuradora do Estado de Pernambuco e Coordenadora do Núcleo Especializado de Saúde do Departamento Público de Saúde do Grande Rio de Janeiro

ANADEP **ANADEP** **ENADEP**

4ª Qualificação de Defensoras e Defensores Públicos em Saúde Pública
 Dias 5 e 6 de agosto, das 9h30 às 13h30
 No canal do Youtube da ANADEP [▶ @cana1NADEP](#)

MEDIADORES(AS)

SILMA DIAS
Defensora pública do Estado de Pernambuco e coordenadora adjunta da Comissão de Saúde da ANADEP

UBIRATARA LUCA
Defensor público do Estado de Mato Grosso e coordenador da Comissão de Saúde da ANADEP

ANADEP **ANADEP** **ENADEP**

4ª Qualificação de Defensoras e Defensores Públicos em Saúde Pública é destaque da semana

ANADEP **ANADEP** **ENADEP**

4ª Qualificação de Defensoras e Defensores Públicos em Saúde Pública é destaque da semana

ANADEP **ANADEP** **ENADEP**

4ª Qualificação de Defensoras e Defensores Públicos em Saúde Pública é destaque da semana

ANADEP **ANADEP** **ENADEP**

VI

APOIO À ATUAÇÃO AFIRMATIVA DE GÊNERO E RAÇA DENTRO DAS DEFENSORIAS E ASSOCIAÇÕES ESTADUAIS

Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e a Tereza de Benguela

Em alusão ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e a Tereza de Benguela, a ANADEP e a Comissão de Igualdade Étnico-Racial promoveram live sobre Interseccionalidades em raça e gênero. A atividade faz parte do calendário de ações da campanha nacional e do “Julho das Pretas”.

Participaram dos debates a vice-presidenta institucional da ANADEP, Rita Lima; a coordenadora da Comissão Étnico-Racial, Clarissa Verena; Alessandra Devulsky, advogada, pesquisadora e escritora; e Iêda Leal, coordenadora nacional do Movimento Negro Unificado (MNU).



Dia da Mulher Indígena

O mês de setembro é marcado pelas comemorações e luta das mulheres indígenas. Para celebrar a data, a ANADEP, a ENADEP e a Comissão Temática dos Direitos da Mulher da ANADEP promoveram a capacitação “Mulheres indígenas, Defensoria Pública e garantia de acesso à justiça”.

Participaram do evento, a deputada Federal Joênia Wapichana (REDE-RR); da pajé da etnia Macuxi, Vanda da Silva; da refugiada venezuelana Leany Torres Moralefa, da etnia Warao; da coordenadora do programa de proteção da criança e do adolescente no Instituto Pirlampos de Roraima, Alba Gonzalez; da artista indígena contemporânea, Daiara Tukano; da antropóloga Joziléia Daniza Kaingang; e da pesquisadora e assistente social Angélica Kaingang, além de membras e membros das Comissões da Mulher e da Igualdade Étnico-Racial da ANADEP.

Capacitação “MULHERES INDÍGENAS, DEFENSORIA PÚBLICA E GARANTIA DE ACESSO A JUSTIÇA”

17 de setembro (sexta-feira) / 9h às 13h

No canal da ANADEP no Youtube [▶ /canalANADEP](https://www.youtube.com/canalANADEP)

PALESTRANTES

- Joênia Wapichana
Deputada Federal (REDE-RR)
- Vanda Macuxi
Pajé
- Leany Torres Moralefa
Refugiada Warao
- Alba González
Coordenadora do programa de proteção da criança e do adolescente no Instituto Pirlampos de Roraima
- Daiara Tukano
Artista indígena contemporânea
- Joziléia Kaingang
Antropóloga
- Angélica Kaingang
Pesquisadora e assistente social



ANADEP participa de live da DPE-PB sobre direito socioeducativo, gênero e raça

Em setembro, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, participou de live da Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB). O encontro debateu o tema Direito Socioeducativo, Gênero e Raça. A roda de debate foi conduzida pela defensora pública coordenadora do GT pela Igualdade Étnico-Racial da DPE-PB e membra da Comissão Étnico-Racial da ANADEP, Aline Mota.



ANADEP inicia levantamento do perfil étnico-racial e interseccional de defensoras e defensores públicos

No 2º semestre, a ANADEP iniciou o “Levantamento do perfil étnico-racial e interseccional de defensoras e defensores públicos”. O objetivo é levantar dados para fomentar a reflexão sobre o tema no âmbito da Defensoria Pública. Seguindo as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o formulário da pesquisa traz perguntas diretas relacionadas à diversidade étnico-racial e interseccional. O levantamento será mais um desdobramento da Campanha Nacional 2021 “Racismo se combate em todo lugar: Defensoras e Defensores Públicos pela equidade racial”.



Entidades lançam projeto de pesquisa sobre acesso à justiça de quilombolas durante live

Em agosto, foi lançado o projeto da pesquisa “Quilombolas e acesso à justiça: atuação da Defensoria Pública”. A iniciativa é da ANADEP, do Fórum Justiça (FJ), da Defensoria Pública da União (DPU), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (AFROCEBRAP), da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e do Conselho Nacional de Ouvidorias Externas de Defensorias Públicas do Brasil. A pesquisa visa analisar e sistematizar as principais frentes adotadas pela Defensoria Pública na garantia dos direitos das comunidades quilombolas.



Lançamento da pesquisa
"Quilombolas e acesso à
justiça: a atuação da
Defensoria Pública"

Segunda-feira, 30 de agosto

A partir das 16h

No Canal da ANADEP no Youtube
[/canalANADEP](https://www.youtube.com/canalANADEP)

AFROCEBRAP
CONAQ
Conselho Nacional de Ouvidorias Externas de Defensorias Públicas do Brasil
Fórum Justiça
UNICAMP
DPU
ANADEP



LIVE on Custom Live Streaming Service

Andre Carneiro

Associação Nacional das Defensorias e Defens...

Ana Paula Solimangrella

Jose Mauricio Arruti

emilia pietrafaia

Silene Assis

Riviane Ricarte

Marisa Lima

MÔNICA DE MELO

Biko Rodrigues

Associação Nacional das Defensorias e Defens...

No mês da consciência negra, ANADEP promove seminário “Atuação antirracista da Defensoria Pública na perspectiva criminal”

A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) e a Comissão Temática da Igualdade Étnico-Racial promoveu o seminário “Atuação antirracista da Defensoria Pública na perspectiva criminal”. O evento foi realizado presencialmente, no mês da consciência negra, no dia 26 de novembro, na sede do Sindicato dos Jornalistas de Brasília. A partir de um diálogo entre defensores(as) públicos(as) e jornalistas, a ideia foi o de analisar como determinados discursos e representações contribuem para projeção da imagem da pessoa negra na sociedade. Houve participação de membras e membros da CIER e também dos(as) jornalistas Cármen Souza (Correio Braziliense) e Luiz Fará Monteiro (Record).



Seminário
"ATUAÇÃO
ANTIRRACISTA
DA DEFENSORIA
PÚBLICA NA
PERSPECTIVA
CRIMINAL"

26 de novembro (sexta-feira), na sede do
Sindicato dos Jornalistas de Brasília
(Prédio City Offices, SIG, Quadra 2)
Das 9h às 13h
(apenas presencial, seguindo os protocolos de segurança sanitária)

Realização



ANADEP
Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos



ANADEP
Comissão da Igualdade Étnico-Racial

Apoio



SINDICATO
DOS JORNALISTAS
DE BRASÍLIA
FENAJ e FENAJ-R e CJI



JUSRACIAL

No segundo semestre, a presidência e vice-presidência da ANADEP reuniram-se com representantes do Instituto JusRacial para futuras parcerias, com foco na especialização antirracista.



VII

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

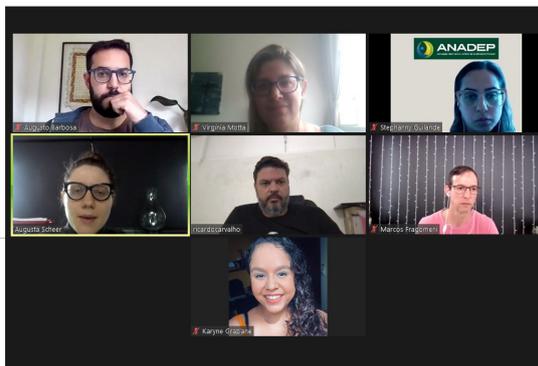
ADEQUAÇÃO À LGPD

Em outubro, a ANADEP iniciou o processo de adequação à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). A entidade enviou para todas e todos associados(as) e-mail marketing com o formulário sobre o tratamento de dados pessoais. Houve ainda diversas reuniões internas para tratar do tema com o escritório de advocacia, funcionários e as empresas responsáveis pela manutenção do sistema e suporte técnico do setor de informática.

Diretoria e equipe da ANADEP alinham mudanças com a LGPD (outubro)



Reunião da diretoria e equipe com o escritório responsável pela implementação da LGPD (setembro)



LGPD

Associada e Associado,
Acesse seu e-mail e responda ao formulário da ANADEP sobre o tratamento de dados pessoais - Lei Geral de Proteção de Dados. É fácil e rápido!

PRAZO: 5 de novembro



IMPORTANTE! (LGPD)

Informamos que a ANADEP está nas fases finais de sua adequação à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), por isso, para poder continuar fornecendo benefícios aos(as) nossos(as) associados(as), solicitamos seu consentimento para tratar seus dados pessoais, conforme formulário que segue.

[Clique aqui para acessar e responder ao questionário](#)

Alertamos que, caso o (a)associado(a) não aceite ou não concorde com os Termos, ele não poderá ter acesso à área restrita do site da ANADEP, aos convênios fornecidos pelo Clube de Vantagens, e a participar das Comissões, Eventos e Reuniões realizadas pela entidade.

Os dados são necessários para possibilitar a persecução dos fins estatutários da ANADEP: congregar Defensoras e Defensores Públicos do país, da ativa e aposentadas(os), para a defesa de suas prerrogativas, direitos, interesses e livre exercício, pugnano pela concretização dos objetivos da Defensoria Pública enquanto Instituição de Estado permanente, independente e autônoma, expressão e instrumento do regime democrático, a quem incumbe a promoção dos direitos humanos e a ampla defesa, individual e coletiva, integral e gratuito, dos direitos das pessoas em situações de vulnerabilidade (Art. 1º do Estatuto da ANADEP).

Para promover esses fins, as informações pessoais dos associados são importantes para que a ANADEP possa se comunicar com as Defensoras e com os Defensores Públicos, inclusive para divulgação de temas de seu interesse na área restrita do site; para que sejam organizadas eleições a fim de compor a Diretoria da ANADEP; bem como para viabilizar parcerias com empresas no intuito de beneficiar os Defensores Públicos.



Mapa

Para organizar o lançamento do 2º Mapa das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital no Brasil, que ocorreu na primeira semana de agosto, as equipes da ANADEP e do IPEA se reuniram diversas vezes para discutir a metodologia, o formato do evento e a divulgação do estudo.

A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) têm a honra de convidar vossa excelência para o lançamento do

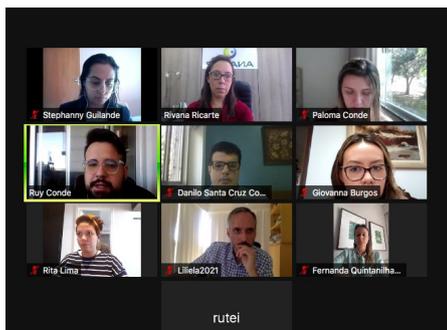
II MAPA DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS ESTADUAIS E DISTRITAL NO BRASIL

QUANDO
dia 3 de agosto

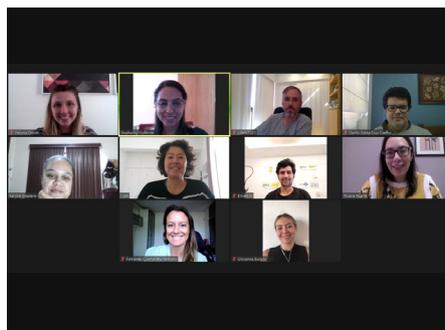
HORÁRIO
10h

O evento será transmitido no canal da ANADEP no YouTube.



Diretoria, IT comunicação, ascom Anadep e Ipea (julho)



Reunião com o Ipea (julho)



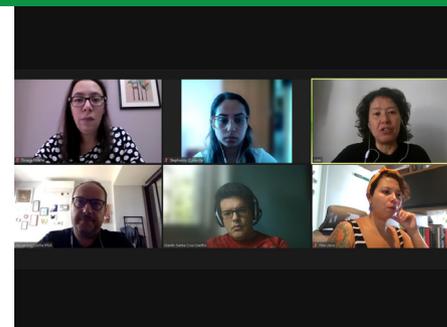
Lançamento do Mapa aconteceu em Brasília (agosto)



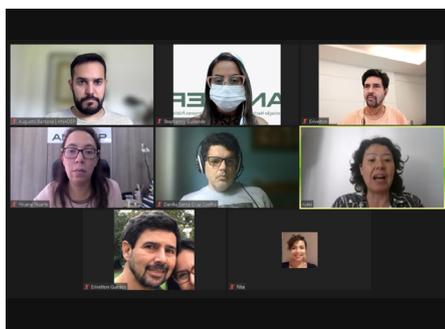
Lançamento do Mapa aconteceu em Brasília (agosto)



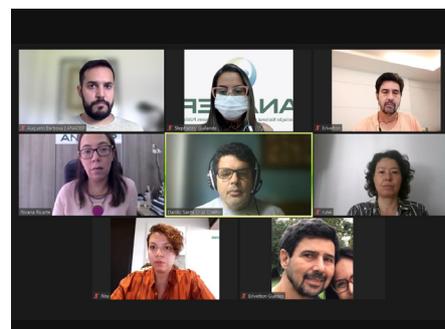
Lançamento do Mapa aconteceu em Brasília (agosto)



Setembro



Setembro



Setembro

VOCÊ SABE QUANTAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS ESTADUAIS EXISTEM NO BRASIL?

Dia 3 de agosto, às 10h, no canal do Youtube da ANADEP

ANADEP **ipea**

VOCÊ SABE EM QUANTAS COMARCAS HÁ DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS?

Dia 3 de agosto, às 10h, no canal do Youtube da ANADEP

ANADEP **ipea**

VOCÊ SABE QUAL É O DÉFICIT DE DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS E QUAIS SÃO OS ESTADOS COM OS PIORES NÚMEROS?

Dia 3 de agosto, às 10h, no canal do Youtube da ANADEP

ANADEP **ipea**

VOCÊ SABIA QUE HÁ ESTADOS QUE TÊM TODAS AS COMARCAS LOTADAS DE DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS?

Dia 3 de agosto, às 10h, no canal do Youtube da ANADEP

ANADEP **ipea**

Webinário

Em agosto, logo após o lançamento oficial do 2º Mapa, o IPEA promoveu o webinar II Mapa das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital no Brasil, que teve como objetivo debater os dados da pesquisa lançada em parceria com a ANADEP. O webinar contou com a participação da pesquisadora Rute Imanishi; da presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte; do pesquisador Fábio de Sá e Silva; e de Augusto Barbosa, vice-presidente administrativo da ANADEP e presidente da APADEP. A diretora do IPEA Flavia Schmidt foi responsável pela mediação.

WEBINAR | **ipea** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

II Mapa das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital no Brasil

05 de agosto de 2021 | das 16h às 17h30

PALESTRANTES

- **Rute Imanishi**, técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest/Ipea)
- **Rivana Ricarte**, presidenta da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP), defensora pública do Estado do Acre

DEBATEDORES

- **Fábio de Sá e Silva**, técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest/Ipea)
- **Augusto Barbosa**, vice-presidente administrativo da ANADEP, defensor público do Estado de São Paulo e presidente da APADEP

MEDIAÇÃO

- **Flavia Schmidt**, diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest/Ipea)

[Clique aqui para acessar artigo referente ao Webinar](#)

[Clique e inscreva-se](#)

Mais informações: bruno.araujo@ipea.gov.br
daniilo.coelho@ipea.gov.br
marcos.hecksher@ipea.gov.br

www.ipea.gov.br

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

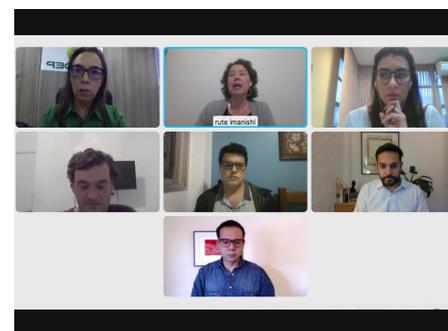
MINISTÉRIO DA ECONOMIA **PARTE DA AMADA BRASIL** CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO



ANADEP participa de evento do IPEA sobre o 2º Mapa (agosto)



ANADEP participa de evento do IPEA sobre o 2º Mapa (agosto)



ANADEP participa de evento do IPEA sobre o 2º Mapa (agosto)

Termo de Cooperação

Para dar continuidade às pesquisas, a ANADEP e o IPEA assinaram termo de cooperação técnica visando a realização de estudos, pesquisas, avaliações e assessoria técnica que atendam a interesse mútuo e tenham como foco a assistência jurídica integral e gratuita e a atuação das Defensoras e Defensores Públicos no Brasil.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada



TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA IPEA/ANADEP N. /2021

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE
ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE
PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA
E A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS
DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS –
ANADEP.

VIII

INTERNACIONAL

BLODEPM

A ANADEP foi eleita para assumir a coordenação geral do Bloco de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul (BLODEPM), durante o biênio 2021-2023. O pleito ocorreu durante assembleia geral do Bloco, no dia 9/11. A Associação de Magistrados e Funcionários do Ministério Público de Defesa da República Argentina (ADEPRA) ficará na vice coordenação e a secretaria-geral com a Defensoria Pública Geral do Paraguai. A posse da nova diretoria ocorreu no âmbito do Congresso do Bloco de Defensores Públicos Oficiais do MERCOSUL (BLODEPM).

Congresso BLODEPM

Em novembro, foi promovido o Congresso do Bloco de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul (BLODEPM). Com o tema "Atuação das Defensorias nas zonas de fronteira: perspectivas e desafios", o objetivo foi o de aprofundar debates sobre crimes transnacionais (tráfico de pessoas, tráfico de drogas) e questões relacionadas aos povos indígenas transfronteiriços. Participaram do evento, representando a ANADEP.



Convite para o Congresso do Bloco de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul (BLODEPM)

ATUAÇÃO DAS DEFENSORIAS NAS ZONAS DE FRONTEIRA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Convidamos a todas e todos para o Congresso do BLODEPM que contará com a participação de defensoras e defensores públicos e especialista do International Centre for Migration Policy Development (ICMPD) e da Iniciativa MIEUX+.

10 de novembro de 2021, das 15h00 às 17h45
(horário de Brasília)

Transmissão pelo canal da ENADPU no YouTube

Inscreva-se através do link Zoom ▶



ANADEP é eleita para assumir coordenação do BLODEPM (Biênio 2021-2023)



AIDEF

Workshop

Em julho, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, e a coordenadora da Comissão dos Direitos da Mulher, Jeane Xaud, participaram de workshop para criação de “Rede Interamericana de Defesa das Pessoas no Contexto da Mobilidade”. A atividade faz parte do acompanhamento do programa EUROsocial.

The image shows a virtual workshop presentation slide on the left and a video conference grid on the right.

Workshop Slide:

- EUROSOCIAL** PROGRAM FOR SOCIAL COHESION (with European Union logo)
- AIDEF** Alianza Interamericana de Defensorías Públicas
- TALLER VIRTUAL**
- TALLER CON DEFENSORAS/ES DE DEFENSORÍAS PÚBLICAS O ASOCIACIONES DE DEFENSORES/AS PÚBLICAS**
- Lunes, 12/07/2021**
- 12:00 Santiago de Chile / 13:00 Buenos Aires / 18:00 Bruselas**
- Logos at the bottom: EUROsocial, FIIAPP, EXPERTISE FRANCE, iila, and SICA.

Video Conference Grid:

- jeane Xaud ANAD...
- Rivana Ricarte
- Maria Luísa Domi...
- Hernán de Llano
- Rebeka Berruti M...
- ANDREA YARMIL...
- Sofia libedinsky
- Carmen Miguel
- Sebastián Van De...
- Macarena Rodrig...
- Catalina Sadá
- Pedro Velasco

Conselhos

Em outubro, a AIDEF promoveu reuniões dos Conselhos Diretivo e Executivo por meio do aplicativo Zoom. A ANADEP participou dos encontros, enquanto vice-coordenadora, sendo representada pela presidenta Rivana Ricarte, além do diretor de relações internacionais e da diretora adjunta, Antonio Maffezoli e Juliana Lintz.



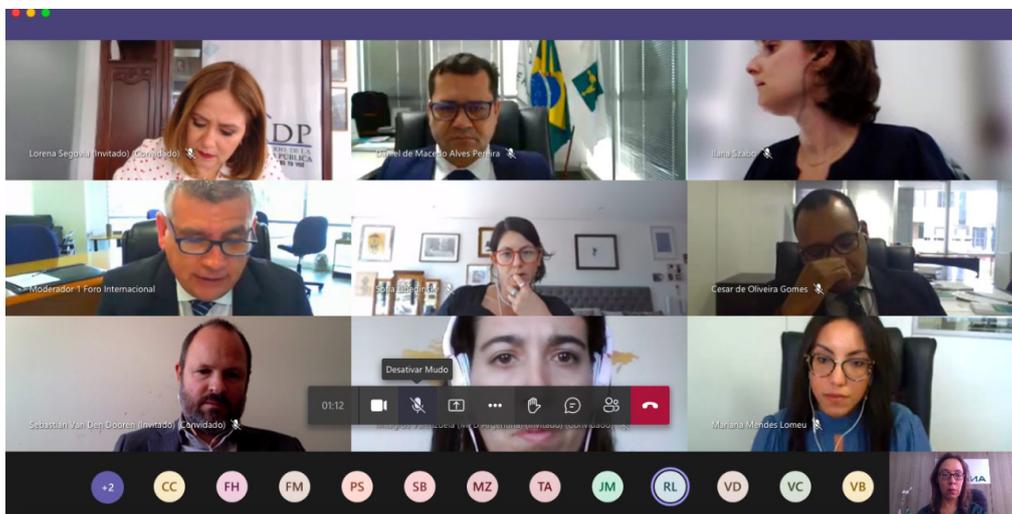
Conselho Diretivo (outubro)



Conselho Executivo (outubro)

REDPO

Em outubro, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, participou do 33º encontro da Reunião Especializada de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul (REDPO), que foi realizado por videoconferência. A REDPO é direcionada à cooperação, integração e fortalecimento institucional das Defensorias Públicas.



Encontro de Direitos Humanos

Em setembro, a ANADEP apoiou o Encontro Internacional Direitos Humanos - evento periódico, a cada dois anos, promovido pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), unidade Paranaíba-MS, com o tema central Direitos Humanos, Justiça e Pandemia. No dia 23 de setembro, a vice-presidenta da ANADEP, Rita Lima, participou da palestra "Violência contra mulher, novas práticas institucionais e vulnerabilidades sociais. No mesmo dia, a defensora pública de São Paulo Isadora Brandão esteve no painel "Violências, discriminações e políticas de mortes na pandemia". Já no dia 24, a defensora pública e coordenadora da Comissão dos Direitos da Mulher da ANADEP, Jeane Xaud, ministrou o minicurso "A feminização das migrações e mobilidades: um olhar interseccional". Houve ainda o minicurso "Direito à Saúde, Ética e Crise sanitária", ministrado pela defensora pública e coordenadora adjunta da Comissão de Saúde da ANADEP, Silma Dias, e pelo também membro da Comissão Bruno Barcala.

Evento on-line!

VI EIDH

ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

CARLOS FELIPE JARAMILLO / uso autorizado

DIREITOS HUMANOS, JUSTIÇA E PANDEMIA

Accesse pelo QR code

REALIZAÇÃO

SET
22 a 25

<https://www.even3.com.br/eidh2021>

Congresso de Direitos Humanos dos Povos Indígenas

A defensora pública Alessandra Quines representou a ANADEP no workshop virtual intitulado "Consulta sobre o Guia de Diretrizes Internacionais para a condução da perícia cultural em processos judiciais", promovido em outubro, no âmbito do Congresso de Direitos Humanos dos Povos Indígenas, Normas Internacionais e Especialização Cultural em Processos Judiciais, a defensora pública.



Boletim internacional ANADEP

Em agosto, a diretoria da ANADEP divulgou o V Boletim Internacional. O material destacou as principais atividades do início do ano até julho desenvolvidas e/ou divulgadas pela entidade.

**FIQUE POR DENTRO DA
ATUAÇÃO INTERNACIONAL
DA ANADEP**



Entenda. Divulgue. Compartilhe.

 **ANADEP**
Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos

Boletins AIDEF e Blodepm

A ANADEP auxiliou na divulgação e coleta de material para a confecção dos boletins de jurisprudência da Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEF) e do Bloco de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul (BLODEPM). Ambas as publicações reúnem importantes decisões jurisprudenciais sobre direitos humanos.

**BOLETIM DE
JURISPRUDÊNCIA
DA**



AIDEF
Asociación Interamericana
de Defensorías Públicas

ENVIO DE MATERIAL
Até 12h, do dia 10 de setembro (sexta-feira)

EMAIL
secretaria@anadep.org.br

**BOLETIM DE
JURISPRUDÊNCIA
DO**



BLOQUE DE DEFENSORES PÚBLICOS OFICIALES DEL MERCOSUR

ENVIO DE MATERIAL
10 a 30 de setembro

Os trabalhos devem ser enviados para
venezuelablodepm@gmail.com e
asuntosinternacionalesdp@gmail.com, com o assunto
"Fallo para el Boletín de jurisprudencia del BLODEPM"

SETORES DA ANADEP

A ANADEP funciona, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h. Formada por uma equipe de seis funcionários, a Associação está dividida em três setores: administrativo, comunicação e financeiro. No segundo semestre, a diretoria deu continuidade à política de realizar reuniões com todos os setores da entidade. Os encontros têm por objetivo traçar o planejamento operacional e logístico das atividades, bem como ouvir as demandas dos setores. Além disso, visa aproximar a diretoria de todo o corpo de colaboradores.



Assessoria de Comunicação

A Assessoria de comunicação da ANADEP propõe e executa as políticas de comunicação da entidade. Ela é responsável pelas estratégias, campanhas, projetos e atividades voltadas para os diversos públicos da Associação. A equipe é formada por: uma coordenadora de comunicação e uma assessora de comunicação. Tem também apoio de uma empresa de publicidade, responsável pelas artes gráficas. Neste segundo semestre, contou com apoio da IT Press Comunicação, para ações de relacionamento com a imprensa externa.

- Participação ativa nas AGEs;
- Planejamento do lançamento do 2º Mapa das Defensorias Públicas Estaduais e do DF;
- Suporte nos eventos online – organização do sistema zoom/youtube
- Assessorar os membros da diretoria em atividades de comunicação social;
- Auxiliar presidência na produção de comunicados;
- Coordenar a atuação das Assessorias de Comunicação das Defensorias Públicas e Associações Estaduais no desenvolvimento de material para site da ANADEP;
- Produção de boletim internacional;
- Criação de cards padronizados para as redes sociais;
- Criação de cards e vídeos de educação em direitos para as redes sociais;
- Criação dos destaques padronizados do Instagram;
- Desenvolvimento de peças gráficas para as redes sociais;
- Desenvolvimento de peças para eventos;
- Diálogo com os veículos;
- Produção de releases;
- Divulgação das atividades legislativas (matérias, fotos e story);
- Editar e revisar notas públicas;
- Editoração de balanços;
- Editoração de material jurídico: poder de requisição (pesquisa e textos);
- Elaboração do boletim semanal da entidade, o ANADEP EXPRESS;
- Elaboração do Histórias de Defensor(a);
- Elaboração, edição e confecção dos balanços de gestão;
- Produção do Podcast “ANADEP em Pauta”;

- Inscrição de projetos para o Conbrascom;
- Gerenciar o site e redes sociais da ANADEP;
- Manter arquivos das notícias de interesse da ANADEP publicadas pela imprensa (clipping);
- Organização da pauta semanal (demandas jornalística e publicitária);
- Reunião com os assessores de comunicação (presencial e via zoom);
- Ronda nos sites e redes sociais das Associações e Defensorias;
- Manutenção de lista de transmissão para Associações que não tem assessoria de imprensa;
- Organização do canal do Youtube;
- Diálogo com as comissões temáticas para obtenção de dados e personagens;
- Organização da pauta da Revista Justiça & Cidadania;
- Criação e revisão de roteiros dos eventos;
- Revisão de discursos da presidência e vice-presidência;
- Criação de roteiros para vídeos;
- Pauta da publicidade;
- Trabalho de copywriting para o setor de publicidade;
- Organização do projeto ENADEP Recomenda;

- Diálogo com a equipe do Innovare para divulgação do prêmio;
- Diálogo com os parceiros externos da ANADEP para divulgação de informativos (Editora Juruá, Consinter e MarktClub);
- Diálogo e suporte à equipe IT Press (organização de dados, produção de textos, redação de atas...)

Publicidade

Desde 2014, a ANADEP mantém contrato com a empresa Bah Comunicação – responsável por todo o planejamento gráfico e visual da entidade. A empresa é responsável por vários serviços especializados e que são fundamentais para a assessoria de comunicação, como:

- Criação de logomarcas;
- Criação do layout do site;
- Criação e atualização de peças gráficas internas (crachás, cartões, pastas, papel timbrado, etc)
- Desenvolvimento de peças gráficas para as redes sociais;
- Desenvolvimento de peças para eventos;
- Editoração de balanços;

-
- Editoração de cartilhas, livros e revistas;
 - Planejamento e criação da identidade visual da campanha;
 - Redação de peças audiovisuais;
 - Editoração de boletins internacionais (AIDEF e BLODEPM);
 - Planejamento de campanhas;
 - Editoração do 2º Mapa das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital + desdobramentos de peças relacionadas à publicação

Setor Administrativo

- Agendamento de reuniões com parlamentares e autoridades;
- Agendamento das reuniões pelo aplicativo Zoom;
- Baixar gravações do Zoom e subir para o Drive da ANADEP;
- Atualização de mailing de associados, órgãos e entidades;
- Atualização das listas de associados;
- Formulação, formatação, envio, digitalização e acompanhamento de ofícios, planilhas, notas técnicas e documentos em geral;
- Protocolo de ofícios e documentos na Câmara, Senado, STF, STJ e outros órgãos e entidades;
- Preparação, controle e coleta de dados de questionário sobre as Defensorias Públicas (neste momento há duas coletas ocorrendo: Levantamento étnico-racial e LGPD);
- Emissão (e alteração quando necessário) de passagens e hospedagens nacionais e internacionais;
- Confecção dos relatórios das passagens e hospedagens emitidas pelo cartão de crédito;
- Despacho e acompanhamento de documentos e correspondências enviados via Correios;
- Preparação e envio de convocações para assembleias, reuniões de diretoria e outras atividades;
- Preparação da sala de reuniões com prisma, bandeiras, materiais, suporte técnico (zoom, data show, microfones), alimentos e bebidas para realização de reuniões na sede;
- Acompanhamento, suporte e redação de atas de reuniões via zoom;
- Correção e aprovação de atas de reuniões (AGEs, diretoria e administrativas);
- Cotação e compra de materiais de limpeza;
- Cotação e compra de alimentos/bebidas;
- Cotação e compra de materiais de escritório;
- Controle de materiais de escritório e alimentos da sede da entidade;
- Retirada de materiais (placas de homenagem e gráfica);
- Acompanhamento de contratos em geral;
- Acompanhamento/supervisão da limpeza da ANADEP;

- Respostas às mensagens da página de contatos;
- Liberação e bloqueio de cadastros na área restrita;
- Contato com MarktClub para informação de novos associados e bloqueio de desfiliações, além de novos convênios;
- Acompanhamento das atividades internacionais (AIDEF, BLODEPM e REDPO), preparação de documentos e resposta a e-mails;
- Preparação de material para registro em cartório;
- Atendimento telefônico;
- Impressão e preparação de materiais para atividades legislativas, reuniões e AGEs;
- Contato com associados e presidentes para resolver todo tipo de demanda administrativa;
- Contato com a JUSPREV, Consinter, Juruá, MCCE, FONACATE, CNDH, CNPCT, Fórum Justiça, IPEA e Innovare para demandas diversas;
- Contato com escritório de advocacia e assessoria parlamentar para preparação e envio de documentos;
- Contato com René (diagramador) sobre trabalhos da ANADEP e da ENADEP;
- Assistência à Diretoria da ENADEP em suas demandas;

- Assistência à diretoria de aposentados e suas demandas (documentos, questionários, reuniões, etc.);
- Assistência à diretoria internacional e suas demandas (acompanhamento e resposta a documentos, e-mails, etc.);
- Resposta a convites e documentos recebidos;
- Preparação e envio de postulação a órgãos do Governo Federal (CNDI, CNPCT, CNDH, CIAMP-RUA);
- Preparação e envio de postulação a cargo de DPI;
- Formulação de editais de intercâmbio, editais de cursos nacionais e internacionais, edital para Defensor(a) Público(a) Interamericano(a) e outros;
- Registro e acompanhamento de assinaturas de emendas pelos deputados;
- Arquivo e organização dos documentos da ANADEP;
- Controle de férias de funcionários;
- Negociação e acompanhamento de contratação/rescisão de estagiários pelo CIEE;
- Pedido de convênio com instituições de ensino de interesse da categoria;
- Controle de prazos de respostas às demandas diárias;
- Recebimento de encomendas na sede da

entidade e acompanhamento de obras, instalações e reparos de equipamentos em geral;

- Contato com corretoras e auxílio com documentos relacionados à contratação de plano de saúde nacional aos associados;

- Cotações diversas: serviços gráficos em geral (cartilhas, folders, cartazes, convites, cartões, livros de ata, etc.); placas de homenagem; plantas, flores e cestas; entre outros;

- Suporte e acompanhamento da implementação da LGPD na ANADEP.

- Cotações diversas: serviços gráficos em geral (cartilhas, folders, cartazes, convites, cartões, livros de ata, etc.); placas de homenagem; plantas, flores e cestas; entre outros;

- Suporte e acompanhamento da implementação da LGPD na ANADEP.

Comissões

- Controle dos membros junto às associações;

- Inclusão e exclusão nos grupos de WhatsApp;

- Acompanhamento dos grupos de WhatsApp para verificar demandas;

- Recebimento de notas técnicas e posterior formatação;

- Atualização dos membros e coordenações no site da ANADEP;

- Suporte administrativo às comissões;

- Arquivamento e controle de documentos recebidos pelas comissões;

- Agendamento de reuniões pelo aplicativo zoom;

- Suporte nos eventos das comissões;

- Preparação e envio de convocações para reuniões.

Eventos

- Organização de pequenos e grandes eventos, em conjunto com os outros setores da entidade;

- Cotação e contratação de materiais e lanches para eventos e reuniões;

- Envio de convites e confirmação de palestrantes nos eventos;

- Preparação de roteiro de eventos, planilhas, ofícios e documentos em geral;

- Contato com René (diagramador) sobre materiais a serem produzidos;

- Organização e acompanhamento de eventos virtuais e presenciais no segundo semestre de 2021:

- 1)VIII Jornada da ENADEP – julho - Formação Política, Participação Institucional e Liderança para Defensoras Públicas;
- 2)Capacitação IDDD/ANADEP – Prova sob Suspeita – abril a julho;
- 3)Webinário “Julho das Pretas” – julho;
- 4)IV Encontro de Defensoras e Defensores Públicos em Saúde Pública – agosto.
- 5)IX Jornada da ENADEP – agosto - “CAPACIDADE JURÍDICA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E TOMADA DE DECISÃO APOIADA”;
- 6)2ª CAPACITAÇÃO DA COMISSÃO DA MULHER EM GÊNERO E RAÇA - setembro;
- 7)X Jornada da ENADEP - setembro/outubro - “DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E A RESOLUÇÃO 40 DO CNDH: TEXTOS E CONTEXTOS - PERSPECTIVAS CRÍTICAS”;
- 8)XI Jornada da ENADEP - outubro/novembro - “A ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS/AS (ILPIs)”;
- 9)Seminário “Atuação antirracista da Defensoria Pública na perspectiva criminal” - novembro (presencial em Brasília).

- Envio de convites e contato com palestrantes;
- Controle das inscrições para os cursos;
- Preparação e disparo de tutorial informativo aos participantes e palestrantes;
- Preparação e disparo de lista de presença e formulário de avaliação;
- Suporte e informativos em grupos de WhatsApp criados para os eventos;
- Suporte para entrada dos participantes nos cursos através do aplicativo zoom;
- Suporte durante as aulas dos cursos, na condição de anfitriãs;
- Contabilização de presença nas aulas;
- Gerenciamento da pesquisa de satisfação;
- Envio de agradecimento final a participantes e palestrantes;
- Preparação e envio de certificado a participantes e palestrantes.

Financeiro

- Gerenciamento das contribuições associativas dos estados e do Distrito Federal
- Emissão dos boletos das contribuições associativas
- Prestação de contas anualmente em AGO
- Relatórios de justificativas das despesas no cartão de crédito
- Relatórios de reembolso de despesas dos diretores
- Gerenciamento de ajuda de custo dos diretores
- Gerenciamento com justificativas do fluxo de caixa
- Gerenciamento com justificativas da movimentação de débitos e créditos da conta principal da ANADEP
- Gerenciamento com justificativas das passagens e hospedagens compradas pela ANADEP
- Envio dos balancetes para disponibilização na área restrita do site da ANADEP
- Gerenciamento dos serviços de limpeza da ANADEP
- Orçamento e compra de todo tipo de material (limpeza, escritório, alimentos e bebidas, etc)
- Gerenciamento e acompanhamento obras, instalações, reparos e reformas na sede da ANADEP
- Controle de estoque de materiais em geral
- Gerenciamento da folha de pagamento e conferência dos salários dos funcionários
- Gerenciamento da folha de pagamento e conferência das férias e 13º dos funcionários
- Gerenciamento e acompanhamento dos reajustes dos funcionários, inclusive dos dissídios
- Gerenciamento e acompanhamento dos benefícios dos funcionários com auxílio alimentação, auxílio transporte e ajuda de custo durante home office
- Controle e pagamento de impostos em geral
- Elaboração do movimento contábil detalhado para envio à contabilidade mensalmente
- Contato direto para solução de problemas diversos com os Bancos
- Contato direto para solução de problemas diversos com a Contabilidade
- Contato direto para solução de problemas

diversos com operadoras telefônicas

- Idas ao cartório para registros, reconhecimentos de firma e autenticações de documentos diversos, etc
- Acompanhamento, buscas e entregas de materiais (materiais gráficos, placas de homenagem, etc)
- Serviços externos em geral
- Gerenciamento das linhas telefônicas corporativas fixas e móveis
- Acompanhamento e revisão de contratos em geral
- Acompanhamento das demandas diretas com o condomínio da sede da ANADEP
- Gerenciamento e acompanhamento da manutenção da estrutura e decoração da sede da ANADEP
- Gerenciamento das corridas de táxi e aplicativos de mobilidade urbana dos funcionários e diretores
- Gerenciamento e acompanhamento da aquisição e instalação de todo o sistema audiovisual
- Acompanhamento do treinamento da equipe para manuseio do mesmo
- Acompanhamento da situação financeira de forma geral com diretores periodicamente
- Elaboração de documentos financeiros e

contato direto com o conselho fiscal

- Compra e gerenciamento do fluxo de caixa de moedas estrangeiras
- Acompanhamento e pagamento de envio de documentos e correspondências via Correios
- Negociação e resolução de demandas com o suporte de TI
- Elaboração e acompanhamento de orçamentos de serviços em geral (política de sempre 3 orçamentos)
- Acompanhamento da manutenção do sistema de áudio visual e técnico operador, quando necessário
- Acompanhamento e pagamento do seguro da sede da ANADEP
- Acompanhamento e pagamento dos seguros de vida dos funcionários da ANADEP
- Orçamentos, negociação, acompanhamento e pagamento do plano de saúde dos funcionários da ANADEP
- Protocolo de ofícios e documentos na Câmara, Senado, STJ, STF, etc.
- Orçamentos, visitas e negociações de aluguel de flats e apartamentos para diretores da ANADEP
- Auxílio administrativo com recepção e atendimento em reuniões na ANADEP
- Auxílio nas reuniões virtuais e híbridas

com atendimento e sistema áudio visual

- Auxílio na atualização das listas de associados
- Auxílio na formulação de documentos em geral
- Auxílio para preparação de material para registro em cartório
- Auxílio na impressão e preparação de materiais para atividades legislativas, reuniões e AGEs
- Auxílio ao setor administrativo com as demandas da ANADEP
- Auxílio na formulação de editais em geral
- Auxílio no controle de férias dos funcionários e envio para a contabilidade
- Auxílio na preparação e assistência em reuniões na sede e por zoom
- Auxílio com os arquivos e organização dos documentos da ANADEP
- Auxílio no acompanhamento de contratação/rescisão de estagiários pelo CIEE
- Auxílio no acompanhamento da implementação da LGPD na ANADEP

Eventos

- Organização de pequenos eventos, em conjunto com os outros setores da entidade

- Organização dos CONADEPs, em conjunto com os outros setores da entidade
- Gerenciamento com justificativas da movimentação de débitos e créditos da conta do CONADEP
- Relatórios e prestações de contas das despesas e receitas do CONADEP
- Levantamento das despesas de pequenos eventos
- Auxílio na cotação e contratação de materiais e lanches para eventos e reuniões
- Auxílio na preparação de roteiro de eventos, planilhas, ofícios e documentos em geral
- Auxílio na organização de eventos virtuais em conjunto com os outros setores da entidade



ANADEP

Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos



[/anadepbrasil](https://www.instagram.com/anadepbrasil)



[/ANADEP.oficial](https://www.facebook.com/ANADEP.oficial)



[/anadep_brasil/](https://twitter.com/anadep_brasil/)



[canaLANADEP](https://www.youtube.com/c/canaLANADEP)



[/ANADEPBrasil](https://www.flickr.com/photos/ANADEPBrasil/)

anadep.org.br

ANADEP - Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos

Setor Bancário Sul | Quadra 02 | Lote 10 | Bloco J | Ed. Carlton Tower | Sobrelojas 1 e 2 | Asa Sul

CEP: 70.070-120 | Brasília/DF | Brasil

Tel: +55 61 3963.1747 | Fax: +55 61 3039.1763